

The background of the entire page is a photograph of a grand, classical building facade, likely a government or judicial building, with multiple stories, ornate architectural details, and a central entrance. The image is partially obscured by a large, semi-circular brown overlay at the bottom.

TJ SP

Cartórios

Prova Comentada

APRESENTAÇÃO

Olá, pessoal, tudo certo?!

Em 07/07/2024, foi aplicada a prova objetiva do concurso público para Provimento dos **Cartórios do TJ-SP**. Assim que divulgados o caderno de provas e o gabarito preliminar oficial, nosso time de professores analisou cada uma das questões que agora serão apresentadas em nossa **PROVA COMENTADA**.

Este material visa a auxiliá-los na aferição das notas, elaboração de eventuais recursos, verificação das chances de avanço para fase discursiva, bem como na revisão do conteúdo cobrado no certame.

Desde já, destacamos que nosso time de professores identificou 2 questões passíveis de recurso e/ou que devem ser anuladas, por apresentarem duas ou nenhuma alternativa correta, como veremos adiante. No tipo de prova comentado, trata-se das 28 e 58.

De modo complementar, elaboramos também o **RANKING da Cartórios do TJ-SP** em que nossos alunos e seguidores poderão inserir suas respostas à prova, e, ao final, aferir sua nota, de acordo com o gabarito elaborado por nossos professores. Através do ranking, também poderemos estimar a nota de corte da 1ª fase. Essa ferramenta é gratuita e, para participar, basta clicar no link abaixo:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/simulados/dbe7958c-be42-4fc4-b348-bc97afb2a09b>

Além disso, montamos um caderno para nossos seguidores, alunos ou não, verem os comentários e comentar as questões da prova:

<https://cj.estrategia.com/cadernos-e-simulados/cadernos/b2f2d85b-0208-4fb9-89fc-35d0067bff81>

Por fim, comentaremos a prova, as questões mais polêmicas, as possibilidades de recurso, bem como a estimativa da nota de corte no **TERMÔMETRO PÓS-PROVA**, no nosso canal do Youtube. Inscreva-se e ative as notificações!



Estratégia Carreira Jurídica - YouTube

Esperamos que gostem do material e de todos os novos projetos que preparamos para que avancem rumo à aprovação.

Contem sempre conosco.

Yasmin Ushara,

Coordenação de Rodadas do Estratégia Carreiras Jurídicas.

PROVA COMENTADA - CARTÓRIOS DO TJ-SP

QUESTÃO 01. Em se tratando de conciliação e mediação, no âmbito dos serviços notariais e de registro, de acordo com a legislação aplicada e com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça, assinale a alternativa correta.

a) Os direitos disponíveis e os indisponíveis que permitam transação poderão ser objeto de conciliação e mediação, desde que versem somente sobre a totalidade do conflito.

b) A Corregedoria Geral da Justiça emitirá, de acordo com o NUPEMEC – Núcleo de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos, a habilitação das delegações, para a realização da conciliação e mediação nos serviços notariais e de registro.

c) A mediação será orientada pelos princípios da imparcialidade do mediador, isonomia entre as partes, oralidade, autonomia da vontade das partes, formalidade, busca do consenso, confidencialidade, boa-fé.

d) A pessoa jurídica e o empresário individual poderão ser representados por preposto, munido de carta de preposição com poderes para transigir e com firma reconhecida, sendo desnecessário vínculo empregatício.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do 3º, caput e §1º, da Lei n. 13.140/2015: Art. 3º Pode ser objeto de mediação o conflito que verse sobre direitos disponíveis ou sobre direitos indisponíveis que admitam transação. § 1º A mediação pode versar sobre todo o conflito ou parte dele.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 85 das NSCGJ, “O NUPEMEC – Núcleo Permanente de Métodos Consensuais de Solução de Conflitos emitirá a habilitação das delegações dos serviços notariais e de registro para a realização de conciliação e de mediação”.

A alternativa C está incorreta. A mediação será orientada pela informalidade, conforme previsto no artigo 2º da Lei n. 13.140/2015: Art. 2º A mediação será orientada pelos seguintes princípios: I - imparcialidade do mediador; II - isonomia entre as partes; III - oralidade; IV - informalidade; V - autonomia da vontade das partes; VI - busca do consenso; VII - confidencialidade; VIII - boa-fé.

A alternativa D está correta. Nos termos do artigo 9º, §4º, da Lei n. 9.099/95: § 4º O réu, sendo pessoa jurídica ou titular de firma individual, poderá ser representado por preposto credenciado, munido de carta de preposição com poderes para transigir, sem haver necessidade de vínculo empregatício.

QUESTÃO 02. Com relação ao tratamento e à proteção de dados pessoais, consoante disciplinado nas Normas de Serviço da Corregedoria do Estado de São Paulo e na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD, é correto afirmar que se aplica aos serviços notariais e de registro a seguinte afirmação:

a) Para a obtenção de certidão ou informação restrita que constar nos indicadores e índices pessoais, deverá ser exigido o fornecimento por escrito da identificação do solicitante e da finalidade da informação.

b) O tratamento de dados pessoais destinados à prática dos serviços notariais e registrários, no cumprimento de obrigação legal ou normativa, independente de autorização específica da pessoa natural que lhes for titular.

c) Os notários e registradores se equiparam a fornecedores de serviços ou produtos para efeito de portabilidade dos dados pessoais, conforme disciplinado na Lei no 13.709/2018.

d) O plano de resposta a incidentes de segurança com dados pessoais deverá prever a comunicação à Corregedoria Permanente e à Corregedoria Geral da Justiça, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, com esclarecimento da natureza do incidente e das medidas adotadas para apuração das causas e mitigação de novos riscos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o item 144 do Provimento da CGJ/SP: “144. Para a expedição de certidão ou informação restrita ao que constar nos indicadores e índices pessoais poderá ser exigido o fornecimento, por escrito, da identificação do solicitante e da finalidade da solicitação”.

A alternativa B está correta. O tratamento de dados pessoais destinados à prática dos atos notariais e registrais, no cumprimento de obrigação legal ou normativa, independe de autorização específica da pessoa natural que deles for titular, em razão das bases legais constantes no art. 7º, incisos II; V e VI da Lei 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados).

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o artigo 147 do Provimento CGJ/SP: 147. Os responsáveis pelas delegações dos serviços extrajudiciais de notas e de registro não se equiparam a fornecedores de serviços ou produtos para efeito de portabilidade de dados pessoais, mediante solicitação por seus titulares, prevista no inciso V do art. 18 da Lei n. 13.709, de 14 de agosto de 2018.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do item 139 do Provimento CHJ/SP n. 23/2020: 139. O plano de resposta a incidentes de segurança com dados pessoais deverá prever a comunicação ao Juiz Corregedor Permanente e à Corregedoria Geral da Justiça, no prazo máximo de 24 horas, com esclarecimento da natureza do incidente e das medidas adotadas para a apuração das suas causas e a mitigação de novos riscos e dos impactos causados aos titulares dos dados.

QUESTÃO 03. Assinale a alternativa correta acerca do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (SERP), consoante os ditames do Provimento 149/23 do CNJ e da Lei no 14.382/22.

a) O Operador Nacional do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (ONSERP) será integrado pelo Operador Nacional do Registro Civil das Pessoas Naturais (ON-RCPN) e pelo Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ).

b) O Agente Regulador dos Operadores Nacionais dos Registros Públicos é órgão da Corregedoria Nacional de Justiça e funcionará por meio dos seguintes órgãos internos: Secretaria Executiva, Câmara Consultiva e Conselho de Regulação.

c) Os oficiais dos registros públicos ficam dispensados da participação dos fundos para a implementação e custeio do sistema eletrônico dos registros públicos - FICs, quando desenvolverem e utilizarem sistemas e plataformas interoperáveis necessários para a integração plena dos serviços de suas delegações ao SERP, nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional da Justiça do Conselho Nacional de Justiça.

d) Para promover a implantação, a manutenção e o funcionamento do SERP, será constituído o Operador Nacional do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (ONSERP), sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, na modalidade de associação ou sociedade, sem fins lucrativos, para viabilizar e custear os objetivos previstos em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 213 do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 213. O Operador Nacional do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos (ONSERP) será integrado pelo Operador Nacional do Registro Civil das Pessoas Naturais (ON-RCPN), pelo Operador Nacional do Registro de Títulos e Documentos e Civil das Pessoas Jurídicas (ON-RTDPJ) e pelo ONR.

A alternativa B está incorreta. Nos termos dos artigos 220-A e 220-B do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 220-A. O Agente Regulador dos Operadores Nacionais dos Registros Públicos (ONSERP, ONR, ON-RCPN e ON-RTDPJ), é o órgão da Corregedoria Nacional de Justiça encarregado de exercer a competência reguladora, conforme se extrai dos seguintes dispositivos da Lei n. 14.382/2002: inciso XI do art. 3º; § 3º, I, do art. 3º; parte final do § 4º do art. 3º; parte final do caput do art. 4º; § 2º, do art. 4º; §§ 1º e 2º do art. 5º; art. 7º e art. 8º. Art. 220-B. O Agente Regulador funcionará por meio dos seguintes órgãos internos: I – Secretaria Executiva; II – Câmara de Regulação; e III – Conselho Consultivo.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do artigo 5º, §2º, da Lei n. 14.382/22: § 2º Os oficiais dos registros públicos ficam dispensados de participar da subvenção do Fics na hipótese de desenvolverem e utilizarem sistemas e plataformas interoperáveis necessários para a integração plena dos serviços de suas delegações ao Serp, nos termos estabelecidos pela Corregedoria Nacional de Justiça do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa D está incorreta. Consoante ao disposto no artigo 212 do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 212. Para promover a implantação, a manutenção e o funcionamento do Sistema Eletrônico de Registros Públicos (Serp), será constituído o Operador Nacional do Sistema Eletrônico dos Registros Públicos

(ONSERP), sob a forma de pessoa jurídica de direito privado, prevista nos incisos I e III do art. 44 da Lei n. 10.406, de 10 de janeiro de 2002 (Código Civil), na modalidade de entidade civil sem fins lucrativos, de forma a viabilizar os objetivos constantes no art. 3.º da Lei n. 14.382, de 2022.

QUESTÃO 04. É correto afirmar que o notário ou registrador eleito para ocupar cargo no executivo ou legislativo

a) deverá se afastar da delegação, mantida a percepção integral dos emolumentos.

b) deverá se afastar da delegação, com direito a percepção de 50% dos emolumentos.

c) se o cargo for de vereador, poderá exercê-lo cumulativamente com a delegação, desde que os horários sejam compatíveis.

d) não precisará se afastar da delegação, mantida a percepção integral dos emolumentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

Conforme dispõe o artigo 25 da Lei n. 8.935/1994: Art. 25. O exercício da atividade notarial e de registro é incompatível com o da advocacia, o da intermediação de seus serviços ou o de qualquer cargo, emprego ou função públicos, ainda que em comissão. § 1º (Vetado). § 2º A diplomação, na hipótese de mandato eletivo, e a posse, nos demais casos, implicará no afastamento da atividade. O Conselho Nacional de Justiça editou o Provimento nº 78, de 7 de novembro de 2018, segundo o qual: Art. 72. O notário e/ou registrador que desejarem exercer mandato eletivo deverão se afastar do exercício do serviço público delegado desde a sua diplomação. § 1.º O notário e/ou registrador poderão exercer, cumulativamente, a vereança com a atividade notarial e/ou de registro, havendo compatibilidade de horários, e nos demais tipos de mandatos eletivos deverão se afastar da atividade, segundo os termos do caput. § 2.º No caso de haver a necessidade de o notário e/ou registrador se afastarem para o exercício de mandato eletivo, a atividade será conduzida pelo escrevente substituto com a designação contemplada pelo art. 20, § 5.º, da Lei § 3.º O notário e/ou o registrador que exercerem mandato eletivo terão o direito à percepção integral dos emolumentos gerados em decorrência da atividade notarial e/ou registral que lhe foi delegada.

QUESTÃO 05. É correta a afirmação de que são isentos de pagamento de emolumentos, inclusive da parcela destinada à remuneração dos notários e registradores:

a) a União, o Estado de São Paulo e suas respectivas autarquias e as entidades representativas de classe.

b) a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, suas respectivas autarquias e a OAB.

c) a União e suas respectivas autarquias e as associações de direito privado.

d) o Estado de São Paulo e suas respectivas autarquias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Nos termos do artigo 8º, da Lei Estadual n. 11.331/2002: “Art. 8º A União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios, e as respectivas autarquias, são isentos do pagamento das parcelas dos emolumentos destinadas ao Estado, à Carteira de Previdência das Serventias não Oficializadas da Justiça do Estado, ao custeio dos atos gratuitos de registro civil e ao Fundo Especial de Despesa do Tribunal de Justiça. Parágrafo único - O Estado de São Paulo e suas respectivas autarquias são isentos do pagamento de emolumentos”.

QUESTÃO 06. Na história dos Registros Públicos no Brasil, o movimento “Revolta do Ronco das Abelhas”, que resultou no Decreto no 907 de 29 de janeiro de 1852, responsável pela suspensão dos Decretos no 797/798, de 18 de junho de 1851, teve como uma das consequências

a) a criação do cargo de Escrivão do Juiz de Paz.

b) a previsão do casamento laico para os não católicos.

c) o atraso na laicização dos registros de nascimento e óbito.

d) o atraso na laicização dos registros de nascimento, casamento e óbito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A Revolta do ronco da abelha foi “o movimento popular armado ocorrido entre dezembro de 1851 e fevereiro de 1852, que envolveu vilas e cidades de cinco províncias do Nordeste: Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Ceará e Sergipe, sendo mais forte nas duas primeiras províncias. Nos dias de feiras os revoltosos causavam um enorme burburinho entre a população. Quando perguntavam o porquê de tantos comentários, as vozes mais precavidias diziam que era apenas “o ronco da abelha”, nome por qual acabou ficando conhecido o movimento. Os incidentes foram provocados por dois decretos imperiais, de junho de 1851, o 797 e o 798, cujo propósito era instituir o Registro Civil dos Nascimentos e Óbitos. O primeiro decreto estabelecia o Censo Geral do Império, logo após a divulgação em editais em jornais ou a afixação em igrejas matrizes. O 798 obrigava todo brasileiro a se apresentar nas paróquias e à frente de juízes de paz das diferentes localidades, para fornecer os dados pessoais, data e local de nascimento, filiação, estado civil e cor da pele. A real intenção do Estado era colher dados para calcular a população, com o objetivo de sistematizar o recrutamento de homens para o serviço militar. Já no final de janeiro 1852 a paz social foi restabelecida, mas, em meio à baderna resultante, ficou difícil identificar os verdadeiros líderes do movimento. Muitas pessoas são acusadas, mas não se consegue obter provas concretas do envolvimento das mesmas. Finalmente, o governo edita o decreto 970, de 29 de janeiro de 1852, que suspende os decretos 797 e 798, adiando a realização do primeiro censo no Brasil para vinte anos depois, sendo que o registro civil só será adotado com o advento da república”. Revolta do Ronco

da Abelha. Disponível em <www.infoescola.com/brasil-imperial/revolta-do-ronco-da-abelha> Último acesso em 16.07.2024.

QUESTÃO 07. Com relação ao Apostilamento de Haia, assinale a alternativa correta.

a) As Corregedorias Gerais de Justiça e os Juízes Diretores do foro das unidades judiciárias são autoridades competentes para o ato de aposição de apostila somente quanto aos documentos de interesse do Poder Judiciário.

b) Não se equiparam a documento público produzido no território nacional os históricos escolares, as declarações de conclusão de série e os diplomas ou os certificados de conclusão de cursos registrados no Brasil.

c) A apostila será emitida mediante solicitação, através de requerimento por escrito, do portador do documento.

d) É facultativo o cadastramento e a prestação do serviço de apostilamento pelos serviços de notas e de registro existentes nos Estados e no Distrito Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do artigo 6º do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 6.º As corregedorias-gerais de Justiça e os juízes diretores do foro das unidades judiciárias são autoridades competentes para o ato de aposição de apostila somente quanto aos documentos de interesse do Poder Judiciário.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 1º do Provimento n. 149 do CNJ: § 2.º Equiparam-se a documento público produzido no território nacional os históricos escolares, as declarações de conclusão de série e os diplomas ou os certificados de conclusão de cursos registrados no Brasil.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 9º do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 9.º A apostila será emitida mediante solicitação do portador do documento, sendo dispensado requerimento escrito. As autoridades apostilantes darão recibo de protocolo no momento do requerimento, estipulando prazo para entrega, que não poderá ultrapassar cinco dias.

A alternativa D está incorreta. Conforme estabelece o artigo 3º do Provimento n. 149 do CNJ: Art. 9.º A apostila será emitida mediante solicitação do portador do documento, sendo dispensado requerimento escrito. As autoridades apostilantes darão recibo de protocolo no momento do requerimento, estipulando prazo para entrega, que não poderá ultrapassar cinco dias.

QUESTÃO 08. O titular da serventia, em caso de ausência e impedimento circunstanciais, será substituído, conforme previsto nas Normas Extrajudiciais da Corregedoria Geral de Justiça, pela seguinte pessoa:

- a) auxiliar mais antigo do mesmo serviço.
- b) pessoa idônea indicada pela Corregedoria Geral de Justiça.
- c) delegado ou preposto de outro serviço extrajudicial da mesma comarca.
- d) pessoa idônea indicada pelo Juiz Corregedor Permanente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Na hipótese de ausência ou impedimento do titular do servidor notariais e registrais, no que tange à substituição, determina o item 6 das NSCGJ: 6. Em caso de ausência e impedimento circunstanciais, o delegado será substituído pelas pessoas a seguir indicadas, na seguinte ordem: a) escrevente substituto a que se refere o art. 20, parágrafo 5º, da Lei 8.935/94; b) outro escrevente do mesmo serviço; c) delegado ou preposto de outro serviço extrajudicial da mesma comarca; d) delegado ou preposto de outra comarca.

QUESTÃO 09. De acordo com a Lei no 11.331/2002, considera-se deficitária a serventia em que a

- a) receita bruta não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.
- b) receita bruta não atingir o equivalente a 13 (treze) salários mínimos mensais.
- c) receita líquida não atingir o equivalente a 13 (treze) salários mínimos mensais.
- d) receita líquida não atingir o equivalente a 10 (dez) salários mínimos mensais.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Trata-se da literalidade do artigo 25 da Lei Estadual n. 11.331/2002, segundo o qual “Considera-se deficitária a serventia cuja receita bruta não atingir o equivalente a 13 (treze) salários mínimos mensais”.

QUESTÃO 10. Com relação ao Livro Registro Diário de Receita e Despesa assinale a alternativa correta.

a) Deve ser visado anualmente pelo Juiz Corregedor Permanente até o décimo dia útil do mês de fevereiro.

b) É vedado o lançamento de despesas de aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, incluídos os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardem a prestação do serviço e os de manutenção de refeitório.

c) É necessária a remessa do balanço anual da serventia à Corregedoria Geral de Justiça Permanente até o décimo dia útil do mês de fevereiro.

d) É vedada a utilização do Livro Registro Diário da Receita e da Despesa também para fins de recolhimento do Imposto de Renda (IR).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do item 60 das NSCGJ: 60. Anualmente, até o décimo dia útil do mês de fevereiro, o Diário será visado pelo Juiz Corregedor Permanente, que determinará, sendo o caso, as glosas necessárias, podendo determinar sua apresentação sempre que entender conveniente

A alternativa B está incorreta. Nos termos do item 57 das NSCGJ: 57. As despesas serão lançadas no dia em que se efetivarem e sempre deverão resultar da prestação do serviço delegado, sendo passíveis de lançamento no Livro Registro Diário da Receita e da Despesa todas as relativas investimentos, custeio e pessoal, promovidas a critério do delegatário, dentre outras: [...] d) aquisição de móveis, utensílios, eletrodomésticos e equipamentos mantidos no local da prestação do serviço delegado, incluídos os destinados ao entretenimento dos usuários que aguardem a prestação do serviço e os de manutenção de refeitório;

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o item 60.1 das NSCGJ: 60.1. É desnecessária a remessa do balanço anual das serventias à Corregedoria Geral da Justiça, salvo se requisitado.

A alternativa D está incorreta. Dispõe o item 61.1 das NSCGJ: 61.1. É facultativa a utilização do Livro Registro Diário da Receita e da Despesa também para fins de recolhimento do Imposto de Renda (IR), ressalvada nesta hipótese a obrigação de o delegatário indicar quais as despesas não dedutíveis para essa última finalidade e também o saldo mensal específico para fins de imposto de renda.

QUESTÃO 11. Quanto aos registros cancelados e àqueles nos quais consta averbação de alteração de nome prevista no artigo 57, parágrafo 7º da Lei no 6.015/73, é correto afirmar que, de acordo com o provimento 58/89, o registrador deve adotar a seguinte providência no que diz respeito à Central do Registro Civil (CRC):

a) esconder o registro no respectivo sistema.

b) substituir as informações alteradas no sistema.

c) não há providência a ser tomada.

d) Excluir o registro do respectivo sistema.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre os registros, cancelamentos e respectivas providências.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de providência não prevista no item 6.2.6 Capítulo XVII das NSCGJSP que prevê: “Nos casos de cancelamento de registro por determinação judicial ou averbação de que trata o artigo 57, §7º da Lei 6.015/73, as informações deverão ser excluídas da Central pelo Oficial de Registro responsável, informando o motivo como “determinação judicial”.

A alternativa B está incorreta. Trata-se de providência não prevista no item 6.2.6 Capítulo XVII das NSCGJSP que prevê: “Nos casos de cancelamento de registro por determinação judicial ou averbação de que trata o artigo 57, §7º da Lei 6.015/73, as informações deverão ser excluídas da Central pelo Oficial de Registro responsável, informando o motivo como “determinação judicial”.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de providência não prevista no item 6.2.6 Capítulo XVII das NSCGJSP que prevê: “Nos casos de cancelamento de registro por determinação judicial ou averbação de que trata o artigo 57, §7º da Lei 6.015/73, as informações deverão ser excluídas da Central pelo Oficial de Registro responsável, informando o motivo como “determinação judicial”.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do item 6.2.6 Capítulo XVII das NSCGJSP: “Nos casos de cancelamento de registro por determinação judicial ou averbação de que trata o artigo 57, §7º da Lei 6.015/73, as informações deverão ser excluídas da Central pelo Oficial de Registro responsável, informando o motivo como “determinação judicial”.

QUESTÃO 12. Não estão sujeitos ao registro previsto no inciso artigo 50 da Lei no 6.015/77 o nascimento de

a) filhos nascidos no Brasil, quando um dos genitores for brasileiro e o outro estrangeiro a serviço de seus país.

b) crianças que morrerem imediatamente após o parto.

c) filhos nascidos no Brasil, de genitores estrangeiros, que se encontram no Brasil irregularmente.

d) filhos nascidos no Brasil, de genitores estrangeiros, quando ambos ou um deles estiver a serviço do seu país.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre os registros de nascimentos.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 50§ 5º da lei 6.015/77: “Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. (...) § 5º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados”.

A alternativa B está incorreta. Conforme o art. 53 da lei 6.015/77: “Art. 53. No caso de ter a criança nascido morta ou no de ter morrido na ocasião do parto, será não obstante, feito o assento com os elementos que couberem e com remissão ao do óbito”.

A alternativa C está incorreta. Trata-se exceção não prevista no art. 50§ 5º da lei 6.015/77: “Art. 50. Todo nascimento que ocorrer no território nacional deverá ser dado a registro, no lugar em que tiver ocorrido o parto ou no lugar da residência dos pais, dentro do prazo de quinze dias, que será ampliado em até três meses para os lugares distantes mais de trinta quilômetros da sede do cartório. (...) § 5º Aos brasileiros nascidos no estrangeiro se aplicará o disposto neste artigo, ressalvadas as prescrições legais relativas aos consulados”.

A alternativa D está correta. Trata-se de previsão contida no art. 15 da resolução 155/2012-CNJ: “Art.15 Os registros de nascimento de nascidos no território nacional em que ambos os genitores sejam estrangeiros e em que pelo menos um deles esteja a serviço de seu país no Brasil deverão ser efetuado no Livro "E" do 1º Ofício do Registro Civil da Comarca, devendo constar do assento e da respectiva certidão a seguinte observação: "O registrando não possui a nacionalidade brasileira, conforme do art. 12, inciso I, alínea "a", in fine, da Constituição Federal.”

QUESTÃO 13. Em relação à averbação do cadastro de pessoas físicas (CPF) em registros pretéritos, é correto afirmar quanto ao pagamento:

a) é devido apenas o pagamento pelo seu acréscimo em certidões.

b) é devido o pagamento pela averbação e pelo seu acréscimo em certidão.

c) são gratuitos a averbação e o seu acréscimo em certidões.

d) é devido apenas o pagamento pela averbação.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre averbações do cadastro de pessoas físicas.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese não prevista no art. 477§2 e 3º do Provimento 149/2023-CNJ que dispõe: “Art. 477. O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito. § 2.º Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do Provimento n. 63/2017, poderá ser averbado o número de CPF, de forma gratuita, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa

natural, mediante conferência. § 3.º A emissão de segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito dependerá, quando possível, da prévia averbação cadastral do número de CPF no respectivo assento, de forma gratuita”.

A alternativa B está incorreta. Não haverá ônus, conforme previsão contida no art. 477§§2 e 3º do Provimento 149/2023-CNJ que dispõe: “Art. 477. O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito. § 2.º Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do Provimento n. 63/2017, poderá ser averbado o número de CPF, de forma gratuita, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência. § 3.º A emissão de segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito dependerá, quando possível, da prévia averbação cadastral do número de CPF no respectivo assento, de forma gratuita”.

A alternativa C está correta. Trata-se de disposição contida no 477§2 e 3º do Provimento 149/2023-CNJ que dispõe: “Art. 477. O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito. § 2.º Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do Provimento n. 63/2017, poderá ser averbado o número de CPF, de forma gratuita, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência. § 3.º A emissão de segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito dependerá, quando possível, da prévia averbação cadastral do número de CPF no respectivo assento, de forma gratuita”.

A alternativa D está incorreta. A averbação se dará sem ônus conforme previsto no 477§2 e 3º do Provimento 149/2023-CNJ que dispõe: “Art. 477. O CPF será obrigatoriamente incluído nas certidões de nascimento, casamento e óbito. § 2.º Nos assentos de nascimento, casamento e óbito lavrados em data anterior à vigência do Provimento n. 63/2017, poderá ser averbado o número de CPF, de forma gratuita, bem como anotados o número do DNI ou RG, título de eleitor e outros dados cadastrais públicos relativos à pessoa natural, mediante conferência. § 3.º A emissão de segunda via de certidão de nascimento, casamento e óbito dependerá, quando possível, da prévia averbação cadastral do número de CPF no respectivo assento, de forma gratuita”.

QUESTÃO 14. A dispensa da publicação eletrônica dos editais de proclamas, requerida pelos contraentes, nos casos previstos em lei, é atribuição do

a) Oficial competente com recurso para o Juiz Corregedor Permanente.

b) Juiz Corregedor Permanente com recurso para o Conselho Superior da Magistratura.

c) Juiz Corregedor Permanente com recurso para o Órgão especial do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

d) Juiz Corregedor Permanente com recurso para a Corregedoria Geral da Justiça.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre habilitação para o casamento.

A alternativa A está correta. Trata-se de previsão contida no art. 69, caput e §2ª da Lei 6.015/73 que dispõe: “Art. 69. Para a dispensa da publicação eletrônica dos proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao oficial de registro, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando o alegado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com documentos. § 2º O oficial de registro, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com base nas provas apresentadas, poderá dispensar ou não a publicação eletrônica, e caberá recurso da decisão ao juiz corregedor.”.

A alternativa B está incorreta. O disposto contraria a previsão contida no art. 69, caput e §2ª da Lei 6.015/73 que dispõe: “Art. 69. Para a dispensa da publicação eletrônica dos proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao oficial de registro, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando o alegado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com documentos. § 2º O oficial de registro, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com base nas provas apresentadas, poderá dispensar ou não a publicação eletrônica, e caberá recurso da decisão ao juiz corregedor”.

A alternativa C está incorreta. O disposto contraria a previsão expressa do art. 69, caput e §2ª da Lei 6.015/73 que dispõe: “Art. 69. Para a dispensa da publicação eletrônica dos proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao oficial de registro, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando o alegado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com documentos. § 2º O oficial de registro, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com base nas provas apresentadas, poderá dispensar ou não a publicação eletrônica, e caberá recurso da decisão ao juiz corregedor”.

A alternativa D está incorreta. O disposto contraria a previsão contida no art. 69, caput e §2ª da Lei 6.015/73 que dispõe: “Art. 69. Para a dispensa da publicação eletrônica dos proclamas, nos casos previstos em lei, os contraentes, em petição dirigida ao oficial de registro, deduzirão os motivos de urgência do casamento, provando o alegado, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com documentos. § 2º O oficial de registro, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, com base nas provas apresentadas, poderá dispensar ou não a publicação eletrônica, e caberá recurso da decisão ao juiz corregedor”.

QUESTÃO 15. Do registro de ata de casamento religioso com efeito civil sem prévia habilitação requerido após o início da vigência da Lei no 6.515/77 e celebrado antes, no regime legal, deverá constar:

a) comunhão parcial de bens.

b) os interessados podem escolher livremente o regime de bens.

c) comunhão universal de bens.

d) híbrido, com disposições do regime legal da época da celebração e do momento do requerimento do registro da ata.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre o instituto do casamento.

A alternativa A está incorreta. Trata-se de hipótese não prevista no Código Civil.

A alternativa B está incorreta. Não há disposição expressa acerca desta escolha conforme se verifica no art. 1515 do CC/02: “Art. 1.515. O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração”.

A alternativa C está correta. O disposto encontra previsão no art. 1515 c/c 1516§2º do CC/02: Art. 1.515. O casamento religioso, que atender às exigências da lei para a validade do casamento civil, equipara-se a este, desde que registrado no registro próprio, produzindo efeitos a partir da data de sua celebração. Art. 1.516. O registro do casamento religioso submete-se aos mesmos requisitos exigidos para o casamento civil (...)2 o O casamento religioso, celebrado sem as formalidades exigidas neste Código, terá efeitos civis se, a requerimento do casal, for registrado, a qualquer tempo, no registro civil, mediante prévia habilitação perante a autoridade competente e observado o prazo do art. 1.532”.

A alternativa D está incorreta. A hipótese aventada não encontra não prevista no Código Civil.

QUESTÃO 16. Em relação aos efeitos do registro de emancipação por instrumento público ou mandado judicial e as suas formalidades é correto afirmar que o registro é

a) constitutivo e independe de assinatura do apresentante em qualquer situação.

b) constitutivo e ele deve ser assinado pelo apresentante quando os respectivos instrumentos forem

c) declarativo e independe de assinatura do apresentante em qualquer situação.

d) declarativo e ele deve ser assinado pelo apresentante.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**. A questão trata sobre o instituto do casamento.

A alternativa A está incorreta. Deverá constar assinatura do apresentante, conforme se verifica no art. 90 da Lei 6015/73: “Art. 90. O registro será feito mediante transladação da sentença oferecida em certidão ou do instrumento, limitando-se, se for de escritura pública, as referências da data, livro, folha e ofício em que for lavrada sem dependência, em qualquer dos casos, da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constarão”.

A alternativa B está correta. As emancipações judiciais e voluntárias necessariamente têm que ser registradas no Livro “E” do Registro Civil do 1º Subdistrito da Sede da Comarca do domicílio do emancipado, para dar publicidade e autenticidade ao ato e surtir efeitos perante terceiros, conforme art. 89 Lei 6.015/73. Antes do registro, a emancipação, em qualquer caso, não produzirá efeito, haja vista a natureza constitutiva deste assento. Vale destacar que, conforme item 112 item cap. XVII NSCGJSP, o registro deverá ser assinado pelo apresentante.

A alternativa C está incorreta. É constitutivo. Além disso, deverá constar assinatura do apresentante, conforme se verifica no art. 90 da Lei 6015/73: “Art. 90. O registro será feito mediante transladação da sentença oferecida em certidão ou do instrumento, limitando-se, se for de escritura pública, as

referências da data, livro, folha e ofício em que for lavrada sem dependência, em qualquer dos casos, da presença de testemunhas, mas com a assinatura do apresentante. Dele sempre constarão”.

A alternativa D está incorreta. É constitutivo, conforme se depreende da leitura do art. 89 da lei 6015/73: Art. 89. No cartório do 1º Ofício ou da 1ª subdivisão judiciária de cada comarca serão registrados, em livro especial, as sentenças de emancipação, bem como os atos dos pais que a concederem, em relação aos menores nela domiciliados”.

QUESTÃO 17. É correto afirmar quanto ao traslado da certidão de casamento em que ambos os contraentes são estrangeiros:

a) não pode ser efetuado em nenhuma hipótese, face aos dispostos no artigo 32 da Lei no 6.015/73.

b) é permitido, excepcionalmente, para o fim exclusivo de averbação de separação, divórcio, nulidade e

c) pode ser lavrado desde que um dos cônjuges apresente comprovação que, em seu favor, tramita processo de naturalização.

d) pode ser lavrado a pedido dos interessados, exclusivamente para conhecimento de terceiros.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**. A questão trata sobre o traslado de certidão.

A alternativa A está incorreta. A assertiva está em desconformidade com o art. 32§1ª da Lei 6015/73 que dispõe: “art. 32. Os assentos de nascimento, óbito e de casamento de brasileiros em país estrangeiro serão considerados autênticos, nos termos da lei do lugar em que forem feitos, legalizadas as certidões pelos cônsules ou quando por estes tomados, nos termos do regulamento consular. § 1º Os assentos de que trata este artigo serão, porém, trasladados nos cartórios de 1º Ofício do domicílio do registrado ou no 1º Ofício do Distrito Federal, em falta de domicílio conhecido, quando tiverem de produzir efeito no País, ou, antes, por meio de segunda via que os cônsules serão obrigados a remeter por intermédio do Ministério das Relações Exteriores”.

A alternativa B está correta. Nos termos do item 174 do Capítulo XVII do NSCGJSP: 174. A contratação de distribuição e fabricação do papel de segurança constitui encargo da Associação dos Registradores de Pessoas Naturais do Estado de São Paulo (ARPENSP), que deverá escolher empresas especializadas para tanto, desde que preenchidos requisitos de segurança e idoneidade”.

A alternativa C está incorreta. A hipótese não encontra-se prevista na legislação.

A alternativa D está incorreta. A assertiva contraria o item 169 do Capítulo XVII do NSCGJSP que afirma: “169. O Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca procederá no livro “E”, para fins de publicidade e efeitos perante terceiros, o traslado da certidão de casamento de estrangeiros realizado no exterior, devidamente traduzida por tradutor público juramentado, inscrito em junta

comercial brasileira, para em ato subsequente, averbar mandado judicial ou escritura pública de separação, divórcio, conversão de separação em divórcio, divórcio direto, nulidade e anulação de casamento”.

QUESTÃO 18. É correto afirmar que a opção pela nacionalidade brasileira é:

a) registrada no livro “E” à vista de comunicação do Ministério da Justiça.

b) averbada no traslado da certidão de nascimento do optante, à vista de mandado expedido pela Justiça Federal.

c) averbada no traslado da certidão de nascimento do optante, à vista de comunicação da Justiça Federal.

d) registrada no livro “E” à vista de mandado expedido pela Justiça Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre o registro da nacionalidade.

A alternativa A está incorreta. Não há previsão de comunicação ao Ministério da Justiça, conforme se verifica no art. 213§2^a do Decreto 9.199/2017: Art. 213. A opção pela nacionalidade é o ato pelo qual o brasileiro nascido no exterior e que não tenha sido registrado em repartição consular confirma, perante a autoridade judiciária competente, a sua intenção de manter a nacionalidade brasileira. § 2º A opção de nacionalidade é ato personalíssimo e deverá ocorrer por meio de procedimento específico, de jurisdição voluntária, perante a Justiça Federal, a qualquer tempo, após atingida a maioridade civil”.

A alternativa B está incorreta. A assertiva contraria o item 169 do Capítulo XVII do NSCGJSP que afirma: “169. O Registro Civil das Pessoas Naturais do 1º Subdistrito da Comarca procederá no livro “E”, para fins de publicidade e efeitos perante terceiros, o traslado da certidão de casamento de estrangeiros realizado no exterior, devidamente traduzida por tradutor público juramentado, inscrito em junta comercial brasileira, para em ato subsequente, averbar mandado judicial ou escritura pública de separação, divórcio, conversão de separação em divórcio, divórcio direto, nulidade e anulação de casamento”.

A alternativa C está incorreta. A assertiva encontra-se em desconformidade com o art. 213§2 do decreto 9.199/2017: Art. 213. A opção pela nacionalidade é o ato pelo qual o brasileiro nascido no exterior e que não tenha sido registrado em repartição consular confirma, perante a autoridade judiciária competente, a sua intenção de manter a nacionalidade brasileira. § 2º A opção de nacionalidade é ato personalíssimo e deverá ocorrer por meio de procedimento específico, de jurisdição voluntária, perante a Justiça Federal, a qualquer tempo, após atingida a maioridade civil”.

A alternativa D está correta. A assertiva está em conformidade com art. 213, §2º c/c art. 216 Decreto 9.199/2017 e item 170 cap. XVII NSCGJSP: Art. 213. A opção pela nacionalidade é o ato pelo qual o brasileiro nascido no exterior e que não tenha sido registrado em repartição consular confirma, perante a autoridade judiciária competente, a sua intenção de manter a nacionalidade brasileira. § 2º A opção

de nacionalidade é ato personalíssimo e deverá ocorrer por meio de procedimento específico, de jurisdição voluntária, perante a Justiça Federal, a qualquer tempo, após atingida a maioridade civil.” “Art. 216. A comprovação da opção pela nacionalidade brasileira ocorrerá por meio do registro da sentença no Cartório de Registro Civil das Pessoas Naturais, observado o disposto no art. 29, caput, inciso VII, da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973.” “170. É obrigatória a utilização do papel de segurança unificado e fornecido pela Casa da Moeda do Brasil, conforme o regime estabelecido pelos Provimentos nº 02, 03, 14 e 15 do Conselho Nacional de Justiça – CNJ”.

QUESTÃO 19. É correto afirmar que a retomada da nacionalidade brasileira é:

a) anotada no registro de nascimento do interessado à vista de mandado expedido pela Justiça Federal.

b) registrada no livro “E” à vista de comunicação do Ministério da Justiça.

c) averbada no registro de nascimento do interessado à vista de comunicação do Ministério da Justiça

d) registrada no livro “E” à vista de mandado expedido pela Justiça Federal.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre averbações.

A alternativa A está incorreta. A hipótese encontra-se em desconformidade com o art. 102 item 5º da Lei 6.015/73 c/c item 127, “C” cap. XVII NSCGJSP que dispõe: “Art. 102. No livro de nascimento, serão averbados: 5º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça. 127. A averbação das sentenças de perda ou suspensão de poder familiar será feita no Registro Civil das Pessoas Naturais, que registrou o nascimento do menor, fazendo constar o nome da pessoa que passa a deter o poder familiar e sua qualificação se conhecida”.

A alternativa B está incorreta. A assertiva contraria a interpretação decorrente do cotejo do art. 102 item 5º da Lei 6.015/73 c/c item 127, “C” , cap. XVII NSCGJSP que dispõe: “Art. 102. No livro de nascimento, serão averbados: 5º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça. 127. A averbação das sentenças de perda ou suspensão de poder familiar será feita no Registro Civil das Pessoas Naturais, que registrou o nascimento do menor, fazendo constar o nome da pessoa que passa a deter o poder familiar e sua qualificação se conhecida”.

A alternativa C está incorreta. Trata-se de assertiva não amparada pelo procedimento previsto no art. 102 item 5º da Lei 6.015/73 c/c item 127, “C” cap. XVII NSCGJSP que dispõe: “Art. 102. No livro de nascimento, serão averbados: 5º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça. 127. A averbação das sentenças de perda ou suspensão de poder familiar será feita no Registro Civil das Pessoas Naturais que registrou o nascimento do menor, fazendo constar o nome da pessoa que passa a deter o poder familiar e sua qualificação se conhecida”.

A alternativa D está correta. Trata-se da interpretação a ser extraída do art. 102 item 5º da Lei 6.015/73 c/c item 127, “C” , cap. XVII NSCGJSP que dispõe: “Art. 102. No livro de nascimento, serão averbados: 5º) a perda de nacionalidade brasileira, quando comunicada pelo Ministério da Justiça. 127. A averbação das sentenças de perda ou suspensão de poder familiar será feita no Registro Civil das Pessoas Naturais que registrou o nascimento do menor, fazendo constar o nome da pessoa que passa a deter o poder familiar e sua qualificação se conhecida”.

QUESTÃO 20. Em relação à escritura pública, é correto afirmar que

a) é desnecessária a apresentação do alvará judicial para aquisição onerosa de bem imóvel por menor de idade na hipótese de doação do respectivo numerário para concretizar a compra.

b) a cláusula “em tempo” somente é admitida se realizada antes das assinaturas das partes e demais comparecentes e da subscrição da escritura pública pelo Tabelião ou pelo seu substituto, podendo ser utilizada também para a alteração do preço e da forma de pagamento.

c) a coleta de assinaturas das partes poderá ocorrer em até 30 (trinta) dias sendo, nessas hipóteses, dispensada qualquer outra formalidade.

d) a existência de comunicação de indisponibilidade do alienante impede a lavratura do ato notarial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do item 42.3 das NSCGJ/SP – cap. XVI: 42.3. É desnecessária a apresentação de autorização judicial, na hipótese da doação do respectivo numerário para a aquisição do bem (doação modal).

A alternativa B está incorreta. Nos termos do item 51.1 das NSCGJ: 51.1. A cláusula em tempo é admitida, se exarada antes da assinatura das partes e demais comparecentes e da subscrição da escritura pública pelo Tabelião ou pelo seu substituto, e desde que não afete elementos essenciais do ato, como o preço, o objeto e a forma de pagamento.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o item 53.2 das NSCGJ: 53.2. Lavrada a escritura pública, a coleta das respectivas assinaturas das partes poderá ocorrer em até 30 dias, e nessas hipóteses as partes deverão apor ao lado de sua firma a data e o local (o mesmo da lavratura ou o endereço completo se for diverso) da respectiva subscrição.

A alternativa D está incorreta. Consoante ao item 44.1 das NSCGJ: 44.1. A existência de comunicação de indisponibilidade não impede a lavratura de escritura pública representativa de negócio jurídico tendo por objeto a propriedade ou outro direito real sobre imóvel ou quotas de participação no capital social de sociedade simples de que seja titular a pessoa atingida pela restrição, nessa incluída a escritura pública de procuração, devendo constar na escritura pública, porém, que as partes foram expressamente comunicadas da existência da ordem de indisponibilidade que poderá implicar a

impossibilidade de registro (lato sensu) do direito no Registro de Imóveis ou, então, conforme o caso, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas, enquanto vigente a restrição.

QUESTÃO 21. Assinale a alternativa verdadeira.

a) O termo de abertura da Carta de Sentença Notarial deverá conter a relação de documentos autuados e o número de páginas nela constantes, sendo que a cobrança de emolumentos corresponderá a uma procuração sem valor declarado.

b) Os maiores de 16 anos podem abrir ficha-padrão destinada ao reconhecimento de firmas, devendo o Tabelião nela consignar tal circunstância.

c) Pelo ato notarial incompleto não são devidos emolumentos e custas.

d) É proibido o reconhecimento de firma em documentos redigidos em língua estrangeira que não estejam registrados no Registro de Títulos e Documentos com sua respectiva tradução.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do item 214.3 das NSCGJ: 214.3. O termo de abertura deverá conter a relação dos documentos autuados, e o termo de encerramento informará o número de páginas da carta de sentença. Ambos serão considerados como uma única certidão para fins de cobrança de emolumentos.

A alternativa B está correta. Trata-se da literalidade do item 180.4 das NSCGJ/SP – cap. XVI: 180.4. Os maiores de 16 anos podem abrir ficha-padrão, devendo o Tabelião de Notas consignar a incapacidade relativa do menor de 18 anos.

A alternativa C está incorreta. Conforme dispõe o item 53.3 das NSCGJ: 53.3. Pelo ato notarial incompleto, serão devidos os emolumentos e custas, restando proibido o fornecimento de certidão ou traslado, salvo ordem judicial.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do item 191 das NSCGJ: 191 É autorizado o reconhecimento de firmas em escrito de obrigação redigido em língua estrangeira, de procedência interna, uma vez adotados os caracteres comuns.

QUESTÃO 22. Assinale a alternativa correta.

a) A procuração lavrada e apostilada no exterior, registrada no Registro de Títulos e Documentos, acompanhada da respectiva tradução, caso não redigida em língua nacional, poderá ter o prazo de validade de até noventa dias nas escrituras de divórcio.

b) Nas escrituras que tenham por objeto imóveis urbanos cujas descrições e caracterizações constem da certidão do Registro de Imóveis, basta a menção do número da matrícula ou da transcrição no corpo da escritura.

c) Na hipótese de aquisição de imóvel rural por estrangeiro, o notário deve verificar, através de certidão do Registro de Imóveis, se a porcentagem adquirida pelas pessoas estrangeiras de mesma nacionalidade ultrapassou mais de 20% da superfície do Município.

d) No tocante às pessoas jurídicas participantes dos atos notariais, deve-se exigir cópias de seus atos constitutivos, de eventuais alterações contratuais ou da respectiva consolidação societária, acompanhadas, conforme o caso, de certidão do Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas, cujo prazo não poderá ser superior a 90 (noventa) dias, ou por ficha cadastral da Junta Comercial, a ser obtida via internet, cujo prazo de emissão não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do item 89.1 das NSCGJ-SP – capítulo XVI: 89.1 A procuração lavrada no exterior, registrada no Registro de Títulos e Documentos, acompanhada da respectiva tradução, caso não redigida na língua nacional, poderá ter prazo de validade de até noventa dias.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do item 60 das NSCGJ: 60. As escrituras relativas a bens imóveis e direitos reais a eles relativos devem conter, ainda: a.2) para imóveis urbanos cujas descrições e caracterizações constem da certidão do Registro de Imóveis, o número do registro ou da matrícula no Registro de Imóveis, sua completa localização, logradouro, número, bairro, cidade e Estado, enquanto para os demais imóveis urbanos, principalmente aqueles objeto de transcrição, a descrição deve ser integral e pormenorizada, com referência precisa, inclusive, aos seus característicos e confrontações;

A alternativa C está incorreta. Conforme prevê o item 71 das NSCGJ: 71. A soma das áreas rurais pertencentes a pessoas estrangeiras, físicas ou jurídicas, não pode ultrapassar a 1/4 (um quarto) da superfície dos Municípios onde se situem, comprovada por certidão do Registro de Imóveis. 71.1. As pessoas de mesma nacionalidade não podem ser proprietárias, em cada Município, de mais de 10% (dez por cento) da superfície do Município.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do item 42, b, das NSCGJ: 42. O Tabelião de Notas, antes da lavratura de quaisquer atos, deve: [...] b) exigir, no tocante às pessoas jurídicas participantes dos atos notariais, cópias de seus atos constitutivos, de eventuais alterações contratuais ou da respectiva consolidação societária, acompanhadas, conforme o caso.

QUESTÃO 23. Assinale a alternativa correta.

a) A nomeação do inventariante do espólio pode se dar através de escritura pública autônoma sendo necessária, nesta hipótese, a apresentação do comprovante de pagamento do imposto de transmissão causa mortis e sua devida menção no corpo da escritura.

b) Na lavratura de escritura pública de fundação definida como entidade fechada de previdência privada, nos termos da lei, deve obrigatoriamente comparecer à Curadoria das Fundações do Ministério Público.

c) A existência de ônus incidentes sobre os imóveis impede a lavratura da escritura pública de inventário extrajudicial.

d) A escritura pública de divórcio pode ser retificada mediante declaração unilateral do interessado na volta do uso do nome de solteiro, em nova escritura pública, com assistência de advogado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do item 106.1 das NSCGJ: 06.1. A nomeação do inventariante extrajudicial pode se dar por escritura pública autônoma assinada por todos os herdeiros para cumprimento de obrigações do espólio e levantamento de valores, poderá ainda o inventariante nomeado reunir todos os documentos e recolher os tributos, viabilizando a lavratura da escritura de inventário.

A alternativa B está incorreta. Conforme determina o item 64 das NSCGJ: 64. As escrituras de instituição ou de interesse de Fundação não serão lavradas sem a intervenção do Ministério Público. 64.1. Não estão sujeitas ao requisito acima mencionado fundações que se enquadrem no conceito de entidade fechada de previdência privada.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do item 116.1 das NSCGJ: 116.1. A existência de ônus incidentes sobre os imóveis não impede a lavratura da escritura pública.

A alternativa D está correta. Trata-se da literalidade do item 108 das NSCGJ/SP – cap. XVI: 108. A escritura pública pode ser retificada desde que haja o consentimento de todos os interessados ou por procurador constituído no ato, bem como por procuração pública autônoma

QUESTÃO 24. A Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados (CENSEC), disponível por meio do Sistema de Informações e Gerenciamento Notarial (SIGNO) é mantida e operada pelo Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB/CF), e deve ser alimentada com a inclusão de dados específicos por todos os tabeliães de notas e oficiais de registro que pratiquem atos notariais. Assinale a alternativa verdadeira sobre o referido assunto.

a) O envio dos dados para a Central de Escrituras e Procurações (CEP) deve ser realizado uma vez por mês, até o último dia útil do mês subsequente à prática dos atos notariais.

b) É dispensado o envio de informações negativas às Centrais (RCTO, CESDI e CEP).

c) O envio dos dados para o Registro Central de Testamento (RCTO) deve ser realizado até o dia 20, quanto a atos praticados na primeira quinzena do próprio mês. Caso o dia 20 não seja dia útil, esta informação deverá ser enviada no dia útil subsequente.

d) O envio dos dados para a Central de Escrituras de Separações, Divórcios e Inventários (CESDI) é realizado até o dia 10 de cada mês subsequente aos atos praticados na segunda quinzena do mês anterior. Caso o dia 10 não seja dia útil a informação deverá ser enviada no dia útil subsequente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do item 164 das NSCGJ: 164. Os Tabeliães de Notas e os Registradores Civis com atribuições notariais remeterão, quinzenalmente, ao CNB-CF, por meio da CENSEC e ao CNB-SP, por meio do SIGNO, informações constantes das escrituras públicas e procurações públicas ou informações negativas da prática desses atos, com ressalva das referentes a separação, divórcio, inventário e partilha, a serem encaminhadas à CESDI, e das relativas a testamento, a serem enviadas ao RCTO, nos seguintes termos: a) até o dia 5 (cinco) do mês subsequente, quanto aos atos praticados na segunda quinzena do mês anterior; b) até o dia 20 (vinte) de cada mês, em relação aos atos praticados na primeira quinzena do mesmo mês

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o item 165 das NSCGJ: 165. As informações positivas ou negativas serão enviadas, por meio da internet, ao CNB-CF e ao CNB-SP, arquivando-se digitalmente o comprovante de envio.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do item 157 das NSCGJ/SP – cap. XVI: 157. Os Tabeliães de Notas e os Registradores Civis com atribuição notarial para lavratura de testamentos remeterão, quinzenalmente, ao Colégio Notarial do Brasil – Conselho Federal (CNB-CF), por meio da Central Notarial de Serviços Eletrônicos Compartilhados – CENSEC e ao Colégio Notarial do Brasil – Seção São Paulo (CNB-SP), por meio do Sistema Informações e Gerenciamento Notarial (SIGNO) relação dos nomes constantes dos testamentos lavrados em seus livros e respectivas revogações, bem como dos instrumentos de aprovação de testamentos cerrados, ou informação negativa da prática de qualquer um desses atos, nos seguintes termos: 563 a) até o dia 5 (cinco) do mês subsequente, quanto aos atos praticados na segunda quinzena do mês anterior; b) até o dia 20 (vinte) de cada mês, em relação aos atos praticados na primeira quinzena do mesmo mês. 157.1. Nos meses em que os dias 5 e 20 não forem úteis, a informação deverá ser enviada no primeiro dia útil subsequente

A alternativa D está incorreta. Conforme determina o item 164 das NSCGJ: 164. Os Tabeliães de Notas e os Registradores Civis com atribuições notariais remeterão, quinzenalmente, ao CNB-CF, por meio da CENSEC e ao CNB-SP, por meio do SIGNO, informações constantes das escrituras públicas e procurações públicas ou informações negativas da prática desses atos, com ressalva das referentes a separação, divórcio, inventário e partilha, a serem encaminhadas à CESDI, e das relativas a testamento, a serem enviadas ao RCTO, nos seguintes termos: a) até o dia 5 (cinco) do mês subsequente, quanto aos atos praticados na segunda quinzena do mês anterior; b) até o dia 20 (vinte) de cada mês, em relação aos atos praticados na primeira quinzena do mesmo mês

QUESTÃO 25. Com relação aos princípios da função notarial, é correto afirmar que

a) o princípio da territorialidade aplicável ao tabelião de notas, nos termos da Lei n. 8.935/94, determina que a parte possa escolher o notário de sua preferência independentemente de sua residência.

b) o princípio da publicidade traz a obrigação da irrestrita emissão de certidões dos atos lavrados na serventia.

c) em razão do princípio da publicidade não há de se falar em dever de sigilo do notário.

d) o princípio do rogatório assevera que é proibido ao notário atuar de ofício devendo sempre ser necessária a provocação da parte interessada tendo sua única exceção restrita aos casos relativos à proteção dos interesses de incapazes.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Trata-se da literalidade do artigo 8º da Lei 8.935/94: Art. 8º É livre a escolha do tabelião de notas, qualquer que seja o domicílio das partes ou o lugar de situação dos bens objeto do ato ou negócio. Art. 9º O tabelião de notas não poderá praticar atos de seu ofício fora do Município para o qual recebeu delegação.

A alternativa B está incorreta. De acordo com o art. 4º da Lei 8.159/1991: Art. 4º - Todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular ou de interesse coletivo ou geral, contidas em documentos de arquivos, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujos sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, bem como à inviolabilidade da intimidade, da vida privada, da honra e da imagem das pessoas. Um exemplo a sigilosidade e da limitação das expedição das certidões é o disposto no item 37.1 das NSCGJ: 37.1. Nos casos de diagnóstico de Anomalias de Diferenciação Sexual – ADS em recém-nascidos, o Registrador deverá lançar no registro de nascimento o sexo como ignorado, conforme constatação médica lançada na Declaração de Nascido Vivo – DNV. [...] 37.1.4. O registro feito na forma do item 37.1 tem natureza sigilosa, razão pela qual somente poderão ser expedidas certidões por solicitação do registrado ou seus representantes legais. Outros requerimentos deverão ser encaminhados pelo Oficial do Registro Civil ao Juiz Corregedor Permanente para exame da existência de interesse jurídico do requerente.

A alternativa C está incorreta. A publicidade, ainda, no que toca aos serviços notariais, não é ilimitada. No exercício da atividade, o Tabelião tem acesso a informações das partes que muitas vezes são de natureza reservada, e nem sempre irão constar do ato em si. Esse tipo de informação não deve ser pública; pelo contrário, assim como o advogado com relação aos seus clientes, o Tabelião de Notas também deve preservar a intimidade dos seus usuários (“clientes”). Essa norma já restou positivada: Lei 8.935/1994. Art. 30. São deveres dos notários e dos oficiais de registro: VI - guardar sigilo sobre a documentação e os assuntos de natureza reservada de que tenham conhecimento em razão do exercício de sua profissão;

A alternativa D está incorreta. O princípio da rogação também pode ser chamado de princípio da instância (designação já utilizada pela Banca da Vunesp, por sinal) ou princípio da reserva de iniciativa

(utilizado pela CONSULPLAN), ou correlacionando ao princípio processual da inércia. Rogar vem de pedir, solicitar. O Tabelião de Notas não pode, via de regra, agir de ofício. Ele deve ser provocado pela parte interessada, mediante um pedido, um rogo, uma provocação verbal ou escrita, prévio à formalização do ato. Esse princípio, portanto, acaba por vedar práticas mercadológicas de captação de clientes, que são proibidas na atividade notarial. É até possível que na fase de aconselhamento não haja pedido, e normal até que assim o seja, que o pedido seja realizado após compreensão do ato, das consequências jurídicas etc. mas ele deve existir. Muito embora não seja obrigatório, é cautela inclusive obter pedido escrito para lavratura de ata notarial, na medida em que é um ato que dispensa a assinatura das partes no próprio ato. Há certas ações realizadas pelos Tabeliães que independem de rogação, como por exemplo o lançamento de uma certidão após a lavratura do ato, para fazer constar documento que antes fora apresentado mas por um lapso não citado no documento lavrado antes da aposição da assinatura das partes. Mas isso não seria propriamente um ato notarial, e não teria o condão de modificar o conteúdo jurídico objeto da lavratura. Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Livro Digital Interativo. Cartórios – TJSP. Tabelionato de Notas - Cartórios TJSP. Aula 4.

QUESTÃO 26. Assinale a alternativa correta.

a) A expedição de certidões relativas a testamentos fica condicionada à comprovação do grau de parentesco, através da apresentação de documento público, entre o solicitante e o testador.

b) Ao lavrar substabelecimento de procuração pública, o Tabelião de Notas deve anotar essa circunstância no caso de a procuração estar escriturada em sua serventia somente após o pagamento dos emolumentos relativos às “Anotações” constantes na tabela própria de emolumentos.

c) Os documentos de outras localidades, públicos ou particulares, referidos nos atos notariais, deverão ter suas firmas reconhecidas na comarca de origem ou naquela em que irão produzir seus efeitos, salvo os assinados judicialmente.

d) É vedada a lavratura de ata notarial onde o objeto narrado constitua fato ilícito.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do item 153.2 das NSCGJ: m 153.2. Com a prova do falecimento do testador, as certidões poderão ser expedidas livremente, independente do interesse jurídico de quem a solicite, que estará dispensado de expor as razões de seu pedido.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o item 135 das NSCGJ: 135. Os Tabeliães de Notas, ao lavrarem escritura pública de substabelecimento, renúncia ou revogação de procuração escriturada em suas serventias, anotarão essa circunstância, imediatamente e sem ônus aos interessados, à margem do ato substabelecido, objeto da renúncia ou revogado.

A alternativa C está correta. Trata-se da literalidade do item 157 das NSCGJ/SP – cap. XVI: 154. Os documentos de outras localidades, públicos ou particulares, referidos nos atos notariais, deverão ter

suas firmas reconhecidas na comarca de origem ou naquela em que irão produzir seus efeitos, salvo os assinados judicialmente observado o disposto no item 26, e seus subitens, do Capítulo XIII.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do item 141.1 das NSCGJ: 141.1. É possível lavrar ata notarial quando o objeto narrado constitua fato ilícito.

QUESTÃO 27. Assinale a alternativa correta relativa à fé pública depositada no Titular.

a) Os atos praticados pelo Delegado são dotados de presunção absoluta de veracidade.

b) Os atos praticados em sua presença são dotados de presunção relativa de veracidade.

c) Ela decorre da aprovação em concurso de provas e notas.

d) Os atos por ele praticados podem ser, nos termos da lei, de outras atribuições desde que no município não exista serviço extrajudicial relativo à especialidade do ato praticado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A presunção de veracidade dos atos praticados pelos notários é relativa, ou seja iuris tantum, e somente pode ser afastada mediante prova em sentido contrário.

A alternativa B está correta. Nos termos do artigo 3º da Lei 8.935/94: Art. 3º Notário, ou tabelião, e oficial de registro, ou registrador, são profissionais do direito, dotados de fé pública, a quem é delegado o exercício da atividade notarial e de registro. A presunção de veracidade dos atos praticados pelos notários é relativa, ou seja, iuris tantum, e somente pode ser afastada mediante prova em sentido contrário. Nesse sentido a jurisprudência do c. STJ: RECURSO ESPECIAL - EMBARGOS À EXECUÇÃO DE TÍTULO EXTRAJUDICIAL CONSISTENTE EM CONTRATO PARTICULAR DE COMPRA E VENDA DE IMÓVEL - ESCRITURA PÚBLICA AQUISITIVA OUTORGADA POR TERCEIROS ANTIGOS PROPRIETÁRIOS DIRETAMENTE AO COMPRADOR, A PEDIDO DO VENDEDOR, PROPRIETÁRIO DE FATO - PREÇO E QUITAÇÃO FICTÍCIA CONSTANTE NO DOCUMENTO PÚBLICO QUE NÃO RETIRA A EXIGIBILIDADE DA OBRIGAÇÃO PACTUADA COM O VERDADEIRO PROPRIETÁRIO - DECLARAÇÕES DAS PARTES AO OFICIAL DE REGISTRO QUE POSSUEM PRESUNÇÃO RELATIVA DE VERACIDADE ADMITINDO-SE PROVA EM CONTRÁRIO - INSURGÊNCIA DO EMBARGANTE. Cinge-se a controvérsia acerca da interpretação e alcance dos arts. 215, caput, e 216 do Código Civil vigente, especificamente, no caso ora em exame, se a escritura pública ostenta presunção absoluta (jure et de jure) ou relativa (juris tantum) de veracidade e se por instrução probatória é possível elidir a força probante do instrumento 1. A fé pública atribuída aos atos dos servidores estatais e aos documentos por eles elaborados, não tem o condão de atestar a veracidade do que é tão somente declarado, de acordo com a vontade, boa ou má-fé das partes, pois a fé pública constitui princípio do ato registral que protege a inscrição dos direitos, não dos fatos subjacentes a ele ligados. 1.1 As declarações prestadas pelas partes ao notário, bem ainda o documento público por ele elaborado, possuem presunção relativa (juris tantum) de veracidade, admitindo-se prova em contrário. Precedentes. 2. A quitação, quando considerada ficta, exarada para fins de transferência de propriedade, exige prova do pagamento para que seja reputada consumada. 2.1 Consoante delineado

pela Corte local, com amparo nos elementos de convicção dos autos, inviável conferir o atributo de prova plena, absoluta e incontestável à escritura aquisitiva - como pretende a insurgente - a fim de desconstituir a exigibilidade do crédito executado, pois no documento não consta pagamento algum na presença do servidor cartorário ao exequente ou aos antigos proprietários e, por consequência, não existe relação ireta, ou prejudicial, entre o que foi declarado na escritura e a obrigação de pagar assumida pela recorrente perante o exequente no contrato particular de compromisso de compra e venda. 2.2 O acolhimento da pretensão recursal, no sentido de atribuir validade absoluta às declarações constantes na escritura pública, para elidir a exigibilidade do título exequendo, demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência vedada a esta Corte Superior em razão do óbice da Súmula nº 7/STJ. 2. Para caracterização do dissídio jurisprudencial constante na alínea "c" do permissivo constitucional é necessário que a parte recorrente apresente paradigmas de mesma similitude fática consoante previsão dos artigos 541, parágrafo único, do CPC e 255, §§ 1º e 2º, do RISTJ, o que não ocorre no caso, inviabilizando o conhecimento do reclamo no ponto. 3. Recurso especial conhecido em parte e, na extensão, desprovido (RECURSO ESPECIAL Nº 1.288.552 - MT (2011/0251084-3), j. 24/11/220).

A alternativa C está incorreta. A fé-pública decorre da delegação do exercício da atividade notarial e de registro, que ocorre com a posse no cargo.

A alternativa D está incorreta. Não é permitida aos tabeliães a lavratura de instrumentos particulares, de atos estranhos à sua competência (EMILIASI, Demétrios. Manual dos Tabeliães. p. 1225.). A competência dos tabeliães está regida no art. 7º da Lei nº 8.935/9430: Art. 7º Aos tabeliães de notas compete exclusivamente: I – lavrar escrituras e procurações públicas; II – lavrar testamentos públicos e aprovar os cerrados; III – lavrar atas notariais; IV – reconhecer firmas; V – autenticar cópias. Parágrafo único: É facultado aos tabeliães de notas realizar todas as gestões e diligências necessárias ou convenientes ao preparo dos atos notariais, requerendo o que couber, sem ônus maiores que os emolumentos devidos pelo ato.

QUESTÃO 28. Assinale a alternativa correta.

- a) É obrigatório o registro das escrituras de divórcio no Livro “E” do Registro Civil das Pessoas Naturais.**
- b) Para que seja possível uma finalização do ato mais célere, é permitido ao Tabelião de Notas a indicação de advogado às partes nas escrituras de divórcio.**
- c) É permitida a lavratura de escrituras de divórcio se comprovada resolução prévia e judicial com relação a guarda dos filhos menores.**
- d) Nas escrituras de inventário e partilha, a base de cálculo dos emolumentos será o maior valor entre aqueles atribuídos pelas partes e o valor venal, excluindo-se a meação do cônjuge sobrevivente da respectiva base de cálculo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**, conforme gabarito preliminar oficial. No entanto, a questão é passível de recurso, pois apresenta duas alternativas corretas, haja vista que a alternativa “c” também está correta.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do item 84 das NSCGJ: 84. É desnecessário o registro das escrituras públicas no Livro “E” do Registro Civil das Pessoas Naturais

A alternativa B está incorreta. Conforme item 82 das NSCGJ: 82. É vedada ao Tabelião de Notas a indicação de advogado às partes, que devem comparecer ao ato notarial acompanhadas de profissional de sua confiança.

A alternativa C está correta. Salvo melhor juízo, entendo que a questão é passível de RECURSO. A alternativa indicada como correta no gabarito é a letra “D” – que, de fato corresponde a interpretação constante do item 79.3 do capítulo XVI das NSCGJ/SP: 79.3. Se houver partilha, prevalecerá como base para o cálculo dos emolumentos, o maior valor dentre aquele atribuído pelas partes e o venal. Nesse caso, em inventário e partilha, excluir-se-á da base de cálculo o valor da meação do cônjuge sobrevivente.

Todavia a alternativa “C” (“É permitida a lavratura de escrituras de divórcio se comprovada resolução prévia e judicial com relação a guarda dos filhos menores”) – no meu entender – também é verdadeira, uma vez que o item 87.2 do capítulo mencionado abarca a possibilidade. 87.2. Se comprovada a resolução prévia e judicial de todas as questões referentes aos filhos menores (guarda, visitas e alimentos), o tabelião de notas poderá lavrar escrituras públicas de separação e divórcio consensuais. 79.3. Se houver partilha, prevalecerá como base para o cálculo dos emolumentos, o maior valor dentre aquele atribuído pelas partes e o venal. Nesse caso, em inventário e partilha, excluir-se-á da base de cálculo o valor da meação do cônjuge sobrevivente.

A alternativa D está correta. Conforme mencionado na alternativa anterior, a questão é passível de recurso, pois apresenta duas alternativas corretas. No tocante à alternativa D, conforme prevê o item 79.3 do capítulo XVI das NSCGJ/SP: 79.3. Se houver partilha, prevalecerá como base para o cálculo dos emolumentos, o maior valor dentre aquele atribuído pelas partes e o venal. Nesse caso, em inventário e partilha, excluir-se-á da base de cálculo o valor da meação do cônjuge sobrevivente.

QUESTÃO 29. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, o Oficial de Registro de Imóveis de serventia recém-instalada, ao abrir uma matrícula com origem na circunscrição anterior:

a) Mencionará na identificação do imóvel a rua ou o logradouro público atual, de ofício, ainda que não conste do registro anterior.

b) No caso de legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da Reurb, após a conversão da propriedade, não transportará quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições eventualmente existentes na matrícula de origem, salvo quando disserem respeito ao próprio legitimado.

c) Mencionará os ônus em averbações autônomas, tantas quantas foram os ônus existentes, com a cobrança das custas e emolumentos devidos por cada averbação.

d) Transportará para a nova matrícula os ônus indiretamente cancelados em razão de registro da arrematação ou adjudicação e deixará de transportar os cancelados de forma direta.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 54.5 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “É vedado constar da matrícula a indicação de rua ou qualquer outro logradouro público, sem que tal circunstância conste do registro anterior.”

A alternativa B está correta. Conforme o item 54.1.1 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “Quando se tratar de legitimação fundiária, em qualquer das modalidades da Reurb, ou de legitimação de posse, após a conversão da propriedade, a matrícula da unidade imobiliária estará livre e desembaraçada de quaisquer ônus, direitos reais, gravames ou inscrições, eventualmente existentes em sua matrícula de origem, exceto quando disserem respeito ao próprio legitimado.”

A alternativa C está incorreta. Conforme o item 54.1 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “Se na certidão constar ônus ou ações, o oficial fará a abertura da matrícula e em seguida (AV. 1) averbará sua existência, consignando sua origem, natureza e valor, o que ocorrerá, também, quando o ônus estiver lançado no próprio cartório. Por tais averbações não são devidos emolumentos e custas.”

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 54.1.2 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “Os ônus não serão transportados quando forem anteriores ao registro de arrematação ou adjudicação e quando desse registro decorrer, de forma inequívoca, o seu cancelamento direto ou indireto.”

QUESTÃO 30. Assinale a alternativa correta, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

a) É obrigatória a abertura de matrícula para cada lote ou fração ideal que corresponderá a determinada unidade autônoma, após o registro do loteamento ou da incorporação imobiliária, sendo vedado o repasse das despesas daí decorrentes ao interessado.

b) Tratando-se de brasileiros ou de estrangeiros casados no exterior, em caso de omissão do regime de bens no título aquisitivo, o registro poderá ser feito, exigindo-se averbação futura para a publicidade de tal informação.

c) Sempre que possível, nos títulos devem ser mencionados, como confrontantes, os próprios prédios e não seus proprietários.

d) Não sendo suficientes os elementos de especialidade objetiva ou subjetiva, para a abertura da matrícula o interessado deverá requerer prévia retificação ao cartório da circunscrição de origem.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 57.5.4 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “É facultada a abertura de matrícula para cada lote ou fração ideal que corresponderá a determinada unidade autônoma, após o registro do loteamento ou da incorporação imobiliária.”

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 61.4 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “Tratando-se de brasileiros ou de estrangeiros casados no exterior, para evitar dúvida acerca da real situação jurídica dominial do imóvel, o regime de bens deve ser desde logo comprovado para constar do registro.”

A alternativa C está correta. Conforme o item 59 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “Sempre que possível, nos títulos devem ser mencionados, como confrontantes, os próprios prédios e não os seus proprietários.”

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 52.2 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “Não sendo suficientes os elementos de especialidade objetiva ou subjetiva, para a abertura de matrícula o interessado deverá requerer prévia retificação ao cartório da atual situação do imóvel.”

QUESTÃO 31. De acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo, quanto aos prazos do Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

a) É vedada a informação da concretização da incorporação depois de decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias, previstos no artigo 33 da Lei nº 4.591/64.

b) Purgada a mora decorrente de contrato de alienação fiduciária em garantia, o Oficial entregará recibo ao devedor e, nos 2 (dois) dias seguintes, comunicará esse fato ao credor fiduciário para recebimento na serventia das importâncias recebidas ou procederá à transferência diretamente ao fiduciário.

c) O prazo para impugnação do pedido de registro de loteamento, previsto no artigo 19 da Lei nº - 6.766/79, é de 15 (quinze) dias corridos.

d) Decorrido o prazo de 180 (cento e oitenta) dias sem as providências do credor fiduciário para a consolidação da propriedade em razão da não purgação da mora decorrente de contrato de alienação fiduciária, os autos serão arquivados, com cancelamento do protocolo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 216.1 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “216.1. A informação da concretização poderá ocorrer a qualquer tempo, ainda que decorridos os 180 (cento e oitenta) dias previstos art. 33 da Lei nº 4.591/1964, contanto que esteja comprovada de forma idônea.”

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 248 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “248. Purgada a mora perante o Registro de Imóveis, o Oficial entregará recibo ao devedor e, nos 3 (três) dias seguintes, comunicará esse fato ao credor fiduciário para recebimento na serventia das importâncias recebidas, ou procederá à transferência diretamente ao fiduciário.”

A alternativa C está correta. Conforme o artigo 19 da Lei 6.766/79: “Art. 19. O oficial do registro de imóveis, após examinar a documentação e se encontrá-la em ordem, deverá encaminhar comunicação à Prefeitura e fará publicar, em resumo e com pequeno desenho de localização da área, edital do pedido de registro em 3 (três) dias consecutivos, o qual poderá ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias corridos, contado da data da última publicação.”

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 250.2 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “250.2. Decorrido o prazo de 120 (cento e vinte) dias sem as providências elencadas no item anterior, os autos serão arquivados, com cancelamento do protocolo. Ultrapassado esse prazo, a consolidação da propriedade fiduciária exigirá novo procedimento de execução extrajudicial.”

QUESTÃO 32. No sistema imobiliário espanhol, a petição de inscrição encontra-se facilitada de maneira extraordinária. A petição de registro constitui uma declaração de vontade, receptível e não solene, cujo destinatário é o cartório de registro, com o objetivo de que o oficial de registro inscreva um título. Assinale a alternativa que apresenta o princípio registrário correspondente a tal afirmação.

a) Princípio de rogação.

b) Princípio da especialidade.

c) Princípio da legalidade.

d) Princípio da unitariedade matricial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema princípios registrários.

A alternativa A está correta. O princípio da Rogação (ou Instância) é aquele pelo qual, em regra, o registrador somente pode praticar registros e averbações se solicitado pelo interessado. É o princípio base na maioria dos sistemas registrais imobiliários do planeta. Segundo a doutrina: “O princípio da rogação, como é mais conhecido, aplica-se a todo o sistema notarial e registral, não sendo específico do protesto. Este princípio traz o significado de que o tabelião ou oficial não age de ofício, devendo ser provocado, ou seja, a iniciativa é do interessado, que deve apresentar sua pretensão diante do tabelião, requerendo o ato almejado.” (ALVARES, Adriano. Tabelaionato de Protesto / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.1 - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está incorreta. O princípio da Especialidade se conceitua pela necessidade de identificação segura da res (imóvel), além dos titulares de direitos matricialmente registrados/averbados estarem perfeitamente qualificados, para que o registro reflita com exatidão o

fato jurídico que o originou. Segundo a doutrina: “O Princípio da Especialidade determina que o imóvel e os sujeitos envolvidos no título ou documentos levados a registro devem estar perfeitamente descritos e individuados, permitindo assim a correta descrição, caracterização e localização daquele e a perfeita identificação das pessoas que nos atos figuram como partes. Origina-se a partir dos requisitos descritos no art. 225 da Lei 6.015/73.” (ARRUDA, Gustavo. Registro de Imóveis / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.1 - Livro Digital Interativo).

A alternativa C está incorreta. O princípio da Legalidade significa que o Registrador deve analisar, sob viés da legalidade, o título que lhe é apresentado para registro, sempre nos limites da sua competência, autorizando somente o ingresso de que cumpram estritamente os ditames legais/normativos. É justamente isso que defende a doutrina: “No que diz respeito à atividade registral, tal princípio impõe que todo Oficial de Registro promova uma análise, à luz da legalidade, dos títulos que lhe são apresentados para registro. É a partir dessa análise, denominada qualificação registral, que se observa a possibilidade de registro, podendo o título aceder à publicidade registral.” (ARRUDA, Gustavo. Registro de Imóveis / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.1 - Livro Digital Interativo).

A alternativa D está incorreta. O princípio da Unitariedade Matricial significa que cada imóvel terá matrícula própria, que será aberta por ocasião do primeiro ato de registro ou de averbação caso a transcrição possua todos os requisitos elencados para a abertura de matrícula, assim como toda matrícula conterà apenas a especialização objetiva de um único imóvel. Segundo a doutrina: “(...) o Registro de Imóveis é composto por alguns Livros e cada um deles tem uma função específica no sistema de escrituração. Dito isto, o princípio da unitariedade determina que cada imóvel será registrado em uma única matrícula aberta no Livro nº 2 – Registro Geral. É a matrícula que se submete a tal princípio – a cada imóvel deve corresponder uma única matrícula e a cada matrícula um único imóvel.” (ARRUDA, Gustavo. Registro de Imóveis / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.2 - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 33. O Oficial de Registro de Imóveis poderá

a) autenticar microfilmes de instrumentos particulares que envolvam bens imóveis, desde que o filme esteja legível e o responsável pela microfilmagem possua autorização do Ministério da Justiça.

b) arquivar exclusivamente por sistema de microfilmagem as cédulas de crédito rural, industrial, à exportação e comercial, mesmo que o aparelho leitor de microfilme ou leitor-copiador não se encontre na sede do cartório.

c) autenticar a Cédula de Crédito Imobiliário (CCI), quando emitida cartularmente e contar com garantia real.

d) arquivar as certidões de notificação ou de entrega de registros, que terão referência no Livro "D" do Registro de Imóveis para localização.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 74 do Capítulo XIX das NSCGJ-SP: “74. A autenticação de microfimes e fotogramas deles extraídos, para sua autenticidade, prova de data e validade perante terceiros, na forma da lei, é atribuição privativa dos serviços de Registro de Títulos e Documentos.”

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 138.3 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “138.3. Ficam dispensados do arquivamento das cédulas, na forma referida, os cartórios que adotem sistema autorizado de microfilmagem ou digitalização dos documentos (item 386). Nesta hipótese, deverão ser microfilmados ou digitalizados todos os documentos apresentados com as cédulas, sendo obrigatória a manutenção, em cartório, de aparelho leitor de microfilme ou leitorcopiador.”

A alternativa C está correta. Conforme art. 19 da Lei 10.931/04: “Art. 19. A CCI deverá conter: inciso XI - a autenticação pelo Oficial do Registro de Imóveis competente, no caso de contar com garantia real;”

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 57 do Capítulo XIX das NSCGJ-SP: “57. Nas Serventias que utilizem sistema de microfilmagem, as certidões de notificação ou de entrega de registros terão referência no livro "D", para localização.”. Este Livro D pertence ao Registro de Títulos e Documentos (os Livros do Registro de Imóveis são numerados de 01 até 05).

QUESTÃO 34. Assinale a alternativa correta.

a) Após o registro da instituição do condomínio urbano simples, é facultada a abertura de uma matrícula para cada unidade autônoma.

b) A instituição do regime da multipropriedade será registrada na matrícula do respectivo imóvel, que identificará a duração dos períodos correspondentes a cada fração de tempo e disporá sobre os critérios a serem adotados para fixação de tempo, se for adotado sistema flutuante, dispensada a apresentação da convenção de condomínio.

c) A alienação a terceiros, não condôminos, de vaga de garagem vinculada a fração ideal de terreno e oriunda de edifício-garagem, nos termos da Lei nº 4.591/64, independe de autorização expressa da convenção de condomínio.

d) O Oficial de Registro de Imóveis deverá recusar cláusula constante na minuta da convenção de condomínio em que a incorporadora estipula a livre locação de abrigo de veículos vinculado à unidade autônoma do tipo apartamento a pessoas estranhas ao condomínio.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 445 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “445. Após o registro da instituição do condomínio urbano simples, deverá ser aberta uma matrícula para cada unidade

autônoma, à qual caberá, como parte inseparável, uma fração ideal do solo e das outras partes comuns, se houver, representada na forma de percentual.”

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 461 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “461. A convenção da multipropriedade será registrada no Livro nº 3 – Registro Auxiliar, e disporá, no mínimo, sobre (...)”

A alternativa C está correta. Conforme a Apelação n.º 1090191-75.2017.8.26.0100 do CSM/SP: “Nos edifícios-garagem a que se refere o art. 1º, § 3º da Lei nº 4.591/64 as unidades autônomas são vagas de garagem vinculadas às frações ideais do terreno e às coisas de uso comum, ou seja, sua propriedade não é ligada à de unidade autônoma de outra natureza, razão pela qual não existe restrição para que sejam livremente alienadas pelo proprietário. Nos demais edifícios, ou seja, naqueles em que as unidades autônomas são apartamentos, lojas, sobrelojas, escritórios e casas, a propriedade das garagens se vincula à unidade autônoma a que corresponder, isto é, de que houver o mesmo proprietário, conforme conceito contido no § 1º do art. 2º da Lei nº 4.591/64.”

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 1.331, caput e § 1º, do CC/02: “Art. 1.331. Pode haver, em edificações, partes que são propriedade exclusiva, e partes que são propriedade comum dos condôminos. §1º As partes suscetíveis de utilização independente, tais como apartamentos, escritórios, salas, lojas e sobrelojas, com as respectivas frações ideais no solo e nas outras partes comuns, sujeitam-se a propriedade exclusiva, podendo ser alienadas e gravadas livremente por seus proprietários, exceto os abrigos para veículos, que não poderão ser alienados ou alugados a pessoas estranhas ao condomínio, salvo autorização expressa na convenção de condomínio.”

QUESTÃO 35. Em relação aos procedimentos de execução extrajudicial perante o Registro de Imóveis, assinale a alternativa correta.

a) No procedimento de execução extrajudicial da dívida hipotecária perante o oficial de registro de imóveis da situação do imóvel hipotecado, a não purgação da mora no prazo de 15 (quinze) dias autoriza o início do procedimento extrajudicial, com prévia averbação na matrícula do imóvel da não purgação da mora, para posterior leilão público a ser promovido pelo credor.

b) No procedimento de execução extrajudicial de dívida hipotecária, havendo lance vencedor no leilão público realizado pelo credor, a transmissão do imóvel ao licitante será feita por instrumento público ou particular, no qual deverá figurar como vendedor o antigo credor hipotecário e, de outro lado, como comprador o licitante vencedor.

c) No procedimento extrajudicial para purga da mora decorrente de contrato de alienação fiduciária, a não purgação da mora no prazo de 15 (quinze) dias autoriza o início do procedimento extrajudicial, com prévia averbação na matrícula do imóvel da não purgação da mora, para posterior leilão público a ser promovido pelo credor.

d) No procedimento extrajudicial para purga da mora decorrente de contrato de alienação fiduciária, a averbação de consolidação da propriedade ocorrerá a pedido do credor, somente após a prova de que os leilões foram negativos, instruído com cópias autênticas das publicações dos leilões e dos autos negativos, assinado por leiloeiro oficial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema execução extrajudicial perante o Registro de Imóveis.

A alternativa A está correta. Conforme art. 9º, § 1º, da Lei nº 11.711/2023: “§ 1º Vencida e não paga a dívida hipotecária, no todo ou em parte, o devedor e, se for o caso, o terceiro hipotecante ou seus representantes legais ou procuradores regularmente constituídos serão intimados pessoalmente, a requerimento do credor ou do seu cessionário, pelo oficial do registro de imóveis da situação do imóvel hipotecado, para purgação da mora no prazo de 15 (quinze) dias, observado o disposto no art. 26 da Lei nº 9.514, de 20 de novembro de 1997, no que couber.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 9º, § 11, da Lei nº 11.711/2023: “§ 11. Concluído o procedimento e havendo lance vencedor, os autos do leilão e o processo de execução extrajudicial da hipoteca serão distribuídos a tabelião de notas com circunscrição delegada que abranja o local do imóvel para lavratura de ata notarial de arrematação, que conterá os dados da intimação do devedor e do garantidor e dos autos do leilão e constituirá título hábil de transmissão da propriedade ao arrematante a ser registrado na matrícula do imóvel.”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 26, § 7º, da Lei nº 9.514/1997: “§ 7º - Decorrido o prazo de que trata o §1º (15 dias) sem a purgação da mora, o oficial do competente Registro de Imóveis, certificando esse fato, promoverá a averbação, na matrícula do imóvel, da consolidação da propriedade em nome do fiduciário, à vista da prova do pagamento por este, do imposto de transmissão inter vivos e, se for o caso, do laudêmio.”

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 250 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “250. A consolidação da plena propriedade será feita à vista da prova do pagamento do imposto de transmissão “inter vivos” e, se for o caso, do laudêmio. Para tais fins, será considerado o preço ou valor econômico declarado pelas partes ou o valor tributário do imóvel, independentemente do valor remanescente da dívida.”

QUESTÃO 36. O oficial de registro de imóveis, ao entrar em exercício da delegação, verifica que há um salto na numeração sequencial das matrículas (Livro 2). A serventia possui um total de 10.000 (dez mil) matrículas, mas após a matrícula de numeração 8.000 (oito mil), a próxima matrícula é a de numeração 8.011 (oito mil e onze). Assinale a alternativa correta, de acordo com o Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

a) O Oficial não poderá deixar salto na numeração sequencial e ininterrupta das matrículas, devendo utilizar a numeração faltante nas novas matrículas a serem abertas, em razão de novos atos que praticar, consignando no topo da ficha a data de abertura da matrícula.

b) O Oficial deverá inserir uma única ficha de matrícula, com uma averbação que consignará todos os números omitidos e que não existem imóveis matriculados.

c) O Oficial não poderá deixar salto na numeração sequencial e ininterrupta das matrículas, devendo utilizar a numeração faltante nas novas matrículas a serem abertas, em razão de novos

atos que praticar, consignando no topo da ficha a data de abertura da matrícula, desde que comunicado previamente o Juiz Corregedor Permanente.

d) O Oficial deverá inserir, nesse caso, 10 (dez) fichas, cada uma contendo uma averbação que consignará que deixou de ser aberta matrícula com o número indicado no cabeçalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 333, § 2º, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): “§ 2º A matrícula será dada como inexistente quando houver salto na numeração sequencial.”

A alternativa B está correta. Conforme art. 339, § 1º, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): “§ 1º Se o salto corresponder a vários números sequenciais, também será inserida única ficha de matrícula, caso em que a relativa averbação indicará todos os números omitidos.” Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa D fica incorreta.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 339, caput, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): “Art. 339. Havendo salto na numeração sequencial das matrículas, será inserida ficha de matrícula com uma averbação, a qual consignará que deixou de ser aberta matrícula com esse número e que não existe imóvel matriculado.”

QUESTÃO 37. De acordo com o Código de Normas da Corregedoria Nacional de Justiça (Provimento 149), assinale a alternativa correta.

a) A pendência de processo judicial de adjudicação compulsória não impedirá a via extrajudicial, caso de demonstre suspensão daquele por, no mínimo, 60 (sessenta) dias úteis.

b) A indisponibilidade impede a instauração do processo de adjudicação compulsória extrajudicial.

c) O requerente poderá cumular pedidos referentes a imóveis diversos na adjudicação compulsória extrajudicial, contanto que os imóveis estejam situados no mesmo município, mesmo que em circunscrições de escritórios de registro de imóveis diferentes, e haja coincidência de interessados, ativa e passivamente.

d) É passível de adjudicação compulsória extrajudicial o bem da massa falida, contanto que o relativo ato ou negócio jurídico seja anterior ao reconhecimento judicial da falência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 440-H, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): “Art. 440-H. A pendência de processo judicial de adjudicação compulsória não impedirá a via extrajudicial, caso se demonstre suspensão daquele por, no mínimo, 90 (noventa) dias úteis.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 440-AH, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): “Art. 440-AH. A indisponibilidade não impede o processo de adjudicação compulsória, mas o pedido será indeferido, caso não seja cancelada até o momento da decisão final do oficial de registro de imóveis.”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 440-D, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): “Art. 440-D. O requerente poderá cumular pedidos referentes a imóveis diversos, contanto que, cumulativamente: I – todos os imóveis estejam na circunscrição do mesmo ofício de registro de imóveis; II – haja coincidência de interessados ou legitimados, ativa e passivamente; e III – da cumulação não resulte prejuízo ou dificuldade para o bom andamento do processo.”

A alternativa D está correta. Conforme art. 440-AK, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): “Art. 440-AK. É passível de adjudicação compulsória o bem da massa falida, contanto que o relativo ato ou negócio jurídico seja anterior ao reconhecimento judicial da falência, ressalvado o disposto nos arts. 129 e 130 da Lei n. 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.”

QUESTÃO 38. Assinale a alternativa correta em relação aos atos praticados pelos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos, de acordo com a Lei nº 6.105/73.

a) Para surtir efeitos em relação a terceiros, devem ser registrados os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior.

b) Para o registro de contratos de alienação ou de promessas de venda referente a bens móveis, o Oficial de Registro de Títulos e Documentos exigirá o reconhecimento de firma das partes.

c) Os registros que tenham finalidade surtir efeito contra terceiros serão efetuados pelo Oficial localizado no domicílio dos devedores ou garantidores; se os devedores estiverem domiciliados em circunscrições territoriais diversas, far-se-á o registro em cada uma delas.

d) Nas Comarcas que possuem mais de um Oficial de Registro de Títulos e Documentos, os registros dependerão de prévia distribuição.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema atribuições dos Oficiais de Registro de Títulos e Documentos, de acordo com a Lei nº 6.015/73.

A alternativa A está correta. Conforme art. 129, item 8, da Lei 6.015/73: “Art. 129. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros: 8º) os atos administrativos expedidos para cumprimento de decisões judiciais, sem trânsito em julgado, pelas quais

for determinada a entrega, pelas alfândegas e mesas de renda, de bens e mercadorias procedentes do exterior.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 129, item 5, c/c art. 130, § 2º, ambos da Lei 6.015/73: “Art. 129. Estão sujeitos a registro, no Registro de Títulos e Documentos, para surtir efeitos em relação a terceiros: 5º) os contratos de compra e venda em prestações, com reserva de domínio ou não, qualquer que seja a forma de que se revistam, e os contratos de alienação ou de promessas de venda referentes a bens móveis;”; “Art. 130. (...) § 2º O registro de títulos e documentos não exigirá reconhecimento de firma, e caberá exclusivamente ao apresentante a responsabilidade pela autenticidade das assinaturas constantes de documento particular.”

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 130, inciso II, da Lei 6.015/73: “Art. 130. Os atos enumerados nos arts. 127 e 129 desta Lei serão registrados no domicílio: II - de um dos devedores ou garantidores, quando as partes residirem em circunscrições territoriais diversas;”

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 131 da Lei 6.015/73: “Art. 131. Os registros referidos nos artigos anteriores serão feitos independentemente de prévia distribuição.”

QUESTÃO 39. Assinale a alternativa correta, de acordo com as Normas de Serviço da Corregedoria Geral de Justiça do Estado de São Paulo.

a) Para o registro em Títulos e Documentos para fins de conservação, será apresentada a via original ou cópia autenticada do documento estrangeiro.

b) Se na comarca houver mais de um Registro Civil das Pessoas Jurídicas, o Oficial informará aos demais o nome com o qual pretenda a pessoa jurídica ser constituída, devendo estes responder no prazo de 1 dia útil, não podendo exceder cinco dias.

c) Para o registro da constituição de pessoa jurídica, será suficiente a apresentação de uma única via, original ou cópia autenticada, do contrato social ou estatuto.

d) Os oficiais de títulos e documentos deverão, antes da prática de qualquer ato de alienação ou oneração, proceder à consulta à base de dados da Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB).

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está correta. Conforme o item 9 do Capítulo XIX das NSCGJ-SP: “9. O registro facultativo exclusivamente para fins de mera conservação, tanto de documentos em papel como de documentos eletrônicos, terá apenas a finalidade de arquivamento, bem como de autenticação da data, da existência e do conteúdo do documento ou do conjunto de documentos, não gerando publicidade nem eficácia em face de terceiros, circunstância que deve ser previamente esclarecida ao interessado, sendo vedada

qualquer indicação que possa ensejar dúvida sobre a natureza do registro ou confusão com a eficácia decorrente do registro para fins de publicidade e/ou eficácia contra terceiros.”

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 3.3 do Capítulo XVIII das NSCGJ-SP: “3.3. A busca deverá ser respondida no prazo de 2 (dois) dias passando o requerente a ter prioridade para utilização da denominação ou firma que não estiver previamente em uso, desde que protocole o pedido de registro ou averbação no prazo máximo de 30 (trinta) dias contados do pedido de busca.”

A alternativa C está incorreta. Conforme o item 13.1 c/c item 16, ambos do Capítulo XVIII das NSCGJ-SP: “13.1. É vedado o registro de cópias, por qualquer meio de reprodução, ainda que autenticadas, salvo se constarem como simples anexos de documento original submetido a registro, circunstância que deverá ser apontada expressamente na folha de certificação do registro.”; “16. Para o registro da constituição de pessoa jurídica será suficiente a apresentação de uma única via original do ato constitutivo (contrato social ou estatuto), acompanhada de requerimento firmado pelo representante legal ou interessado, considerado este como toda e qualquer pessoa que, tendo direito ou legítimo interesse, possa ser afetada pela ausência do registro do ato.”

A alternativa D está incorreta. Conforme o item 407 do Capítulo XX das NSCGJ-SP: “407. A consulta à Central Nacional de Indisponibilidade de Bens (CNIB) será obrigatória para todos os notários e registradores do Estado, no desempenho regular de suas atividades e para a prática dos atos de ofício, nos termos da Lei.”

QUESTÃO 40. Em relação ao oficial de registro civil das pessoas jurídicas, assinale a alternativa correta.

- a) Aplicam-se às associações os institutos da transformação, fusão, incorporação e cisão.**
- b) No caso de decisão judicial transitada em julgado, enviada ao registrador por ofício ou mandado judiciais, poderá ser objeto de averbação apenas para fins de notícia, mas não implicará em alteração do registro, circunstância que deverá constar expressamente da respectiva averbação.**
- c) No caso de decisão judicial transitada em julgado que determine a exclusão de sócio de sociedade, a averbação será imediatamente efetivada, cabendo posteriormente à sociedade promover a respectiva alteração do contrato social, ficando vedada qualquer averbação até regularização da sua situação registral.**
- d) No caso de decisão judicial transitada em julgado que determine a exclusão de sócio de sociedade, a averbação depende da apresentação, pelos interessados, da respectiva alteração do contrato social para regularização da situação registral da sociedade.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

A alternativa A está incorreta. Conforme o item 32 do Capítulo XVIII das NSCGJ-SP, de fato, é vedada a averbação de transformação à associação; contudo há ressalva no mesmo caput do artigo. Vejamos: “32. É vedada a averbação de transformação de associação ou fundação em sociedade, ressalvada a hipótese de instituição de ensino superior referidas no art. 13 da Lei nº 11.096/2005 e as associações que tenham seu patrimônio dividido em cotas ou frações ideais, nos termos do art. 56, parágrafo único, do Código Civil.”

A alternativa B está incorreta. Conforme o item 35 do Capítulo XVIII das NSCGJ-SP: “35. A decisão judicial não transitada em julgado, enviada ao registrador por ofício ou mandado judiciais, poderá ser objeto de averbação apenas para fins de notícia, mas não implicará em alteração do registro, circunstância que deverá constar expressamente da respectiva averbação.”

A alternativa C está correta. Conforme o item 31.1 do Capítulo XVIII das NSCGJ-SP: “31.1. No caso de decisão judicial transitada em julgado que determine a exclusão de sócio de sociedade, a averbação será imediatamente efetivada, cabendo posteriormente à sociedade promover a respectiva alteração do contrato social, ficando vedada qualquer averbação até regularização da sua situação registral.” Tomando por base o mesmo dispositivo legal, a alternativa D fica incorreta.

QUESTÃO 41. Na técnica de arquivamento, diferentemente da técnica de inscrição, o registro se dá com o mero armazenamento de um título, em seu original ou digitalizado. Assinale a alternativa que apresenta o livro em que o registro ocorre pela técnica de inscrição e não por arquivamento.

a) Livro "B" do Oficial de Registro de Títulos e Documentos.

b) Livro "A" do Oficial de Registro Civil das Pessoas Jurídicas.

c) Livro "C" do Oficial de Registro de Títulos e Documentos.

d) Livro "F" do Oficial de Registro de Títulos e Documentos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema arquivamento, de acordo com a Lei nº 6.015/73.

A alternativa A está incorreta. Conforme art. 132, inciso II, da Lei 6.015/73: “Art. 132. No registro de títulos e documentos, haverá os seguintes livros: II - Livro B - para transladação integral de títulos e documentos, sua conservação e validade contra terceiros, ainda que registrados por extratos em outros livros;”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 132, inciso I, da Lei 6.015/73: “Art. 132. No registro de títulos e documentos, haverá os seguintes livros: I - Livro A - protocolo para apontamentos de todos os títulos, documentos e papéis apresentados, diariamente, para serem registrados, ou averbados;”

A alternativa C está correta. Conforme art. 132, inciso III, da Lei 6.015/73: “Art. 132. No registro de títulos e documentos, haverá os seguintes livros: III - Livro C - para inscrição, por extração, de títulos e documentos, a fim de surtirem efeitos em relação a terceiros e autenticação de data;”

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 132, inciso VI, da Lei 6.015/73: “Art. 132. No registro de títulos e documentos, haverá os seguintes livros: VI - Livro F - para registro facultativo de documentos ou conjunto de documentos para conservação de que tratam o inciso VII do caput do art. 127 e o art. 127-A desta Lei;”

QUESTÃO 42. Em se tratando de apresentação para protesto de decisões judiciais, consoante as Normas da Corregedoria Geral da Justiça e do Provimento 149/23 do CNJ, é correto afirmar:

a) O protesto de sentença condenatória, a que alude o artigo 517 do CPC, deverá ser feito com a cópia de decisão transitada em julgado e certidão do respectivo juízo apontando o trânsito em julgado, o valor atualizado da dívida e o decurso do prazo para pagamento voluntário.

b) Tratando-se de determinação judicial de protesto que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou decisão interlocutória que fixe alimentos, após o decurso do prazo para recurso da legislação processual civil, em sendo encaminhada diretamente ao tabelionato pelo juízo, deverá o interessado comparecer no tabelionato para apresentação de formulário de apresentação.

c) Na hipótese de ter sido determinada a suspensão judicial dos efeitos do protesto, o executado que tiver proposto ação rescisória para impugnar a ação exequenda pode requerer, a suas expensas e sob sua responsabilidade, a anotação da propositura da ação à margem do termo de protesto.

d) Nas ações monitórias, havendo conversão do mandado em título judicial, para efetivar o protesto, a decisão que deferiu o mandado monitório é título apto a ser apresentado a protesto, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário na forma da legislação processual civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e do tema Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa A está correta. Segundo com art. 356-B, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): “Art. 356-B. O protesto de sentença condenatória, a que alude o art. 517 do CPC, deverá ser feito sempre por tabelionato de protesto da comarca de domicílio do devedor, devendo o tabelião exigir, além da apresentação de cópia da decisão transitada em julgado, certidão do respectivo juízo apontando o trânsito em julgado, o valor atualizado da dívida e o fato de ter transcorrido o prazo para pagamento voluntário.”

A alternativa B está incorreta. Segundo o item 20.5 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: “20.5. Tratando-se de determinação judicial de protesto da sentença que condene ao pagamento de prestação alimentícia ou

de decisão interlocutória que fixe alimentos, após o decurso do prazo da legislação processual civil, encaminhada diretamente ao Tabelionato ou Serviço Distribuidor, fica dispensada a apresentação de formulário de apresentação.”

A alternativa C está incorreta. Segundo o item 20.6 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: “20.6. Caso não tenha sido determinada a suspensão judicial dos efeitos do protesto, o executado que tiver proposto ação rescisória para impugnar a decisão exequenda pode requerer, a suas expensas e sob sua responsabilidade, a anotação da propositura da ação à margem do termo de protesto.”

A alternativa D está incorreta. Segundo o item 20.3.1 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: “20.3.1. Nas ações monitórias, havendo conversão do mandado monitório em título executivo judicial, na forma do art. 701, §2º do CPC, a decisão que deferiu o mandado monitório, somada à certificação do decurso do prazo sem a oposição dos embargos e pagamento, poderá ser levada a protesto, depois de transcorrido o prazo para pagamento voluntário previsto no art. 523 do CPC/15.”

QUESTÃO 43. Determinado documento de dívida foi sustado judicialmente. Terceiro interessado, aceitando proposta de renegociação com abatimento da dívida, efetua o pagamento diretamente ao credor e, recebendo a carta de anuência com firma reconhecida, apresenta no tabelionato requerendo o cancelamento do protesto. Assinale a alternativa correta.

a) O Tabelião poderá efetuar o cancelamento, sendo a carta de anuência documento hábil para tanto, pagos os devidos emolumentos, comunicando o juízo do cancelamento, informando que o documento de dívida permanece guarnecido na serventia.

b) O Tabelião deverá efetuar o cancelamento, entregando o documento de dívida ao terceiro interessado, comunicando incontinenti o juízo do procedimento adotado.

c) O Tabelião efetuará o cancelamento, enviando o documento de dívida ao juízo competente para as demais providências cabíveis.

d) O Tabelião não poderá efetuar o cancelamento, uma vez que o documento de dívida encontra-se sustado judicialmente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema desistência e sustação do protesto, de acordo com a Lei de Protestos (Lei nº 9.492/97).

Conforme art. 17, caput e § 1º, da Lei de protestos (Lei nº 9.492/97): “Art. 17. Permanecerão no Tabelionato, à disposição do Juízo respectivo, os títulos ou documentos de dívida cujo protesto for judicialmente sustado. § 1º O título do documento de dívida cujo protesto tiver sido sustado judicialmente só poderá ser pago, protestado ou retirado com autorização judicial.” Como, no caso narrado, o documento se encontra sustado judicialmente, o tabelião não pode efetuar o cancelamento sem ordem judicial. Portanto, a alternativa correta é a letra D. As alternativas A, B e C ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 44. Quanto ao entendimento da doutrina acerca do Princípio da Formalidade Mitigada, aplicável ao procedimento do protesto, é correto afirmar:

a) Resulta na atribuição que tem o Tabelião de Protesto em lavrar e registrar o protesto com segurança jurídica e de forma solene, sendo ato híbrido e dotado de fé pública revestido de segurança jurídica.

b) Corresponde às características de celeridade e simplificação dos prazos no procedimento da tiragem do protesto, seja quanto à protocolização, observância do tríduo legal, priorizando com segurança jurídica os atos concernentes ao protesto.

c) Trata do protesto como sendo ato uno e prova insubstituível, não sendo admissível ser suprido por outro documento ou testemunho.

d) Consiste no fato de que a apresentação do título a protesto depende de iniciativa do credor ou interessado para os devidos fins previstos em lei.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema princípios do Protesto.

A alternativa A está incorreta. A alternativa traz a definição do princípio da Unitariedade. Segundo a doutrina: “O protesto é considerado ato uno, ou melhor, ato único. Por esta razão protesta-se o título, e não a pessoa do devedor e diante deste conceito logo observamos que por ser ato único, o título somente pode ser protestado uma única vez.” (ALVARES, Adriano. Tabelionato de Protesto / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.4 - Livro Digital Interativo).

A alternativa B está correta. Também pode ser chamado de “Formalidade Simplificada”. Segundo a doutrina: “Este princípio aplica-se às intimações, de forma que as formalidades para concretização da intimação são apenas aquelas suficientes para comprovação da efetivação do ato intimatório.” (ALVARES, Adriano. Tabelionato de Protesto / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.6 - Livro Digital Interativo).

A alternativa C está incorreta. A alternativa traz a definição do princípio da Insubstitutividade. Segundo a doutrina: “Neste princípio observamos que o protesto cambial aduz a prova de inadimplência no seu mais alto patamar de completitude, que não pode ser suprida por nenhuma outra prova, documental ou testemunhal. Nem mesmo o juiz pode formá-la em lugar do tabelião, ato que pode ser produzido unicamente pelo mesmo.” (ALVARES, Adriano. Tabelionato de Protesto / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.3 - Livro Digital Interativo).

A alternativa D está incorreta. A alternativa traz a definição do princípio da Rogação ou Instância. Segundo a doutrina: “O princípio da rogação, como é mais conhecido, aplica-se a todo o sistema notarial e registral, não sendo específico do protesto. Este princípio traz o significado de que o tabelião ou oficial não age de ofício, devendo ser provocado, ou seja, a iniciativa é do interessado, que deve apresentar sua pretensão diante do tabelião, requerendo o ato almejado.” (ALVARES, Adriano. Tabelionato de Protesto / Regular Cartórios - Estratégia Carreiras Jurídicas, 2024; Cap. 3.1.1 - Livro Digital Interativo).

QUESTÃO 45. Mercantil Auto Peças Ltda., sediada em Jundiaí-SP, celebrou confissão de dívida no valor R\$ 30.000,00 (trinta mil reais) com a credora Nova Lima Distribuidora Ltda., sediada em São Paulo. No documento de dívida constou cláusula informando que o pagamento seria efetuado mediante transferência bancária para a conta corrente da credora na capital, sem indicação específica da localização da agência e conta. Vencida e não paga a dívida, foi apresentado pela credora o título e distribuído a uma serventia de protesto da capital. Assinale a alternativa que informa corretamente como deverá proceder o Tabelião.

a) Recepcionar o documento e prosseguir com o procedimento do protesto, pois o estabelecimento da empresa credora tem sede e endereço na capital, permitindo a apresentação do protesto por falta de pagamento.

b) Recepcionar o documento e prosseguir com o procedimento do protesto, pois, quando não for requisito e não havendo indicação da praça de pagamento, pela natureza do documento de confissão de dívida, será considerada a do sacador ou credor.

c) Recepcionar o documento e prosseguir com o procedimento do protesto, uma vez que a previsão de cláusula contratual de pagamento mediante transferência eletrônica direta para a conta corrente bancária da credora, localizada na capital, representa indicação do local do cumprimento da obrigação.

d) Qualificar negativamente o documento, emitindo nota devolutiva, sob o fundamento que se trata de dívida portátil, e não havendo indicação específica da localização de recepção do pagamento em conta e agência bancária da empresa credora na capital, seria competente o Tabelionato de Protesto da comarca de Jundiaí-SP.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo.

Segundo os itens 27 e 27.1 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: “27. Somente podem ser protestados os títulos, as letras e os documentos pagáveis ou indicados para aceite nas praças localizadas no território da comarca. 27.1. Quando não for requisito do título e não havendo indicação da praça de pagamento ou aceite, será considerada a praça do sacado ou devedor ou, se não constar essa indicação, a praça do credor ou sacador.” Portanto, observe que a sede da empresa é em Jundiaí e, como não há local de pagamento estipulado, então será competente a localização do devedor. Portanto, a alternativa correta é a letra D. As alternativas A, B e C ficam automaticamente incorretas.

QUESTÃO 46. Considerando o tema da possibilidade de adoção de solução negocial prévia ao protesto, disposto na Lei nº 9.492/97, assinale a alternativa correta.

a) O prazo de resposta de solução negocial será de até 30 (trinta) dias, segundo o que vier a ser fixado pelo tabelião, facultada a estipulação do valor ou percentual de desconto da dívida, bem como das demais condições de pagamento em sendo o caso.

b) Fica permitida ao tabelião de protesto e ao responsável interino autorizado, diretamente ou por meio da central nacional dos serviços eletrônicos compartilhados, a recepção do título ou documento de dívida com a recomendação do apresentante ou credor, em caso de opção e requerimento expresso, de solução negocial prévia ao protesto.

c) A remessa da proposta expedida pelo tabelionato será convertida em indicação para protesto pelo valor original da dívida na hipótese de negociação frustrada e se não houver desistência do apresentante ou credor.

d) A data de apresentação da proposta de solução negocial prévia ao protesto é considerada para todos os fins de direito, inclusive direito de regresso, suspensão da prescrição, execução, falência e cobrança de emolumentos, desde que frustrada a negociação prévia e não tenha sido convertida em protesto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema serviços concernentes ao protesto de títulos, mais especificamente sobre a possibilidade de adoção de solução negocial prévia ao protesto.

A alternativa A está incorreta. Segundo art. 11-A, I, da Lei nº 9.492/97: “Art. 11-A. (...) I - o prazo de resposta do devedor para a proposta de solução negocial será de até 30 (trinta) dias, segundo o que vier a ser fixado pelo apresentante, facultada a estipulação do valor ou percentual de desconto da dívida, bem como das demais condições de pagamento, se for o caso;”

A alternativa B está incorreta. Segundo art. 11-A, caput, da Lei nº 9.492/97: “Art. 11-A. Fica permitida ao tabelião de protesto e ao responsável interino pelo tabelionato territorialmente competente, por meio da central nacional de serviços eletrônicos compartilhados dos tabeliões de protesto prevista no art. 41-A desta Lei, a recepção do título ou documento de dívida com a recomendação do apresentante ou credor, caso este assim opte e requeira expressamente, de proposta de solução negocial prévia ao protesto, observado o seguinte:”

A alternativa C está correta. Segundo art. 11-A, III, da Lei nº 9.492/97: “Art. 11-A. (...) III - a remessa será convertida em indicação para protesto pelo valor original da dívida na hipótese de negociação frustrada e se não houver a desistência do apresentante ou credor.”

A alternativa D está incorreta. Segundo art. 11-A, § 1º, da Lei nº 9.492/97: “§ 1º A data de apresentação da proposta de solução negocial de que trata o caput deste artigo é considerada para todos os fins e efeitos de direito, inclusive para direito de regresso, interrupção da prescrição, execução, falência e cobrança de emolumentos, desde que frustrada a negociação prévia e esta seja convertida em protesto.”

QUESTÃO 47. Nos termos da legislação pertinente, assinale a alternativa correta quanto ao protesto especial para fins de registro como perda de crédito na apuração do lucro real da pessoa jurídica.

a) É uma alternativa extrajudicial ao ajuizamento de ação judicial para dedução da perda contábil nas hipóteses previstas em lei, devendo o credor arcar com o pagamento antecipado de taxas, emolumentos e demais despesas por ocasião da protocolização e demais atos.

b) Constitui uma forma obrigatória de prova pré-constituída do credor em obter o direito à dedução tributária da perda contábil a ser requerida em juízo.

c) Constitui medida extrajudicial facultativa com finalidade de suspender a ação ajuizada em que se pleiteia a dedução tributária.

d) Na hipótese de inadimplência do débito, as exigências de judicialização para os registros contábeis das perdas poderão ser substituídas pelo instrumento de protesto, com o pagamento dos emolumentos e demais taxas no momento da lavratura do protesto.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema protesto especial, de acordo com a Lei 9.430/96.

A alternativa A está correta. Conforme art. 9º-A da Lei 9.430/97: “Art. 9º-A. Na hipótese de inadimplência do débito, as exigências de judicialização de que tratam a alínea c do inciso II e a alínea b do inciso III do § 7º do art. 9º e o art. 11 desta Lei poderão ser substituídas pelo instrumento de que trata a Lei nº 9.492, de 10 de setembro de 1997, e os credores deverão arcar, nesse caso, com o pagamento antecipado de taxas, de emolumentos, de acréscimos legais e de demais despesas por ocasião da protocolização e dos demais atos.”

A alternativa B está incorreta. Conforme art. 9º-A da lei 9.430/96, acima colacionado, não há de se falar em obrigatoriedade, mas, sim, de uma facultatividade, uma alternativa. É o que se conclui a partir da expressão “poderão ser”, constante do mencionado dispositivo.

A alternativa C está incorreta. Conforme art. 9º-A da lei 9.430/96, acima colacionado, não há de se falar em ajuizamento da ação, pois optando-se pela dedução com o protesto, não há necessidade de ação. Logo, não é caso de suspensão.

A alternativa D está incorreta. Conforme art. 9º-A da lei 9.430/96, acima colacionado, não há de se falar em obrigatoriedade (“serão substituídas”), mas, sim, de uma facultatividade, uma alternativa. É o que se conclui a partir da expressão “poderão ser substituídas”, constante do mencionado dispositivo.

QUESTÃO 48. A, locador, apresentou para protesto contrato de locação de imóvel, não honrado pelo locatário B, garantido por fiança, prestada por C, requerendo somente a indicação e intimação do fiador para pagamento. Na qualificação do título, assinale a alternativa que apresenta o fundamento correto a ser adotado pelo Tabelião.

a) Prosseguir com o protesto, intimando-se o fiador, sendo considerado devedor coobrigado solidário da obrigação principal por força de presunção legal.

b) Prosseguir com a solicitação do apresentante, intimando o fiador para pagamento da dívida, pois protesta-se o título, e não as pessoas envolvidas na obrigação.

c) Prosseguir com o protesto, intimando-se para pagamento o devedor principal e o fiador, pois, na hipótese, não é possível a indicação do fiador isoladamente.

d) Formular nota devolutiva, pois, em sendo a fiança garantia acessória, não poderia ser lavrado somente com relação ao fiador, sem expressa renúncia do benefício de ordem no contrato, dissociado do protesto do devedor principal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema fiança, de acordo com o Código Civil.

Em virtude de o protesto ser ato formal que demanda a sua análise junto ao documento ou título apresentado, a fiança é acessória ao devedor principal, cujo protesto deve ser efetivado anteriormente. Nesta linha, e como determina a legislação civil abaixo demonstrada (vinculação solidária do fiador), deve ser respeitada a ordem de cobrança, que se dará primeiro pelo devedor principal. Vejamos o que trazem os artigos 821 e 827 do Código Civil: “Art. 821. As dívidas futuras podem ser objeto de fiança; mas o fiador, neste caso, não será demandado senão depois que se fizer certa e líquida a obrigação do principal devedor.”; “Art. 827. O fiador demandado pelo pagamento da dívida tem direito a exigir, até a contestação da lide, que sejam primeiro executados os bens do devedor. Parágrafo único. O fiador que alegar o benefício de ordem, a que se refere este artigo, deve nomear bens do devedor, sitos no mesmo município, livres e desembargados, quantos bastem para solver o débito.” De pronto, pois, as alternativas A e B ficam incorretas. Ademais, na forma do art. 829 do Código Civil: “Art. 829. A fiança conjuntamente prestada a um só débito por mais de uma pessoa importa o compromisso de solidariedade entre elas, se declaradamente não se reservarem o benefício de divisão.”. Portanto, a alternativa D está correta. Tomando por base o mesmo dispositivo, a alternativa C fica incorreta.

QUESTÃO 49. Assinale a alternativa correta acerca do procedimento a ser adotado pelos Tabelionatos de Protesto, conforme as Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça e Provimento 149/23 do CNJ.

a) A renovação da intimação, pela não devolução do aviso de recepção (A.R.) dar-se-á em 10 (dez) dias úteis, contados da protocolização, se dirigida essa para Comarca estranha à circunscrição territorial do tabelionato competente, e caso o devedor ou sacado não se localize em uma das comarcas agrupadas, conforme disposto nas Normas de Serviço da Corregedoria.

b) Considera-se frustrada a intimação por meio postal quando o aviso de recepção (A.R.) não for devolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT), no prazo de 15 (quinze) dias úteis contado da remessa da última intimação.

c) Quando o endereço do devedor for fora da competência territorial do tabelionato, o tabelião, antes de intimar o devedor por edital, deve esgotar os meios de localização, com o envio de intimação via postal no endereço fornecido pelo apresentante, sendo a intimação do protesto consumada por edital, se decorridos dez dias úteis da expedição da intimação, não retornar ao

tabelionato o comprovante de sua entrega, ou, se dentro desse prazo, retornar com algumas das ocorrências ensejadoras da publicação do edital.

d) Na falta de devolução dos avisos de recepção (A.R.) de intimações, dentro do tríduo legal, o Tabelião deverá, incontinenti, providenciar a intimação por edital.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Normas de Serviço da Corregedoria Geral da Justiça do Estado de São Paulo e do tema Provimento 149 do Conselho Nacional de Justiça.

A alternativa A está incorreta. De acordo com o item 47.1 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: “47.1. A renovação da intimação, exigida pela não devolução do aviso de recepção (A.R.), dar-se-á em dez dias úteis, contados da remessa da primeira intimação, se dirigida essa para Comarca estranha à circunscrição territorial do Tabelionato competente, e caso o endereço do devedor ou sacado não se localize em uma das Comarcas agrupadas nos termos da Resolução n.º 93/1995 do Tribunal de Justiça de São Paulo e da Lei Estadual n.º 3.396/1982.”

A alternativa B está incorreta. De acordo com o item 53.1 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: “53.1. Considera-se frustrada a intimação por meio postal quando o aviso de recepção (A.R.) não for devolvido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (EBCT) no prazo de quinze dias úteis, contado da remessa da primeira (cf. item 47 e subitem 47.1. deste Capítulo) intimação.”

A alternativa C está correta. De acordo com art. 356, § 6º, CNN/CNJ (Prov. 149/2023): “§ 6º. Quando o endereço do devedor for fora da competência territorial do tabelionato, o tabelião, antes de intimar o devedor por edital, deve esgotar os meios de localização, notadamente com o envio de intimação por via postal, no endereço fornecido por aquele que procedeu ao apontamento do protesto, sendo a intimação do protesto consumada por edital se, decorridos dez dias úteis da expedição da intimação, não retornar ao tabelionato de protesto o comprovante de sua entrega ou, se dentro desse prazo, retornar com alguma das ocorrências ensejadoras da publicação do edital.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com o item 47 do Capítulo XV das NSCGJ-SP: “47. Na falta de devolução dos avisos de recepção (A.R.) de intimações, dentro do tríduo legal, o Tabelião renovará, incontinenti, a remessa das intimações.”

QUESTÃO 50. O Agronegócio tem se destacado no cenário econômico nacional. Em se tratando do protesto dos títulos de crédito rural, previstos no Decreto-Lei 167/67, assinale a alternativa correta.

a) Aplicam-se às cédulas de crédito rural as normas de direito cambial, inclusive quanto ao aval, exigindo-se o protesto para assegurar o direito de regresso contra os endossantes e seus avalistas.

b) Não se exige o protesto da cédula rural para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas.

c) O endossatário ou portador de Nota Promissória Rural ou Duplicata Rural tem assegurado direito de regresso contra o primeiro endossante e os avalistas.

d) É válido o aval dado por terceiros em Cédula de Rural e Nota Promissória Rural quando dado pelas pessoas físicas participantes da empresa emitente ou por outras pessoas jurídicas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema protesto dos títulos de crédito rural, de acordo com o Decreto-Lei nº 167/67.

A alternativa A está incorreta. De acordo com art. 60, caput, do DL 167/67: “Art 60. Aplicam-se à cédula de crédito rural, à nota promissória rural e à duplicata rural, no que forem cabíveis, as normas de direito cambial, inclusive quanto a aval, dispensado, porém, o protesto para assegurar o direito de regresso contra endossantes e seus avalistas.”

A alternativa B está correta. De acordo com art. 60 do DL 167/67, acima colacionado, de fato, é dispensado o protesto para assegurar o direito de regresso contra endossantes e avalistas.

A alternativa C está incorreta. De acordo com art. 60, § 1º, do DL 167/67: “§ 1º O endossatário ou o portador de Nota Promissória Rural ou Duplicata Rural não tem direito de regresso contra o primeiro endossante e seus avalistas.”

A alternativa D está incorreta. De acordo com art. 60, § 2º, do DL 167/67: “§ 2º É nulo o aval dado em Nota Promissória Rural ou Duplicata Rural, salvo quando dado pelas pessoas físicas participantes da empresa emitente ou por outras pessoas jurídicas.”

QUESTÃO 51. Em matéria de competência legislativa, nos termos das disposições da Constituição Federal, é correto afirmar que compete

a) concorrentemente à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios legislar sobre desapropriação.

b) concorrentemente à União, aos Estados e ao Distrito Federal legislar sobre desapropriação.

c) concorrentemente à União e aos Municípios legislar sobre desapropriação.

d) privativamente à União legislar sobre desapropriação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema competência legislativa para desapropriação. Esta questão poderia ter sido cobrada tanto pela disciplina de direito administrativo, quanto pela disciplina de direito constitucional.

Em nosso material de Direito Administrativo do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pelo professor Rodolfo Penna, você verá que Desapropriação é a intervenção drástica do Estado na propriedade alheia, retirando um bem do patrimônio privado de forma compulsória e o transferindo para o patrimônio estatal, com base no interesse público, após o devido processo legal e, em regra, mediante indenização que deve ser justa. Trata-se de uma forma de aquisição originária da propriedade, tendo em vista que independe da vontade do titular anterior, pelo que o Ente Público recebe o bem livre de eventuais ônus reais. Os eventuais credores devem se sub-rogar no preço pago a título de indenização (art. 31, DL 3.365/41). Assim, devido à relevância do tema, a competência para legislar acerca da matéria “desapropriação” é privativa da União, a teor do art. 22, II, CF. Logo, a alternativa D está correta e as demais alternativas, A, B e C estão incorretas.

QUESTÃO 52. Sobre o controle de constitucionalidade de leis ou atos normativos municipais ou estaduais no âmbito dos Estados, assinale a alternativa correta

- a) Leis ou atos normativos estaduais submetem-se ao confronto exclusivo com a Constituição Estadual.**
- b) Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.**
- c) Leis municipais ou estaduais não incompatíveis com a Constituição Federal não podem eventualmente ser consideradas inconstitucionais no confronto com os parâmetros da Constituição Estadual.**
- d) Os Tribunais de Justiça não podem examinar, incidentalmente, em representação de inconstitucionalidade de sua competência, a constitucionalidade de norma da Constituição Estadual em face da Constituição Federal, por configurar usurpação da competência do Supremo Tribunal Federal.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata do tema controle de constitucionalidade estadual. Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreira Jurídica, você verá que, como regra, se o parâmetro for a Constituição Federal, o único órgão que pode exercer o controle concentrado é o STF. Se o parâmetro for uma Constituição Estadual, apenas o Tribunal de Justiça terá essa competência.

A alternativa A está incorreta. Embora leis ou atos normativos estaduais submetam-se ao confronto com a Constituição Estadual, quando do controle de constitucionalidade, essas leis ou atos normativos também devem guardar obediência à Constituição Federal. Portanto, não é um confronto exclusivo.

A alternativa B está correta. Conforme o artigo 125, § 2º, da Constituição Federal, cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

A alternativa C está incorreta. A ação direta de inconstitucionalidade é cabível contra lei ou ato normativo federal ou estadual, conforme o artigo 102, I, a) da CF/88. Todavia, o Supremo Tribunal Federal também pode analisar a constitucionalidade de ato normativo municipal por meio da ADPF, conforme estabelecido no § 1º do mesmo artigo. A Lei n. 9.882/1999, que dispõe sobre o processo e julgamento da arguição de descumprimento de preceito fundamental, informa que ela é cabível quando for relevante o fundamento da controvérsia constitucional sobre lei ou ato normativo municipal.

A alternativa D está incorreta. O exame incidental de constitucionalidade, também conhecido como controle difuso de constitucionalidade, pode ser realizado por qualquer juízo ou tribunal. Portanto, incidentalmente, o TJ também realiza o controle incidental, ou seja, pode examinar a constitucionalidade de uma norma estadual em face da Constituição Federal, sem que isso configure usurpação da competência do STF.

QUESTÃO 53. Sobre os aspectos abrangidos constitucionalmente pelo direito à proteção especial de crianças, adolescentes e jovens, assinale a alternativa correta.

a) Garantia de acesso do trabalhador adolescente e jovem à escola.

b) Garantia de direitos previdenciários, mas não de direitos trabalhistas.

c) Garantia de pleno e formal conhecimento da atribuição de ato infracional, igualdade na relação processual e facultatividade de defesa técnica.

d) Idade mínima de dezesseis anos para admissão ao trabalho.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema crianças, adolescentes e jovens na Constituição. Em nosso material de Direito da Criança e do Adolescente do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pelo professor Ricardo Torques, você verá que a Constituição de 1988 representa um rompimento de paradigma, pois as crianças e os adolescentes passam a ser titulares de direitos fundamentais, conforme prenuncia a Convenção dos Direitos da Criança, da ONU. O foco da Constituição não está no “menor problemático”, ou seja, aqueles em situação irregular, mas em todas as crianças e adolescentes, por isso a proteção é dita integral. É importante enfatizar que a Emenda Constitucional n. 65 de 2010 foi responsável por modificar o artigo 227 do texto constitucional, inserindo os interesses da juventude de forma mais explícita.

A alternativa A está correta. O texto da alternativa retrata o disposto no artigo 227, § 3º, III, da Constituição, que assegura o direito de acesso à escola ao trabalhador adolescente e jovem, reforçando a importância da educação como um direito fundamental.

A alternativa B está incorreta. Os direitos previdenciários estão previstos juntamente com os direitos trabalhistas no artigo 227, § 3º, II, da Constituição. A proteção dos jovens trabalhadores inclui tanto direitos previdenciários quanto trabalhistas, garantindo uma cobertura ampla de suas necessidades.

A alternativa C está incorreta. O artigo 227, § 3º, IV, da Constituição, juntamente com o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), estabelece que a defesa técnica é obrigatória e deve ser exercida por advogado. Não há facultatividade quanto à defesa técnica, garantindo, assim, a proteção e a representação adequada de crianças e adolescentes nos processos judiciais.

A alternativa D está incorreta. A Constituição, no artigo 7º, XXXIII, estipula que adolescentes com 14 anos já podem trabalhar, mas apenas na condição de aprendizes. A idade mínima para admissão ao trabalho regular é de 16 anos, salvo na condição de aprendiz, que permite a entrada no mercado de trabalho a partir dos 14 anos.

QUESTÃO 54. O Estatuto da Cidade (Lei Federal n. 10.257/2001) instituiu diretrizes gerais para a política urbana. Assinale a alternativa que melhor associa uma diretriz a um direito de grandeza constitucional.

a) Justa distribuição dos benefícios e ônus da urbanização, cuja base é o direito social à moradia.

b) Recuperação dos investimentos do Poder Público de que tenha resultado a valorização imobiliária, fundada no princípio constitucional da dignidade humana.

c) Gestão democrática, diretriz assentada no objetivo fundamental da garantia do desenvolvimento nacional.

d) Direito a cidades sustentáveis, cujo fundamento repousa no direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, em especial quanto ao seu caráter intergeracional.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema diretrizes gerais para a política urbana. Em nosso material de Direito Urbanístico do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pelo professor Igor Maciel, observamos que a Constituição Federal oferece fundamentos genéricos para o Direito Urbanístico, tais como o princípio da dignidade da pessoa humana (artigo 1º, inciso III) e o princípio da igualdade. Contudo, os fundamentos constitucionais mais relevantes para este tema estão no artigo 182 da Constituição Federal, que aborda o princípio da função social da propriedade e da função social das cidades. Complementando a norma constitucional, a Lei n. 10.257/2001 - Estatuto das Cidades - define as diretrizes gerais no artigo 2º. Com exceção da gestão democrática, todas as alternativas apresentam diretrizes previstas neste artigo. A questão, aparentemente, foi retirada do livro de RECH, Adir Ubaldino e RECH, Adivandro. DIREITO URBANÍSTICO: fundamentos para a construção de um plano diretor sustentável na área urbana e rural. Caxias do Sul/RS: EDUCS, 2010, citado e referenciado em nosso material.

A alternativa A está incorreta. O princípio da justa distribuição dos benefícios e ônus decorrentes do processo de urbanização deriva do princípio da isonomia. Ele estabelece que a urbanização deve ser um processo solidário e equitativo, garantindo que todos os envolvidos compartilhem tanto dos benefícios quanto dos encargos associados ao desenvolvimento urbano.

A alternativa B está incorreta. A recuperação dos investimentos do Poder Público que resultem em valorização imobiliária está associada ao princípio da afetação das mais-valias ao custo da urbanização. Este princípio estabelece que os proprietários devem arcar com os custos da urbanização dentro dos limites do benefício que dela advém, já que a urbanização melhora as condições dos seus lotes, justificando a sua contribuição financeira.

A alternativa C está incorreta. A gestão democrática está associada ao princípio da participação popular na definição e alteração do Plano Diretor ou projeto da cidade. Esse princípio enfatiza a importância da inclusão e do envolvimento da comunidade no planejamento e desenvolvimento urbano.

A alternativa D está correta. O direito a cidades sustentáveis fundamenta-se no direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, conforme previsto no artigo 225 da Constituição Federal. Este direito inclui o caráter intergeracional, garantindo que as gerações futuras possam desfrutar de um ambiente saudável e sustentável. Esta diretriz está consubstanciada no inciso I, do artigo 2º, do Estatuto das Cidades, que enfatiza a importância de um desenvolvimento urbano sustentável e ecologicamente responsável.

QUESTÃO 55. Sobre o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, previsto no artigo 225 da Constituição de 1988, assinale a alternativa correta.

a) Trata-se de um direito fundamental de terceira geração, regido pelo princípio da solidariedade, de caráter intergeracional, incidente sobre os elementos naturais, artificiais e culturais.

b) Trata-se de uma “norma-fim”, que se manifesta como direito público subjetivo, com forte conteúdo econômico, cuja consecução decorre de dever tipicamente estatal, na esteira das características do Estado liberal.

c) É um direito social, universal, cuja materialização impõe ao Estado o dever de promover políticas públicas, sem incidência da reserva do possível.

d) É um direito fundamental individual, insuscetível de relativização, mesmo de ordem econômica, e um componente explícito da função social da propriedade urbana, em qualquer hipótese.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema meio ambiente ecologicamente equilibrado. Em nosso material de Direito Ambiental do Estratégia Carreira Jurídica, você verá que o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, embora não elencado no art. 5º, da CF/88, foi previsto expressamente no caput, do art. 225, de nossa Magna Carta, sendo considerado um direito fundamental de terceira dimensão de caráter transindividual e de natureza difusa. A tutela judicial civil desse direito é feita, em tese, pelo manejo de ações coletivas, como a ação civil pública, ação popular, mandado de segurança coletivo e a mandado de injunção coletivo.

A alternativa A está correta. Reflete fielmente o disposto no artigo 225 da Constituição, reconhecendo o direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado como um direito fundamental de terceira geração, de caráter intergeracional e que incide sobre elementos naturais, artificiais e culturais.

A alternativa B está incorreta. O direito ao meio ambiente não decorre exclusivamente de um dever estatal típico do Estado liberal. Pelo contrário, é um dever de todos, incluindo o poder público e a coletividade, conforme o artigo 225, caput, da CF/88.

A alternativa C está incorreta. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito difuso, de terceira geração, e não um direito social de segunda geração. Ademais, há a incidência da reserva do possível, que limita a atuação estatal conforme a disponibilidade de recursos.

A alternativa D está incorreta. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um direito difuso, e como direito fundamental que é, está sujeito à relativização, devendo ser balanceado com outros direitos fundamentais. Não é um componente explícito da função social da propriedade urbana em qualquer hipótese, sendo necessário considerar cada caso concreto.

QUESTÃO 56. O Estatuto da Metrópole (Lei Federal no 13.089/2015) estabelece diretrizes para o planejamento, a gestão e a execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas. Acerca das regiões metropolitanas e aglomerações urbanas, assinale a alternativa correta.

a) Os Estados-membros, mediante lei complementar, poderão instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas.

b) A instituição de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas que envolvam Municípios pertencentes a mais de um Estado-membro será formalizada mediante aprovação de lei complementar pelo Congresso Nacional.

c) A lei que instituir o plano de desenvolvimento urbano integrado de região metropolitana ou de aglomeração urbana deverá ser revista, pelo menos, a cada vinte anos.

d) As regiões metropolitanas e as aglomerações urbanas deverão contar com plano diretor de desenvolvimento urbano integrado aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios limítrofes envolvidos.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata do tema planejamento, gestão e execução das funções públicas de interesse comum em regiões metropolitanas e em aglomerações urbanas. Em nosso material de Direito Urbanístico do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pelo professor Igor Maciel, você verá que na Lei Federal n. 13.089/2015, há a referência ao plano de desenvolvimento urbano integrado. Trata-se de um instrumento que estabelece, com base em processo permanente de planejamento, viabilização econômico-financeira e gestão, as diretrizes para o desenvolvimento territorial estratégico e os projetos estruturantes da região metropolitana e aglomeração urbana. Ademais, é importante observar que a governança interfederativa das funções públicas de interesse comum é o necessário

compartilhamento de responsabilidades e ações entre entes da Federação em termos de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, mediante a execução de um sistema integrado e articulado de planejamento, de projetos, de estruturação financeira, de implantação, de operação e de gestão.

A alternativa A está correta. Conforme o artigo 25, § 3º, da Constituição Federal e o artigo 2º, VII, do Estatuto da Metrópole, os Estados-membros podem instituir regiões metropolitanas e aglomerações urbanas por meio de lei complementar. Essas unidades regionais são constituídas por agrupamentos de Municípios limítrofes com o objetivo de integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum.

A alternativa B está incorreta. A instituição de regiões metropolitanas ou aglomerações urbanas que envolvam Municípios de mais de um Estado não é formalizada por lei complementar do Congresso Nacional, mas sim por leis complementares das assembleias legislativas de cada um dos Estados envolvidos, conforme artigo 4º do Estatuto da Metrópole.

A alternativa C está incorreta. O artigo 11 do Estatuto da Metrópole prevê que a lei que instituir o plano de desenvolvimento urbano integrado deve ser revista a cada dez anos, e não a cada vinte anos.

A alternativa D está incorreta. Não existe a exigência de um plano diretor único aprovado pelas Câmaras Municipais dos municípios limítrofes envolvidos. Cada município é responsável pela aprovação de seu próprio plano diretor. Contudo, deve haver a compatibilização desses planos diretores municipais com o plano de desenvolvimento urbano integrado da região metropolitana, conforme os §§ 2º e 3º do artigo 10 do Estatuto da Metrópole.

QUESTÃO 57. Sobre a disciplina constitucional da Ciência, Tecnologia e Inovação, é correto afirmar:

a) nos termos da Constituição Federal de 1988, as empresas que investirem recursos privados em pesquisa e desenvolvimento farão jus a regime tributário especial, de modo a estimular sua atuação.

b) a pesquisa tecnológica voltar-se-á preponderantemente para a solução dos grandes problemas do tempo presente em escala universal, de modo a evitar o insulamento da pesquisa nacional.

c) é facultado aos Estados e ao Distrito Federal vincular parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento à pesquisa científica e tecnológica.

d) o Estado, a fim de evitar o êxodo de pesquisadores e profissionais de ciência e tecnologia, priorizará a cooperação nacional entre as instituições públicas da área.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata do tema Ciência, Tecnologia e Inovação. Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pela professora Nelma

Fontana, você verá que a Emenda 85/2015 deu nova redação ao Capítulo IV do Título VIII da Constituição Federal, para incluir a inovação como uma das obrigações do Estado. Vale destacar que os termos “ciência”, “tecnologia” e “inovação”, enquanto atividades individuais, fazem parte do catálogo dos direitos fundamentais da pessoa humana, uma vez que são frutos de liberdade, sob diferentes variações: de consciência, de expressão, científica, profissional e intelectual. Na perspectiva de bem-estar e justiça sociais, objetivos da ordem social, ciência, tecnologia e inovação exigem ações concretas do Estado, aqui incluídos todos os seus entes (União, Estados, Distrito Federal e Municípios).

A alternativa A está incorreta. A Constituição Federal não prevê um regime tributário especial para empresas que investirem recursos privados em pesquisa e desenvolvimento. O artigo 218, § 4º, da CF/88, estabelece que o Estado apoiará e estimulará as empresas que investirem em pesquisa, criação de tecnologia adequada ao País, formação e aperfeiçoamento de seus recursos humanos e que pratiquem sistemas de remuneração que assegurem ao empregado, desvinculada do salário, participação nos ganhos econômicos resultantes da produtividade de seu trabalho, mas não menciona um regime tributário especial.

A alternativa B está incorreta. A pesquisa tecnológica deve voltar-se prioritariamente para a solução dos problemas brasileiros e para o desenvolvimento do sistema produtivo nacional e regional, conforme o artigo 218, § 2º, da Constituição Federal. Portanto, a ênfase é nas necessidades nacionais, não em uma escala universal.

A alternativa C está correta. O artigo 218, § 5º, da Constituição Federal permite que os Estados e o Distrito Federal vinculem parcela de sua receita orçamentária a entidades públicas de fomento à pesquisa científica e tecnológica.

A alternativa D está incorreta. A Constituição Federal, em seu artigo 219-A, prevê a cooperação entre entidades públicas e privadas para fomentar a inovação e o desenvolvimento científico e tecnológico. Portanto, a cooperação não é limitada apenas às instituições públicas, mas inclui também as entidades privadas.

QUESTÃO 58. A proteção jurídica dos indígenas, na Constituição Federal de 1988, determina

a) a titularidade do Ministério dos Povos Indígenas para demarcação de terras indígenas e elaboração de políticas públicas setoriais.

b) a vedação relativa à remoção dos grupos indígenas de suas terras.

c) a vedação absoluta à exploração de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais das terras pertencentes aos povos originários.

d) o direito de as comunidades indígenas utilizarem, no ensino fundamental regular, suas línguas maternas

Comentários

A alternativa correta, indicada pela Banca, em gabarito preliminar é a **letra B**. Todavia, entendemos que a **letra D** também está correta. Motivo pelo qual a questão poderá ser anulada. A questão trata do tema proteção jurídica dos indígenas. Em nosso material de Direito Constitucional do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado pela professora Nelma Fontana, você verá que no artigo 231 da Constituição Federal, são reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições. Pela primeira vez, assegurou-se constitucionalmente aos povos indígenas o direito à diferença.

A alternativa A está incorreta. Conforme o artigo 231 da Constituição Federal, a competência para demarcar terras indígenas é da União. Não há previsão constitucional que confere a titularidade para a demarcação de terras ao Ministério dos Povos Indígenas.

A alternativa B está correta, conforme a banca examinadora e nossos professores. A Constituição prevê uma vedação relativa à remoção dos grupos indígenas de suas terras. A remoção só é permitida em situações excepcionais, como em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população, ou no interesse da soberania do País, mediante deliberação do Congresso Nacional. Em qualquer caso, deve ser garantido o retorno imediato dos indígenas assim que cessar o risco, conforme o § 5º do artigo 231 da CF/88.

A alternativa C está incorreta. A Constituição permite a exploração de recursos hídricos, energéticos e minerais em terras indígenas, desde que haja autorização do Congresso Nacional e que as comunidades afetadas sejam ouvidas. Além disso, deve ser assegurada a participação dos indígenas nos resultados da lavra, conforme o § 3º do artigo 231 da CF/88.

A alternativa D está incorreta, conforme a banca examinadora, e correta, segundo nossos professores. A Constituição assegura o direito das comunidades indígenas de utilizarem suas línguas maternas no processo educacional, conforme o disposto no artigo 210, § 2º, da CF/88.

QUESTÃO 59. Os Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos, à luz da Constituição Federal de 1988, ostentam caráter de norma

a) constitucional, independentemente da aprovação pelas duas casas do Congresso Nacional, bastando a assinatura do presidente da República.

b) ordinária, independentemente da aprovação pelo Congresso Nacional, bastando a assinatura do presidente da República.

c) ordinária, dependendo da aprovação pelas duas casas do Congresso Nacional pelo quórum mínimo de três quintos de cada casa.

d) constitucional, dependendo da aprovação pelas duas casas do Congresso Nacional, pelo quórum mínimo de três quintos, em dois turnos, em cada casa.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata do tema Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos. Em nosso material de Direitos Humanos do Estratégia Carreira Jurídica, coordenado

pelo professor Ricardo Torques, você verá que há quatro teses defendidas sobre a hierarquia dos Tratados Internacionais de Direitos Humanos: 1. Natureza Supraconstitucional; 2. Natureza Constitucional; 3. Natureza Legal; e 4. Natureza Supralegal. Esta 4ª Tese, defendida pelo Ministro Gilmar Mendes e adotada pelo STF é a que prevalece. Nestes termos, os tratados internacionais de Direitos Humanos valem menos que a Constituição, mas são superiores à legislação infraconstitucional. Em razão disso, um tratado internacional de Direitos Humanos não pode se sobrepôr à Constituição, contudo, prevalece perante uma lei infraconstitucional. Não obstante, a questão cobrou apenas o conhecimento da norma constitucional. Segundo o texto expresso do artigo 5º, § 3º, “Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais.”

A alternativa A está incorreta. Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos não adquirem caráter constitucional apenas com a assinatura do presidente da República. Eles necessitam da aprovação pelo Congresso Nacional.

A alternativa B está incorreta. Tratados Internacionais de proteção dos Direitos Humanos aprovados na forma do artigo 5º, § 3º, da Constituição possuem caráter de norma constitucional.

A alternativa C está incorreta. Se forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais

A alternativa D está correta. Segundo o artigo 5º, § 3º, da Constituição Federal, "Os tratados e convenções internacionais sobre direitos humanos que forem aprovados, em cada Casa do Congresso Nacional, em dois turnos, por três quintos dos votos dos respectivos membros, serão equivalentes às emendas constitucionais." Portanto, para que tenham status constitucional, os tratados internacionais de proteção dos direitos humanos precisam ser aprovados por esse quórum específico.

QUESTÃO 60. Sobre o tema “responsabilidade civil decorrente de atos de notários e registradores”, considerados a normatização constitucional e infraconstitucional e o posicionamento do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é correto afirmar quanto aos atos que

a) Pessoalmente praticarem no exercício de suas funções e causarem prejuízos a terceiros, antes do advento da Lei nº 13.286/2016, é objetiva a responsabilidade civil do notário e do registrador.

b) Pessoalmente praticarem no exercício de suas funções e causarem prejuízos a terceiros, após o advento da Lei nº 13.286/2016, é subjetiva a responsabilidade civil do notário e do registrador, prescrevendo em cinco anos a pretensão de reparação civil.

c) Notários e registradores praticarem e causarem prejuízos a terceiros, é objetiva a responsabilidade do Estado, vedado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

d) Notários e registradores praticarem no exercício de suas funções e causarem prejuízos a terceiros, é subjetiva a responsabilidade do Estado, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.

Comentários

A resposta correta é a **letra A**. A questão trata da responsabilidade civil decorrente de atos de notários e registradores.

A alternativa A está correta, tendo em vista o Recurso Especial nº 1.849.994/DF (2018/0229037-9), veja: "Com efeito, uma leitura mais atenta do excerto transcrito parece até mesmo corroborar a conclusão de que, antes da Lei nº 13.286/2016, a responsabilidade dos Tabeliães e Registradores era objetiva, ou seja, prescindia da comprovação de culpa ou dolo de tais servidores." (RE 1.849.994, rel. min. Moura Ribeiro, j. 21/03/2023, p. DJe 24/03/2023.)

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 13.286/2016, veja: "Art. 22. Os notários e oficiais de registro são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que causarem a terceiros, por culpa ou dolo, pessoalmente, pelos substitutos que designarem ou escreventes que autorizarem, assegurado o direito de regresso. Parágrafo único. Prescreve em três anos a pretensão de reparação civil, contado o prazo da data de lavratura do ato registral ou notarial. (NR)"

A alternativa C está incorreta, tendo em vista o Recurso Extraordinário, RE 842846, no qual o STF discutiu, à luz dos arts. 37, § 6º, e 236 da Constituição Federal, a responsabilidade em razão de dano ocasionado pela atuação de tabeliães e notários, e no qual firmou-se a Tese: "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista o Recurso extraordinário, RE 842846, no qual o STF discutiu, à luz dos arts. 37, § 6º, e 236 da Constituição Federal, a responsabilidade em razão de dano ocasionado pela atuação de tabeliães e notários, e no qual firmou-se a Tese: "O Estado responde, objetivamente, pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros, assentado o dever de regresso contra o responsável, nos casos de dolo ou culpa, sob pena de improbidade administrativa."

QUESTÃO 61. Sobre os “meios de intervenção na propriedade”, assinale a alternativa correta.

a) Desapropriação não implica transferência da propriedade.

b) Tombamento implica transferência da propriedade.

c) Confisco implica transferência temporária da posse.

d) Limitação administrativa implica restrição ao uso.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata dos meios de intervenção do Estado na propriedade.

A alternativa A está incorreta, pois a desapropriação implica transferência de propriedade. Nas palavras de José dos Santos Carvalho Filho, sobre os meios de intervenção na propriedade: "Essa intervenção, tornamos a frisar, pode ser categorizada em dois grupos: de um lado, a intervenção restritiva, através da qual o Poder Público retira algumas das faculdades relativas ao domínio, embora salvasse a propriedade em favor do dono; de outro, a intervenção supressiva, que gera a transferência da propriedade de seu dono para o Estado, acarretando, por conseguinte, a perda da propriedade. Já examinamos as formas de intervenção restritiva. Cabe-nos agora analisar a forma mais drástica de intervenção do Estado, ou seja, aquela que provoca a perda da propriedade. Essa forma é a desapropriação." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta, pois o Tombamento somente implica restrições na propriedade; veja o que diz o Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937: "Art. 12. A alienabilidade das obras históricas ou artísticas tombadas, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado sofrerá as restrições constantes da presente lei."

A alternativa C está incorreta, pois o confisco é o ato pelo qual o Estado assume a propriedade de bens de um particular, sem indenização correspondente. Vejamos o que José dos Santos Carvalho Filho fala sobre o ato do confisco: "Instituída na vigente Constituição no art. 243, a desapropriação-confisco caracteriza-se pelo fato de consumir-se a expropriação sem qualquer indenização ao proprietário – situação que, na prática, corresponde realmente a um ato de confisco. Esta medida – é mister destacar – não é a única sanção; conforme dita o mandamento, a medida será aplicada sem prejuízo de outras sanções previstas em lei". (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está correta, tendo em vista que a mesma implica restrição ao uso. Veja o que Hely Lopes Meirelles traz sobre a limitação administrativa: "Limitação administrativa é toda imposição geral, gratuita, unilateral e de ordem pública, condicionadora do exercício de direitos ou de atividades particulares às exigências do bem-estar social". (MEIRELLES, Hely Lopes. Direito Administrativo Brasileiro, 16. ed. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1991).

QUESTÃO 62. O tombamento pode ser caracterizado como uma limitação administrativa do direito de propriedade, visando a proteger, dentre outros, bens imóveis com relevante valor histórico, artístico ou arquitetônico. Acerca deste instituto, é correto afirmar:

a) O tombamento importa em esvaziamento absoluto do valor econômico da propriedade, sendo análogo, portanto, à hipótese de desapropriação indireta.

b) O instituto jurídico do tombamento não se encontra em grau de hierarquia normativa superior aos instrumentos da política urbana.

c) O tombamento decorre de exercício discricionário da Administração Pública, prescindindo, nestes casos, de justa motivação, podendo ser questionado em juízo apenas se verificada ilegalidade.

d) O tombamento se efetiva sempre mediante lei de iniciativa do Poder Executivo que, acolhendo parecer técnico exarado por órgão competente, submete a matéria à apreciação do Poder Legislativo, para deliberação.

Comentários

A resposta correta é a **letra B**. A questão trata do instituto do tombamento.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que o tombamento visa, ao contrário do que afirma a alternativa, resguardar o valor de bens, históricos, culturais e artísticos. Gabriel Boscioni Bearsi, do Estratégia Concursos, explica: "Em sequência, temos o tombamento. Esta modalidade de intervenção da Administração Pública na propriedade busca a proteção dos patrimônios históricos, artísticos e culturais do país. Os entes federativos podem tomar os bens, inclusive uns dos outros, inscrevendo-os nos Livros do Tombo, para evitar destruição ou deterioração do bem. No entanto, o tombamento não gera direito à indenização, uma vez que continuará exercendo os direitos inerentes à propriedade, com limitações para preservar a integridade do bem." (BEARSI, Gabriel Boscioni. Intervenção do Estado na Propriedade para o CNU. Disponível em: <https://www.estrategiaconcursos.com.br/blog/intervencao-estado-propriedade-cnu/>. Acesso em: 16 de jul. de 2024.)

A alternativa B está correta, tendo em vista que o Supremo Tribunal deixou assentado que o instituto jurídico do tombamento não se encontra em grau de hierarquia normativa superior aos instrumentos da política urbana, veja: "3. Tombamento de bem público da União por Estado. Conflito Federativo. Competência desta Corte. Hierarquia verticalizada, prevista na Lei de Desapropriação (Decreto-Lei nº 3.365/41). Inaplicabilidade no tombamento. Regramento específico. Decreto-Lei 25/1937 (arts. 2º, 5º e 11). Interpretação histórica, teleológica, sistemática e/ou literal. Possibilidade de o Estado tomar bem da União. Doutrina. Lei do Estado de Mato Grosso do Sul 1.526/1994. Devido processo legal observado. Competências concorrentes material (art. 23, III e IV, c/c art. 216, § 1º, da CF) e legislativa (art. 24, VII, da CF)." (STF; ACO-AgR 1.208; Rel. Min. Gilmar Mendes; DJE 04/12/2017).

A alternativa C está incorreta, tendo em vista que o tombamento é um ato administrativo que necessita de justa motivação, consoante o Decreto-Lei nº 25/11/1927, veja: "Art. 1º Constitui o patrimônio histórico e artístico nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. § 1º Os bens a que se refere o presente artigo só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico o artístico nacional, depois de inscritos separada ou agrupadamente num dos quatro Livros do Tombo, de que trata o art. 4º desta lei."

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que o Tombamento se trata de ato administrativo, conforme estabelece a CF, em seu art. 216, § 1º: "O Poder Público, com a colaboração da comunidade, promoverá e protegerá o patrimônio cultural brasileiro, por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriação, e de outras formas de acautelamento e preservação."; em complementação, explica José dos Santos Carvalho Filho: "O tombamento é ato tipicamente administrativo, através do qual o Poder Público, depois de concluir formalmente no sentido de que o bem integra o patrimônio público nacional, intervém na propriedade para protegê-lo de mutilações e destruições. Trata-se de atividade administrativa, e não legislativa." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 63. A contratação de serviços de advocacia pelo Poder Público, à luz do que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021, é matéria reservada:

a) Sempre na hipótese de licitação por pregão, na modalidade eletrônica.

b) À hipótese de dispensa de licitação, desde que observada a atuação em matéria complexa, singular e relevante, sendo vedada a contratação de advogado, nessa hipótese, para prestar serviços jurídicos comuns, tais como a advocacia cível e trabalhista.

c) Sempre na hipótese de concorrência por técnica e preço, em razão da complexidade das matérias de natureza jurídica cometidas à atuação do advogado.

d) À hipótese de inexigibilidade de licitação, desde que presente a notória especialização, aferível, dentre outros, por estudos, experiência e publicações do profissional ou empresa, para desempenho de tarefas em que tais requisitos são indispensáveis.

Comentários

A resposta correta é a **letra D**. A questão trata da contratação de serviços de patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas, à luz do que dispõe a Lei Federal nº 14.133/2021.

A alternativa A está incorreta, pois contraria a Lei nº 14.133/2021, que determina a inexigibilidade de Licitação, nos seguintes termos: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;"

A alternativa B está incorreta, pois contraria a Lei nº 14.133/2021, que determina a inexigibilidade de Licitação, nos seguintes termos: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;"

A alternativa C está incorreta, pois contraria a Lei nº 14.133/2021, que determina a inexigibilidade de Licitação, nos seguintes termos: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;"

A alternativa D está correta, pois é o que determina a Lei nº 14.133/2021, veja: "Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de: III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: e) patrocínio ou defesa de causas judiciais ou administrativas;"

QUESTÃO 64. Os notários e tabeliães, acerca de suas condutas, sujeitam-se

a) À responsabilidade contratual, posto ser este o instrumento que regula a relação entre o delegatário e o Estado.

b) À responsabilidade contratual e à responsabilidade penal definida pela Lei Federal no 8.429/1992, em razão da dúplica condição de delegatários e contratantes que registradores e tabeliães ostentam.

c) Entre outros, às penalidades definidas na Lei Federal nº 8.429/1992, por serem os serviços notariais e registrais concedidos mediante delegação do Poder Público, ostentando natureza de serviço público essencial do Estado.

d) Exclusivamente à disciplina definida em procedimento próprio pelas corregedorias dos tribunais e pela Corregedoria Nacional de Justiça, em prestígio ao princípio da especialidade.

Comentários

A resposta correta é a **letra C**. A questão trata do regime jurídico ao qual se sujeitam notários e tabeliães, acerca de suas condutas.

A alternativa A está incorreta, tendo em vista que a atividade notarial e registral, prevista no artigo 236 da Constituição da República Federativa do Brasil, ostenta natureza de serviço público, da seguinte forma: "Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público", tratando-se de agentes públicos, que, na lição de José dos Santos Carvalho Filho: "A expressão agentes públicos tem sentido amplo. Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa B está incorreta tendo em vista que a atividade notarial e registral, prevista no artigo 236 da Constituição da República Federativa do Brasil, ostenta natureza de serviço público, da seguinte forma: "Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público."; tratando-se de agentes públicos, que, na lição de José dos Santos Carvalho Filho: "A expressão agentes públicos tem sentido amplo. Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa C está correta, tendo em vista que a atividade notarial e registral, prevista no artigo 236 da Constituição da República Federativa do Brasil, ostenta natureza de serviço público, da seguinte forma: "Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público."; tratando-se de agentes públicos, que, na lição de José dos Santos Carvalho Filho: "A expressão agentes públicos tem sentido amplo. Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam

no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

A alternativa D está incorreta, tendo em vista que, conforme supracitado, a atividade notarial e registral, prevista no artigo 236 da Constituição da República Federativa do Brasil, ostenta natureza de serviço público, da seguinte forma: "Art. 236. Os serviços notariais e de registro são exercidos em caráter privado, por delegação do poder público."; tratando-se de agentes públicos, que, na lição de José dos Santos Carvalho Filho: "A expressão agentes públicos tem sentido amplo. Significa o conjunto de pessoas que, a qualquer título, exercem uma função pública como prepostos do Estado. Essa função, é mister que se diga, pode ser remunerada ou gratuita, definitiva ou transitória, política ou jurídica. O que é certo é que, quando atuam no mundo jurídico, tais agentes estão de alguma forma vinculados ao Poder Público." (FILHO, José dos Santos Carvalho. Manual de Direito Administrativo. 28ª Edição. São Paulo: Editora Atlas, 2015.)

QUESTÃO 65. São hipóteses de extinção do crédito tributário, EXCETO:

- a) moratória, depósito integral e parcelamento.**
- b) pagamento, transação e remissão.**
- c) prescrição, decadência e decisão judicial passada em julgado.**
- d) compensação, conversão de depósito em renda e dação em pagamento de bens imóveis.**

Comentários

A alternativa correta é a **Letra A**. A questão trata sobre as hipóteses de extinção do crédito tributário.

A alternativa A está correta. As hipóteses elencadas são causas de suspensão do crédito tributário. Confira o art. 151 do CTN em sua literalidade: "Art. 151. Suspendem a exigibilidade do crédito tributário: I - moratória; II - o depósito do seu montante integral; VI - o parcelamento".

A alternativa B está incorreta. As hipóteses compreendem causas de extinção. Confira a redação legal: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: I - o pagamento; III - a transação; IV - remissão;".

A alternativa C está incorreta. As hipóteses elencadas são causas de extinção do crédito tributário. Confira o art. 151 do CTN em sua literalidade: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: V - a prescrição e a decadência; III - a transação; IV - remissão;".

A alternativa D está incorreta. As hipóteses elencadas são causas de extinção do crédito tributário. Confira o art. 151 do CTN em sua literalidade: Art. 156. Extinguem o crédito tributário: II - a compensação; VI - a conversão de depósito em renda; XI - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei".

QUESTÃO 66. Compete aos Municípios instituir impostos sobre propriedade predial e territorial urbana (IPTU). No tocante a esse imposto, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Poderá ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel.
- b) Não incidirá sobre templos de qualquer culto, ainda que as entidades sejam locatárias do bem imóvel.
- c) Não poderá ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo.
- d) Poderá ser progressivo em razão do valor do imóvel.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre o IPTU.

A alternativa A está incorreta. Dispõe o art. 156, §1^a, II da CF/88 que: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; (...)§ 1^o Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4^o, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (...) II- ter alíquotas diferentes de acordo com a localização e o uso do imóvel”.

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 150, VI, b da CF/88 que: “Art. 150. Sem prejuízo de outras garantias asseguradas ao contribuinte, é vedado à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios: (...)VI - instituir impostos sobre (...) b) entidades religiosas e templos de qualquer culto, inclusive suas organizações assistenciais e beneficentes;”.

A alternativa C está correta. Dispõe diversamente o art. 156, §1^a, III da CF/88 que: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; (...)§ 1^o Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4^o, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (...)III - ter sua base de cálculo atualizada pelo Poder Executivo, conforme critérios estabelecidos em lei municipal”.

A alternativa D está incorreta. Dispõe o art. 156, §1^a, I da CF/88 que: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; (...)§ 1^o Sem prejuízo da progressividade no tempo a que se refere o art. 182, § 4^o, inciso II, o imposto previsto no inciso I poderá: (...)I - ser progressivo em razão do valor do imóvel”.

QUESTÃO 67. Assinale a alternativa que completa corretamente a afirmação a seguir.

Os tributos cobrados pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal e pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, tendo como fato gerador o exercício regular do poder de polícia ou a utilização, efetiva ou potencial, do serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição, são denominados

- a) contribuição de melhoria.

b) impostos.

c) taxas.

d) preços públicos.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra C**. A questão trata sobre tributos.

A alternativa A está incorreta. Conforme o art. 81 do CTN que: “Art. 81. A contribuição de melhoria cobrada pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, é instituída para fazer face ao custo de obras públicas de que decorra valorização imobiliária, tendo como limite total a despesa realizada e como limite individual o acréscimo de valor que da obra resultar para cada imóvel beneficiado”.

A alternativa B está incorreta. Dispõe o art. 16 da CTN que: “Art. 16. Imposto é o tributo cuja obrigação tem por fato gerador uma situação independente de qualquer atividade estatal específica, relativa ao contribuinte”.

A alternativa C está correta. Prevê o art. 77 do CTN que: Art. 77. As taxas cobradas pela União, pelos Estados, pelo Distrito Federal ou pelos Municípios, no âmbito de suas respectivas atribuições, têm como fato gerador o exercício regular do poder de polícia, ou a utilização, efetiva ou potencial, de serviço público específico e divisível, prestado ao contribuinte ou posto à sua disposição”.

A alternativa D está incorreta. Os preços públicos não possuem natureza tributária conforme leciona o professor Fernando Maurício do Estratégia Concursos (<https://encurtador.com.br/aroSE>).

QUESTÃO 68. No tocante à isenção, instituto que promove a exclusão do crédito tributário, assinale a alternativa INCORRETA.

a) A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, se for o caso, o prazo de sua duração.

b) A exclusão do crédito tributário dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

c) A isenção pode ser restrita à determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares.

d) A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra B**. A questão trata sobre hipóteses de exclusão do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. Trata-se da literalidade do art. 176 do CTN que dispõe: “Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração”.

A alternativa B está correta. Dispõe diversamente o Parágrafo único do Art. 175 do CTN Art. 175. Excluem o crédito tributário: Parágrafo único. a exclusão do crédito tributário não dispensa o cumprimento das obrigações acessórias dependentes da obrigação principal cujo crédito seja excluído, ou dela conseqüentes.

A alternativa C está incorreta. Trata-se da literalidade do Parágrafo único do art. 176 do CTN que dispõe: “Art. 176. A isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração. Parágrafo único. a isenção pode ser restrita a determinada região do território da entidade tributante, em função de condições a ela peculiares”.

A alternativa D está incorreta. É o que diz o art. 179 do CTN em sua literalidade: “Art. 179. A isenção, quando não concedida em caráter geral, é efetivada, em cada caso, por despacho da autoridade administrativa, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previstos em lei ou contrato para sua concessão”.

QUESTÃO 69. O artigo 156 da Constituição Federal traz em seus incisos os impostos municipais. Assinale a alternativa que elenca somente os impostos municipais.

a) IR, IPI, Imposto sobre grandes fortunas.

b) ICMS, IPVA, ITCMD.

c) IPTU, ITBI, ITR, IR.

d) IPTU, ISSQN, ITBI.

Comentários

A alternativa correta é a **Letra D**. A questão trata sobre hipóteses de exclusão do crédito tributário.

A alternativa A está incorreta. O IR, IPI e imposto sobre grandes fortunas não estão previstos no art. 156 da CF/88. Confira o artigo em sua literalidade: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar”.

A alternativa B está incorreta. O ICMS, IPVA e o ITCMD não estão previstos no art. 156 da CF/88. Confira o art. Em sua literalidade: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar”.

A alternativa C está incorreta. O ITR e o IR não estão previstos no art. 156 da CF/88. Confira o art. Em sua literalidade: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar”.

A alternativa D está correta. É o que prevê o art. 156 da CF/88 em sua literalidade: “Art. 156. Compete aos Municípios instituir impostos sobre: I - propriedade predial e territorial urbana; II - transmissão "inter vivos", a qualquer título, por ato oneroso, de bens imóveis, por natureza ou acessão física, e de direitos reais sobre imóveis, exceto os de garantia, bem como cessão de direitos a sua aquisição; III - serviços de qualquer natureza, não compreendidos no art. 155, II, definidos em lei complementar”.

QUESTÃO 70. A empresa Alfa foi contratada pela empresa Beta, em meados de 2015, para prestação de serviços, mediante pagamento de prestação mensal com cláusula de reajuste anual por índice inflacionário oficial. Foi fixado prazo determinado de 48 meses, ao cabo do qual as partes prosseguiram com o contrato, embora sem aditamento. Os reajustes anuais foram regularmente aplicados até meados de 2020. No início de 2024, a empresa Beta manifestou desinteresse na continuidade contratual, notificando a prestadora Alfa que, por sua vez, em acerto de contas, contranotificou a tomadora, cobrando multa rescisória prevista em contrato no equivalente a 12 prestações mensais, além de reajuste retroativo a 2021.

Diante do exposto, é correto afirmar que a cobrança

a) de reajuste retroativo é lícita, pois está previsto em contrato, tratando-se o período sem cobrança de mera liberalidade do prestador do serviço.

b) do reajuste retroativo é ilícita, pois viola a vedação de comportamento contraditório que emana da cláusula geral de boa-fé objetiva.

c) da multa é lícita, embora excessivo o montante exigido, tendo em vista a natureza e a finalidade do negócio.

d) da multa é lícita, uma vez que, a despeito da expiração do prazo inicialmente fixado, a continuidade da relação contratual gerou à prestadora legítima expectativa de manutenção.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. A cobrança do reajuste retroativo é ilícita, pois viola a boa-fé objetivo, sendo vedado o comportamento contraditório. Se não houve cobrança do reajuste, entende-se que o credor abriu mão do direito.

A alternativa B está correta. Trata-se da aplicação do Princípio vedação ao comportamento contraditório. Se alguém age de determinada forma, toma determinada conduta, criando uma expectativa justa em outrem, com base na confiança, não pode, posteriormente, agir de maneira contrária.

O STJ, em repetidas decisões veda o comportamento contraditório, por aplicação dos princípios da confiança e da lealdade, deveres laterais de conduta decorrentes da cláusula geral da boa-fé objetiva. Nesse sentido também o Enunciado 362 da IV Jornada de Direito Civil que esclarece que a vedação do comportamento contraditório (venire contra factum proprium) funda-se na proteção da confiança, tal como se extrai dos arts. 187 e 422 do CC/2002.

A alternativa C está incorreta. Considerando que os contratos não tem caráter perpétuo, não há expectativa de manutenção do contrato de maneira obrigatória. Assim, a multa é ilícita, pois o contrato passou a vigorar por prazo indeterminado, bastando a notificação prévia para solução contratual.

A alternativa D está incorreta. A multa é ilícita, pois o contrato passou a vigorar por prazo indeterminado, bastando a notificação prévia para solução contratual.

Fonte: Estratégia Carreira Jurídica. Livro Digital Interativo. Regular Cartórios. Direito Civil. Aula 5.2.3.3.

QUESTÃO 71. Osvaldo é proprietário de um imóvel e contratou os serviços de corretagem de Beatriz para expô-lo à venda. Após única visita, promovida pela corretora, Jussara interessou-se pelo bem. Passadas algumas semanas, as partes entabularam tratativas diretas e firmaram compromisso de compra e venda, sem inclusão de corretagem. Ante a situação narrada, é correto afirmar que a comissão da corretora é

- a) indevida, ante a ausência de cláusula de exclusividade na intermediação.**
- b) indevida, uma vez que o negócio se aperfeiçoou diretamente entre as partes interessadas.**
- c) devida e, na falta de estipulação em contrário, deve ser rateada pelas partes contratantes.**
- d) devida, porquanto caracterizada a aproximação útil.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Conforme entendimento do Superior Tribunal de Justiça, representado no AgInt no REsp 1973116/TO, a contrário senso, que afasta todas as outras alternativas, é cabível a comissão de corretagem quando o negócio atinge seu resultado útil. Veja a ementa do citado julgado: AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMISSÃO DE CORRETAGEM. RESULTADO ÚTIL. REVERSÃO DO JULGADO.

SÚMULA N. 7/STJ. 1. O posicionamento do Tribunal de origem não merece reparos, pois se alinha com reiterados julgados que afastam o cabimento da corretagem quando o negócio jurídico não se concretiza, alcançando resultado útil. 2. "Incabível comissão de corretagem no contrato de compra e venda de imóveis, quando o negócio não foi concluído por desistência do comprador, não atingindo assim o seu o resultado útil. Precedentes. Incidência da Súmula 83 do STJ no caso em questão" (AgInt no AREsp n. 2.142.647/DF, relatora Ministra Maria Isabel Gallotti, Quarta Turma, DJe de 27/4/2023). 3. É inviável revisar as premissas fáticas fixadas no acórdão recorrido de que não houve resultado útil, devido à dificuldade na obtenção de financiamento dentro do prazo previsto no contrato, ante o teor da Súmula 7 do STJ, uma vez que as instâncias estaduais delinearão a controvérsia dentro do conjunto probatório dos autos. Agravo interno improvido. AgInt no REsp 1973116/TO.

QUESTÃO 72. Josefina entabulou escritura de compra e venda de bem imóvel com Edvaldo, que se apresentou como sendo seu proprietário. Meses após o negócio, com preço pago e já na posse do bem, Josefina foi surpreendida pelo verdadeiro Edvaldo, afirmando que terceiro falsário, de posse de seus documentos pessoais, logrou passar-se por ele perante a adquirente e o tabelião que lavrou a escritura. Em ação anulatória da escritura movida pelo verdadeiro Edvaldo, o pedido foi julgado procedente, tendo Josefina perdido o bem adquirido. A adquirente ajuíza ação de indenização por dano material em face do tabelião. Em suma, imputa-lhe responsabilidade objetiva pela consumação do ato fraudulento e, subsidiariamente, negligência na conferência da documentação do vendedor, ainda que sofisticada fosse a falsificação, como era o caso da cédula de identidade apresentada pelo falsário. Ante a situação narrada, é correto afirmar que o pedido comporta

a) improcedência, uma vez que a responsabilidade do tabelião é subjetiva, e o grau de diligência dele exigível no exercício de suas funções não abrange o dever de detectar fraudes documentais de elevada sofisticação.

b) improcedência, uma vez que o tabelião responde subjetivamente por atos danosos praticados no exercício de suas funções e, no caso concreto, o juiz corregedor permanente afastou a culpa do tabelião em sede administrativa.

c) procedência, uma vez que o Estado responde objetivamente pelos atos dos tabeliães e registradores oficiais que, no exercício de suas funções, causem dano a terceiros.

d) procedência, uma vez que a responsabilidade do tabelião é subjetiva, e o grau de diligência dele exigível no exercício de suas funções abrange o dever de detectar falsificações grosseiras ou sofisticadas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. O artigo 28 da Lei 6.015/1994 demonstra que a responsabilidade dos notários e registradores é subjetiva, pois depende da análise do dolo ou culpa: Art. 28. Além dos casos expressamente consignados, os oficiais são civilmente responsáveis por todos os prejuízos que, pessoalmente, ou pelos prepostos ou substitutos que indicarem, causarem, por culpa ou dolo, aos

interessados no registro. Parágrafo único. A responsabilidade civil independe da criminal pelos delitos que cometerem. Nesse sentido, o Supremo Tribunal Federal, em 27 de fevereiro de 2019 em sede de recurso extraordinário nº 842.846 com repercussão geral, entendeu que o Estado deve responder diretamente e de forma objetiva, por força do disposto no artigo 37, § 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, devendo ser proposta contra o Estado ou Distrito Federal, a qual é vinculado aquele Delegatário que causou o dano. Tendo o Ente Federativo o dever de regresso em face do Delegatário causador do dano, se tiver agido com dolo ou culpa, sob pena de responder por Improbidade Administrativa. Repare-se, assim, que o Supremo Tribunal Federal corroborou com a tese da responsabilidade subjetiva do Delegatário, ao afirmar que caberá regresso em face deste, se tiver agido com dolo ou culpa.

A alternativa B está incorreta. Embora, de fato, a responsabilidade dos notários e registradores seja subjetiva, as responsabilidades administrativa e civil são independentes;

A alternativa C está incorreta. o Supremo Tribunal Federal, em 27 de fevereiro de 2019 em sede de recurso extraordinário nº 842.846 com repercussão geral, entendeu que o Estado deve responder diretamente e de forma objetiva, por força do disposto no artigo 37, § 6º da Constituição da República Federativa do Brasil, devendo ser proposta contra o Estado ou Distrito Federal, a qual é vinculado aquele Delegatário que causou o dano. Tendo o Ente Federativo o dever de regresso em face do Delegatário causador do dano, se tiver agido com dolo ou culpa, sob pena de responder por Improbidade Administrativa.

A alternativa D está incorreta. Embora a responsabilidade do notário e registrador seja subjetiva, não é possível exigir do oficial conhecimento para identificação de fraudes de alta sofisticação.

QUESTÃO 73. João e Maria constituíram união estável em janeiro de 1984. Em dezembro de 2001, como se tornara insuportável a convivência, realizaram escritura pública de reconhecimento e dissolução de união estável, estipulando o regime da separação total dos bens, com previsão de efeitos retroativos e para o futuro. Porém, não promoveram a partilha dos bens. Mantiveram-se afastados por mais de dez anos, até que, em agosto de 2013, após se encontrarem casualmente, reaproximaram-se, reatando a convivência pública, contínua e duradoura. Em outubro de 2018, decidiram pôr fim ao relacionamento.

Nessas circunstâncias, é correto afirmar:

a) a retroatividade da estipulação do novo regime faz com que os bens adquiridos onerosamente pelos companheiros, entre janeiro de 1984 e dezembro de 2001, sejam excluídos da comunhão. Quanto ao período compreendido entre agosto de 2013 e outubro de 2018, os efeitos prospectivos da declaração acarretam a incidência das regras da separação de bens.

b) interpreta-se a retroatividade da estipulação do novo regime, em 2001, como doação de metade ideal dos bens adquiridos onerosamente entre janeiro de 1984 e dezembro de 2001. Tal estipulação, porém, no tocante ao período compreendido entre agosto de 2013 e outubro de 2018, é ineficaz.

c) a estipulação de novo regime produz efeitos *ex nunc*, por ser nula a cláusula que estabelece a retroatividade. Quanto aos bens adquiridos onerosamente entre agosto de 2013 e outubro de 2018, aplica-se o regime da comunhão parcial de bens, porque se cuida de nova união estável.

d) interpreta-se a retroatividade da estipulação do novo regime, em 2001, como doação de metade ideal dos bens adquiridos onerosamente entre janeiro de 1984 e dezembro de 2001. Quanto ao período compreendido entre agosto de 2013 e outubro de 2018, os efeitos prospectivos da declaração acarretam a incidência das regras da separação de bens.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

Conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça, “No curso do período de convivência, não é lícito aos conviventes atribuírem por contrato efeitos retroativos à união estável elegendo o regime de bens para a sociedade de fato, pois, assim, se estar-se-ia conferindo mais benefícios à união estável que ao casamento” (RECURSO ESPECIAL Nº 1.383.624 - MG (2013/0146258-6). Ademais, nos termos do artigo 1.725 do Código Civil: Art. 1.725. Na união estável, salvo contrato escrito entre os companheiros, aplica-se às relações patrimoniais, no que couber, o regime da comunhão parcial de bens. Assim, o contrato de convivência não possui efeitos retroativos. No tocante ao período de nova convivência, entre 2013 a 2018, deve vigorar o regime que constitui regra geral, diante da ausência de novo pacto de convivência, a saber, o regime de comunhão parcial de bens. Desse modo, a alternativa correta é a letra C.

QUESTÃO 74. Nos termos do artigo 1.976 do Código Civil, o testador pode nomear um ou mais testamentários, conjuntos ou separados, para darem cumprimento às disposições de última vontade. Em testamento público, João nomeou Maria como testamentária. Tempos depois, promoveu a substituição de Maria por Pedro, por meio de codicilo, em que também fazia disposições especiais sobre o seu enterro e sobre o legado de bens móveis de pouco valor, de uso pessoal. Em face do exposto, é correto afirmar que

a) é ineficaz o codicilo, salvo quanto às disposições especiais sobre o enterro. Afinal, João não estava autorizado a legar bens móveis, independentemente do valor e do uso que fazia deles, porque já estavam contemplados no testamento público.

b) se considera o codicilo inexistente, na medida em que já existia testamento público prévio.

c) é válida e eficaz a substituição de Maria por Pedro, visto que, por meio de codicilo, se permite complementar o testamento, com a nomeação de testamentário; ou retificá-lo, substituindo o testamentário anteriormente nomeado.

d) é inválida a substituição de Maria por Pedro, pois somente se admite a modificação de um testamento pelo mesmo modo e forma como pode ser feito. Preservam-se, porém, as demais disposições feitas no codicilo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Conforme dispõem os artigos 1.881 e 1.881 do Código Civil: Art. 1.881. Toda pessoa capaz de testar poderá, mediante escrito particular seu, datado e assinado, fazer disposições especiais sobre o seu enterro, sobre esmolas de pouca monta a certas e determinadas pessoas, ou, indeterminadamente, aos pobres de certo lugar, assim como legar móveis, roupas ou jóias, de pouco valor, de seu uso pessoal. Art. 1.882. Os atos a que se refere o artigo antecedente, salvo direito de terceiro, valerão como codicilos, deixo ou não testamento o autor.

A alternativa B está incorreta. Consoante ao artigo 1882 do Código Civil: Art. 1.882. Os atos a que se refere o artigo antecedente, salvo direito de terceiro, valerão como codicilos, deixo ou não testamento o autor.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 1.883 do Código Civil: Pelo modo estabelecido no art. 1.881, poder-se-ão nomear ou substituir testamenteiros.

A alternativa D está incorreta. Conforme dispõe o artigo 1883 do Código Civil: Pelo modo estabelecido no art. 1.881, poder-se-ão nomear ou substituir testamenteiros.

QUESTÃO 75. João, pequeno produtor rural, vizinho de Pedro, decide erguer um estábulo em seu sítio. Pouco mais de um ano depois de concluída a obra, Pedro, poderoso pecuarista da região, ajuíza uma ação em face de João, sob o argumento de que parte do estábulo invade a sua fazenda. Pede ordem de reintegração de posse e demolição do prédio. Durante a instrução, Pedro comprova que, dos 200 m² do novo estábulo, 20 m² extrapolam a divisa entre os imóveis; João, por sua vez, demonstra que as divisas não estavam demarcadas, que não era possível, sem a realização de estudo topográfico, constatar a invasão e que a fazenda de Pedro não sofreu desvalorização.

Considerando a ausência de controvérsia sobre a impossibilidade de demolição parcial do estábulo, sem que haja comprometimento total de sua estrutura, é correto afirmar que

a) Pedro obterá ordem de reintegração de posse e demolição, na medida em que teve sua fazenda invadida por João, o que caracteriza esbulho, e que não decorreu o prazo de prescrição aquisitiva.

b) João se tornou proprietário do solo que invadiu. A construção exterioriza a utilização da propriedade em seu aspecto econômico e social representativo do trabalho humano. Tornou-se obrigado, porém, a pagar a Pedro o valor da área perdida.

c) o princípio da função social da propriedade impede que Pedro, poderoso pecuarista, obtenha as ordens de reintegração de posse e demolição, pois não dava à área nenhuma destinação útil, tanto que levou mais de um ano para adotar providências contra João.

d) João se tornou proprietário do solo que invadiu. Entretanto, por não ter realizado, antes de iniciar a construção, o estudo topográfico, será obrigado a pagar, em décuplo, a indenização que

represente o valor da área perdida e a desvalorização do que remanesceu da fazenda, por força da regra prevista no artigo 1.258, parágrafo único, do Código Civil.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa A está incorreta. Considerando que João não agiu de má-fé, e que a construção invadiu parcela inferior a vigésima parte, adquirirá a propriedade, não sendo cabível a reintegração da posse pelo proprietário. Nesse sentido, dispõe o artigo 1.258 do CC: Art. 1.258. Se a construção, feita parcialmente em solo próprio, invade solo alheio em proporção não superior à vigésima parte deste, adquire o construtor de boa-fé a propriedade da parte do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente. Parágrafo único. Pagando em décuplo as perdas e danos previstos neste artigo, o construtor de má-fé adquire a propriedade da parte do solo que invadiu, se em proporção à vigésima parte deste e o valor da construção exceder consideravelmente o dessa parte e não se puder demolir a porção invasora sem grave prejuízo para a construção.

A alternativa B está correta. Nos termos do artigo 1.258 do Código Civil: Art. 1.258. Se a construção, feita parcialmente em solo próprio, invade solo alheio em proporção não superior à vigésima parte deste, adquire o construtor de boa-fé a propriedade da parte do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente. Parágrafo único. Pagando em décuplo as perdas e danos previstos neste artigo, o construtor de má-fé adquire a propriedade da parte do solo que invadiu, se em proporção à vigésima parte deste e o valor da construção exceder consideravelmente o dessa parte e não se puder demolir a porção invasora sem grave prejuízo para a construção.

A alternativa C está incorreta. O prazo de um ano serve apenas para reintegração de posse liminar sem a necessidade de comprovação dos requisitos do artigo 300 do CPC, conforme dispõe o artigo 558 do Código Civil, mas não serve como fundamento para caracterizar a ausência de função social: Art. 558. Regem o procedimento de manutenção e de reintegração de posse as normas da Seção II deste Capítulo quando a ação for proposta dentro de ano e dia da turbação ou do esbulho afirmado na petição inicial. Parágrafo único. Passado o prazo referido no caput, será comum o procedimento, não perdendo, contudo, o caráter possessório.

A alternativa D está incorreta. Considerando que não há indícios de má-fé, o invasor terá direito à aquisição da propriedade invadida, nos termos do artigo 1.258, caput, do Código Civil, pagando indenização que represente o valor da área perdida. Nesse sentido: Art. 1.258. Se a construção, feita parcialmente em solo próprio, invade solo alheio em proporção não superior à vigésima parte deste, adquire o construtor de boa-fé a propriedade da parte do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente.

QUESTÃO 76. Tício e Caio celebraram contrato escrito de mútuo no valor de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), que seria pago em prestação única, com vencimento no prazo de 12 (doze) meses, acrescida de juros remuneratórios simples de 1% (um por cento) ao mês, tendo

estipulado, na hipótese de inadimplemento, cláusula penal de 2% (dois por cento). O devedor, na data do vencimento da prestação, pagou apenas o valor de R\$ 4.000,00 (quatro mil reais). Nesse caso, é correto afirmar que

a) o pagamento parcial deve ser imputado primeiro nos juros vencidos e depois no capital, à falta de

b) para exigir a cláusula penal, o credor deverá demonstrar prejuízo.

c) não são devidos juros de mora, tendo em vista que a prestação foi paga no vencimento, ainda que em valor inferior ao devido.

d) a cláusula penal não pode ser reduzida proporcionalmente, a despeito do adimplemento parcial da obrigação.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 354, do Código Civil: Havendo capital e juros, o pagamento imputar-se-á primeiro nos juros vencidos, e depois no capital, salvo estipulação em contrário, ou se o credor passar a quitação por conta do capital.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 416 do Código Civil: Para exigir a pena convencional, não é necessário que o credor alegue prejuízo.

A alternativa C está incorreta. Consoante ao artigo 395, caput, do Código Civil: Responde o devedor pelos prejuízos a que sua mora der causa, mais juros, atualização dos valores monetários e honorários de advogado.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 413 do Código Civil: A penalidade deve ser reduzida equitativamente pelo juiz se a obrigação principal tiver sido cumprida em parte, ou se o montante da penalidade for manifestamente excessivo, tendo-se em vista a natureza e a finalidade do negócio.

QUESTÃO 77. Sobre o seguro de pessoas, é correto afirmar que

a) o segurador não pode se eximir ao pagamento do seguro, ainda que da apólice conste a restrição, se a morte ou a incapacidade do segurado provier da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prestação de serviço militar, da prática de esporte, ou de atos de humanidade em auxílio de outrem.

b) o beneficiário não tem direito ao capital segurado na hipótese de suicídio do segurado, independentemente do tempo de vigência do contrato.

c) o segurador, pago o capital segurado, sub-roga-se nos direitos e ações do segurado, ou do beneficiário, contra o causador do sinistro.

d) na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago, em quotas iguais, aos dependentes habilitados à pensão por morte perante a Previdência Social ou, à sua falta, aos sucessores previstos na lei civil, indicados em alvará judicial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Nos termos do artigo 799 do Código Civil: O segurador não pode eximir-se ao pagamento do seguro, ainda que da apólice conste a restrição, se a morte ou a incapacidade do segurado provier da utilização de meio de transporte mais arriscado, da prestação de serviço militar, da prática de esporte, ou de atos de humanidade em auxílio de outrem.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 798 do Código Civil: O beneficiário não tem direito ao capital estipulado quando o segurado se suicida nos primeiros dois anos de vigência inicial do contrato, ou da sua recondução depois de suspenso, observado o disposto no parágrafo único do artigo antecedente. Parágrafo único. Ressalvada a hipótese prevista neste artigo, é nula a cláusula contratual que exclui o pagamento do capital por suicídio do segurado.

A alternativa C está incorreta. Dispõe o artigo 800 do Código Civil: Nos seguros de pessoas, o segurador não pode sub-rogar-se nos direitos e ações do segurado, ou do beneficiário, contra o causador do sinistro.

A alternativa D está incorreta. Consoante ao artigo 792 do Código Civil: Na falta de indicação da pessoa ou beneficiário, ou se por qualquer motivo não prevalecer a que for feita, o capital segurado será pago por metade ao cônjuge não separado judicialmente, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária. Parágrafo único. Na falta das pessoas indicadas neste artigo, serão beneficiários os que provarem que a morte do segurado os privou dos meios necessários à subsistência.

QUESTÃO 78. Pedro pega emprestado o automóvel de seu irmão João e, na condução do veículo, envolve-se em acidente de trânsito, a que deu causa por imprudência, uma vez que avançou o semáforo vermelho. Nesse caso, o proprietário do veículo

a) somente responde por metade do dano causado pelo condutor, uma vez que a obrigação derivada da responsabilidade civil extracontratual é divisível.

b) somente responde subsidiariamente pelo evento se o condutor não tiver bens suficientes para garantir o ressarcimento do dano à vítima.

c) não pode ser responsabilizado pelo evento, mas apenas o condutor, uma vez que a relação entre eles não se amolda a qualquer das hipóteses de responsabilidade objetiva previstas no artigo 932 do Código Civil.

d) responde pelo evento, objetiva e solidariamente, com o condutor, com base na teoria da guarda da coisa inanimada.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

Segundo o entendimento do Superior Tribunal de Justiça: “O proprietário do veículo que o empresta a terceiros responde solidariamente pelos danos decorrentes de sua utilização” (AgRg no Ag 823.567/DF, Relatora Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, QUARTA TURMA, julgado em 22/09/2015, DJe de 1º/10/2015). Veja a ementa completa: AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RESPONSABILIDADE CIVIL. ACIDENTE DE TRÂNSITO ATROPELAMENTO. VEÍCULO. TRANSFERÊNCIA DO VEÍCULO. NÃO DEMONSTRAÇÃO. PROPRIETÁRIO. EMPRÉSTIMO. JUROS DE MORA. SÚMULA 83/STJ. VALOR DA INDENIZAÇÃO. SÚMULA 7/STJ. CPC. ART. 535. VIOLAÇÃO. NÃO OCORRÊNCIA. 1. Não ofende o art. 535 do CPC a decisão que examina, de forma fundamentada, todas as questões submetidas à apreciação judicial. 2. A tradição de veículo automotor, independentemente do registro da transferência para o novo proprietário no órgão de trânsito, afasta a responsabilidade do alienante pelos fatos posteriores decorrentes da utilização do bem (Súmula 132/STJ). 3. Hipótese, todavia, em que o Tribunal de origem considerou que a alienação do veículo não foi demonstrada pelos documentos juntados aos autos. Incidência da Súmula 7/STJ, no ponto. 4. O proprietário do veículo que o empresta a terceiros responde solidariamente pelos danos decorrentes de sua utilização. Precedentes. 5. Consoante entendimento pacificado no âmbito desta Corte, o valor da indenização por danos morais só pode ser alterado na instância especial quando manifestamente ínfimo ou exagerado, o que não se verifica na hipótese dos autos. 6. Agravo regimental a que se nega provimento (AgRg no Ag 823567/DF, AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO 2006/0207708-8).

QUESTÃO 79. Proprietário de unidade autônoma em condomínio edilício passa a locar seu imóvel por meio de plataformas digitais, para hospedagens de curta duração, com menos de 90 (noventa) dias. Advertido pelo condomínio de que deverá cessar tal prática, sob pena de multa, uma vez que a respectiva convenção prevê a destinação exclusivamente residencial do edifício, o condômino ajuíza ação visando ao reconhecimento da legalidade da sua conduta. Nesse caso, a locação

a) deve ser permitida, pois, embora a hospedagem seja atípica e de curta duração, não desvirtua a natureza exclusivamente residencial do edifício, na medida em que os hóspedes utilizam a unidade autônoma locada da mesma forma que o proprietário a utilizaria, e não para outras finalidades, como a comercial.

b) não deve ser permitida, porquanto se trata de contrato atípico de hospedagem, que desvirtua a natureza exclusivamente residencial do edifício prevista na convenção do condomínio, devido à alta rotatividade de pessoas, que oferece riscos potenciais à segurança, ao sossego e à saúde dos demais condôminos.

c) não deve ser permitida, pois, para tanto, a convenção do condomínio teria de ser previamente alterada para admitir expressamente essa possibilidade, por deliberação em assembleia tomada pela maioria simples dos condôminos.

d) deve ser permitida, pois, à falta de proibição expressa na convenção de condomínio, o proprietário pode usar, fruir e dispor livremente de sua unidade autônoma.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

O Superior Tribunal de Justiça decidiu, no REsp 1819075, que, caso a convenção do condomínio preveja a destinação residencial das unidades, os proprietários não poderão alugar seus imóveis por meio de plataformas digitais como o Airbnb. No entanto, a convenção do condomínio pode autorizar a utilização das unidades nessa modalidade de aluguel. Para o colegiado, o sistema de reserva de imóveis pela plataforma digital é caracterizado como uma espécie de contrato atípico de hospedagem – distinto da locação por temporada e da hospedagem oferecida por empreendimentos hoteleiros, que possuem regulamentações específicas. Segundo a turma, havendo previsão expressa de destinação residencial das unidades do condomínio, será impossível a sua utilização para a atividade de hospedagem remunerada. Nesse sentido, veja a Ementa do REsp 1819075: DIREITO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CONDOMÍNIO EDILÍCIO RESIDENCIAL. AÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE NÃO FAZER. LOCAÇÃO FRACIONADA DE IMÓVEL PARA PESSOAS SEM VÍNCULO ENTRE SI, POR CURTOS PERÍODOS. CONTRATAÇÕES CONCOMITANTES, INDEPENDENTES E INFORMAIS, POR PRAZOS VARIADOS. OFERTA POR MEIO DE PLATAFORMAS DIGITAIS ESPECIALIZADAS DIVERSAS. HOSPEDAGEM ATÍPICA. USO NÃO RESIDENCIAL DA UNIDADE CONDOMINIAL. ALTA ROTATIVIDADE, COM POTENCIAL AMEAÇA À SEGURANÇA, AO SOSSEGO E À SAÚDE DOS CONDÔMINOS. CONTRARIEDADE À CONVENÇÃO DE CONDOMÍNIO QUE PREVÊ DESTINAÇÃO RESIDENCIAL. RECURSO IMPROVIDO. 1. Os conceitos de domicílio e residência (CC/2002, arts. 70 a 78), centrados na ideia de permanência e habitualidade, não se coadunam com as características de transitoriedade, eventualidade e temporariedade efêmera, presentes na hospedagem, particularmente naqueles moldes anunciados por meio de plataformas digitais de hospedagem. 2. Na hipótese, tem-se um contrato atípico de hospedagem, que se equipara à nova modalidade surgida nos dias atuais, marcados pelos influxos da avançada tecnologia e pelas facilidades de comunicação e acesso proporcionadas pela rede mundial da internet, e que se vem tornando bastante popular, de um lado, como forma de incremento ou complementação de renda de senhorios, e, de outro, de obtenção, por viajantes e outros interessados, de acolhida e abrigo de reduzido custo. 3. Trata-se de modalidade singela e inovadora de hospedagem de pessoas, sem vínculo entre si, em ambientes físicos de estrutura típica residencial familiar, exercida sem inerente profissionalismo por aquele que atua na produção desse serviço para os interessados, sendo a atividade comumente anunciada por meio de plataformas digitais variadas. As ofertas são feitas por proprietários ou possuidores de imóveis de padrão residencial, dotados de espaços ociosos, aptos ou adaptados para acomodar, com certa privacidade e limitado conforto, o interessado, atendendo, geralmente, à demanda de pessoas menos exigentes, como jovens estudantes ou viajantes, estes por motivação turística ou laboral, atraídos pelos baixos preços cobrados. 4. Embora aparentemente lícita, essa peculiar recente forma de hospedagem não encontra, ainda, clara definição doutrinária, nem tem legislação reguladora no Brasil, e, registre-se, não se confunde com aquelas espécies tradicionais de locação, regidas pela Lei 8.245/91, nem mesmo com aquela menos antiga, genericamente denominada de aluguel por temporada (art. 48 da Lei de Locações). 5. Diferentemente do caso sob exame, a locação por temporada não prevê aluguel informal e fracionado de quartos existentes num imóvel para hospedagem de distintas pessoas estranhas entre si, mas sim a locação plena e formalizada de imóvel adequado a servir de residência temporária para determinado locatário e, por óbvio, seus familiares ou amigos, por prazo não superior a noventa dias. 6. Tampouco a nova modalidade de hospedagem se enquadra dentre os usuais tipos de hospedagem ofertados, de modo formal e profissionalizado, por hotéis, pousadas, hospedarias, motéis e outros estabelecimentos da rede tradicional provisora de alojamento, conforto e variados serviços à clientela, regida pela Lei 11.771/2008. 7. O direito de o proprietário condômino usar, gozar e dispor livremente do seu bem imóvel, nos termos dos arts. 1.228 e 1.335 do Código Civil de 2002 e 19 da Lei

4.591/64, deve harmonizar-se com os direitos relativos à segurança, ao sossego e à saúde das demais múltiplas propriedades abrangidas no Condomínio, de acordo com as razoáveis limitações aprovadas pela maioria de condôminos, pois são limitações concernentes à natureza da propriedade privada em regime de condomínio edilício. 8. O Código Civil, em seus arts. 1.333 e 1.334, concede autonomia e força normativa à convenção de condomínio regularmente aprovada e registrada no Cartório de Registro de Imóveis competente. Portanto, existindo na Convenção de Condomínio regra impondo destinação residencial, mostra-se indevido o uso de unidades particulares que, por sua natureza, implique o desvirtuamento daquela finalidade (CC/2002, arts. 1.332, III, e 1.336, IV).9. Não obstante, ressalva-se a possibilidade de os próprios condôminos de um condomínio edilício de fim residencial deliberarem em assembleia, por maioria qualificada (de dois terços das frações ideais), permitir a utilização das unidades condominiais para fins de hospedagem atípica, por intermédio de plataformas digitais ou outra modalidade de oferta, ampliando o uso para além do estritamente residencial e, posteriormente, querendo, incorporarem essa modificação à Convenção do Condomínio. 10. Recurso especial desprovido (RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.075 - RS (2019/0060633-3)).

QUESTÃO 80. Sobre o usufruto, é correto afirmar que

- a) o usufruto de imóvel constituído por escritura pública é existente, válido e eficaz entre nu-proprietário e usufrutuário, ainda que não esteja registrado no fólio real, uma vez que o registro constitui apenas requisito de eficácia perante terceiros.**
- b) o usufrutuário deve usufruir em pessoa do bem objeto de usufruto, só podendo ceder a posse direta a terceiro, a título gratuito ou oneroso, mediante expressa autorização do nu-proprietário.**
- c) as taxas de condomínio e as prestações do IPTU de imóvel objeto de usufruto devem ser pagas pelo nu-proprietário, porquanto se trata de obrigações *propter rem*.**
- d) constituído o usufruto em favor de duas pessoas, no caso de morte de uma delas, o usufruto não se extingue em relação ao quinhão da que faleceu, uma vez que este se acresce ao do usufrutuário sobrevivente, à falta de previsão expressa em sentido contrário no título constitutivo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**.

A alternativa A está correta. Conforme decidiu o Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.860.313, “No caso em apreço, vê-se que o usufruto sobre 2 (dois) imóveis foi instituído por testamento lavrado em escritura pública perante tabelião de notas, de modo que, em relação à usufrutuária e à nuaproprietária, o negócio jurídico era existente, válido e eficaz. Ademais, a nuaproprietária já vinha pagando parte dos valores dos aluguéis decorrentes do uso exclusivo dos bens, não podendo agora alegar a ausência do registro para se esquivar do pagamento, sob pena de enriquecimento sem causa e ofensa ao princípio do venire contra factum proprium.” RECURSO ESPECIAL. DIREITO CIVIL. NEGATIVA DE PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. NÃO OCORRÊNCIA. USUFRUTO. USO EXCLUSIVO. ARBITRAMENTO DE ALUGUEL. DIREITO REAL SOBRE IMÓVEL. AUSÊNCIA DE REGISTRO EM CARTÓRIO DE IMÓVEIS. PRESCINDIBILIDADE. NEGÓCIO JURÍDICO EXISTENTE, VÁLIDO E EFICAZ

ENTRE AS PARTES. RECURSO ESPECIAL DESPROVIDO. 1. Verifica-se que o Tribunal de origem analisou todas as questões relevantes para a solução da lide de forma fundamentada, não havendo falar em negativa de prestação jurisdicional. 2. O usufruto é direito real sobre coisa, direito ou patrimônio não próprios, limitado no tempo e adstrito à destinação econômica do objeto usufruído, ficando o proprietário com a nuapropriedade da coisa, pois não pode usar ou fruir, cabendo-lhe apenas dispor. 3. O art. 1.391 do CC determina que a constituição do usufruto sobre imóvel depende do registro em Cartório de Registro de Imóveis. A principal função dessa determinação legal é exatamente dar publicidade ao instituto, de maneira que possa ser oponível a terceiros, pois o registro é requisito para eficácia erga omnes do direito real. 4. Contudo, na discussão envolvendo apenas a usufrutuária e a nuaproprietária, não há óbice para que a parte diretamente beneficiária do ato busque a proteção do seu direito em relação à outra, independentemente do registro. 5. No caso em apreço, vê-se que o usufruto sobre 2 (dois) imóveis foi instituído por testamento lavrado em escritura pública perante tabelião de notas, de modo que, em relação à usufrutuária e à nuaproprietária, o negócio jurídico era existente, válido e eficaz. Ademais, a nuaproprietária já vinha pagando parte dos valores dos aluguéis decorrentes do uso exclusivo dos bens, não podendo agora alegar a ausência do registro para se esquivar do pagamento, sob pena de enriquecimento sem causa e ofensa ao princípio do venire contra factum proprium. 6. Recurso especial desprovido.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do artigo 1.393 do Código Civil: Art. 1.393. Não se pode transferir o usufruto por alienação; mas o seu exercício pode ceder-se por título gratuito ou oneroso.

A alternativa C está incorreta. Nos termos do artigo 1.403 do Código Civil: Art. 1.403 Incumbem ao usufrutuário: I - as despesas ordinárias de conservação dos bens no estado em que os recebeu; II - as prestações e os tributos devidos pela posse ou rendimento da coisa usufruída.

A alternativa D está incorreta. Nos termos do artigo 1.403 do Código Civil: Art. 1.403 Incumbem ao usufrutuário: I - as despesas ordinárias de conservação dos bens no estado em que os recebeu; II - as prestações e os tributos devidos pela posse ou rendimento da coisa usufruída.

QUESTÃO 81. Quanto à morte presumida, é correto afirmar:

- a) só pode ser declarada se houver prévia decretação de ausência e abertura da sucessão definitiva.**
- b) se inexistir prévia decretação de ausência, só pode ser declarada se comprovada a presença do presumidamente morto em catástrofe, não sendo possível localizar o cadáver.**
- c) produz os mesmos efeitos da morte real.**
- d) só pode ser declarada se houver prévia decretação de ausência.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 7º do Código Civil: Art. 7º o Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

A alternativa B está incorreta. Conforme dispõe o artigo 7º do código Civil: Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra. Parágrafo único. A declaração da morte presumida, nesses casos, somente poderá ser requerida depois de esgotadas as buscas e averiguações, devendo a sentença fixar a data provável do falecimento.

A alternativa C está correta. Nos termos do artigo 6º do Código Civil: Art. 6º o A existência da pessoa natural termina com a morte; presume-se esta, quanto aos ausentes, nos casos em que a lei autoriza a abertura de sucessão definitiva.

A alternativa D está incorreta. O artigo 7º traz hipóteses de morte presumida sem decretação de ausência: Art. 7º. Pode ser declarada a morte presumida, sem decretação de ausência: I - se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida; II - se alguém, desaparecido em campanha ou feito prisioneiro, não for encontrado até dois anos após o término da guerra.

QUESTÃO 82. Quanto aos impedimentos para o casamento, assinale a alternativa correta.

a) Os impedimentos só podem ser apresentados dentro do prazo de afixação e publicação dos editais de proclamas.

b) Os impedimentos para o casamento são inafastáveis, sem exceção.

c) Os impedimentos só podem ser apresentados por parentes em linha reta e na colateral até o terceiro grau de um dos nubentes.

d) O impedimento ao casamento avuncular pode ser afastado, desde que cumpridas as formalidades previstas no artigo 2º do Decreto-lei n. 3.200/41.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do artigo 1.522 do Código Civil: Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz.

A alternativa B está incorreta. O Superior Tribunal de Justiça, no REsp 1.330.023, entendeu que é possível o casamento avuncular (entre tio(a) e sobrinha(o)), desde que não haja risco à saúde.

A alternativa C está incorreta. Os impedimentos podem ser apresentador por qualquer pessoa capaz, conforme determina o artigo 1.522 do Código Civil: artigo 1.522 do Código Civil: Os impedimentos podem ser opostos, até o momento da celebração do casamento, por qualquer pessoa capaz.

A alternativa D está correta. Conforme entendeu o Superior Tribunal de Justiça no REsp 1.330.023: “E no amplo espectro que se forma com essa assertiva, nada impede que o casamento nuncupativo realizado tenha como motivação central, ou única, a consolidação de meros efeitos sucessórios em favor de um dos nubentes - pois essa circunstância não macula o ato com um dos vícios citados nos arts. 166 e 167 do CC-02: incapacidade; ilicitude do motivo e do objeto; malferimento da forma, fraude ou simulação”. Veja a ementa completa do citado julgado: CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. CASAMENTO NUNCUPATIVO. VALIDADE. COMPROVAÇÃO DE VÍCIO QUANTO A MANIFESTAÇÃO DA VONTADE INEQUÍVOCA DO MORIBUNDO EM CONVOLAR NÚPCIAS. COMPROVAÇÃO. 1. Ação de decretação de nulidade de casamento nuncupativo ajuizada em novembro de 2008. Agravo no recurso especial distribuído em 22/03/2012. Decisão determinando a reautuação do agravo em recurso especial, publicada em 12/06/2012. 2. Recurso especial que discute a validade de casamento nuncupativo realizado entre tio e sobrinha com o falecimento daquele, horas após o enlace. 3. A inquestionável manifestação da vontade do nubente enfermo, no momento do casamento, fato corroborado pelas 6 testemunhas exigidas por lei, ainda que não realizada de viva voz, supre a exigência legal quanto ao ponto. 4. A discussão relativa à a nulidade preconizada pelo art. 1.548 do CC-02, que se reporta aos impedimentos, na espécie, consignados no art. 1.521, IV, do CC-02 (casamento entre colaterais, até o terceiro grau, inclusive) fenece por falta de escopo, tendo em vista que o quase imediato óbito de um dos nubentes não permitiu o concúbito pós-casamento, não havendo que se falar, por conseguinte, em riscos eugênicos, realidade que, na espécie, afasta a impositividade da norma, porquanto lhe retira seu lastro teleológico. 5. Não existem objetivos pré-constituídos para o casamento, que descumpridos, imporiam sua nulidade, mormente naqueles realizados com evidente possibilidade de óbito de um dos nubentes - casamento nuncupativo -, pois esses se afastam tanto do usual que, salvaguardada as situações constantes dos arts. 166 e 167 do CC-02, que tratam das nulidades do negócio jurídico, devem, independentemente do fim perseguido pelos nubentes, serem ratificados judicialmente. 6. E no amplo espectro que se forma com essa assertiva, nada impede que o casamento nuncupativo realizado tenha como motivação central, ou única, a consolidação de meros efeitos sucessórios em favor de um dos nubentes - pois essa circunstância não macula o ato com um dos vícios citados nos arts. 166 e 167 do CC-02: incapacidade; ilicitude do motivo e do objeto; malferimento da forma, fraude ou simulação. Recurso ao qual se nega provimento.

QUESTÃO 83. A legitimidade para eleger apoiadores para auxiliarem pessoa deficiente nos atos da vida civil é

- a) dos parentes do deficiente em linha reta.**
- b) do próprio deficiente.**
- c) do Ministério Público.**
- d) de qualquer pessoa com a qual o deficiente mantenha vínculo.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Conforme dispõe o artigo 1.783-A, §2º, do Código Civil, “O pedido de tomada de decisão apoiada será requerido pela pessoa a ser apoiada, com indicação expressa das pessoas aptas a prestarem o apoio previsto no caput deste artigo”. Nesse sentido, a alternativa correta a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 84. Se o autor da herança falecer sem herdeiros necessários, deixando dois irmãos bilaterais, um sobrinho – filho de seu irmão bilateral pré-morto – e um sobrinho-neto, neto do seu irmão pré-morto, é correto afirmar:

- a) herdam os dois irmãos bilaterais, o sobrinho e o sobrinho-neto; estes dois últimos, por representação.
- b) herdam os dois irmãos bilaterais, e o sobrinho, por representação.
- c) herdam os dois irmãos bilaterais.
- d) a herança deverá ser declarada jacente.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

Nos termos do artigo 1.839 do Código Civil, “Se não houver cônjuge sobrevivente, nas condições estabelecidas no art. 1.830, serão chamados a suceder os colaterais até o quarto grau”. Por sua vez, determina o artigo 1.840 do Código Civil que “Na classe dos colaterais, os mais próximos excluem os mais remotos, salvo o direito de representação concedido aos filhos de irmãos”. Nesse passo, diante da inexistência de herdeiros necessários, herdarão os irmãos do falecido, garantido o direito do filho de irmãos. Considerando que os mais próximos excluem os mais remotos, o sobrinho neto será excluído da sucessão. Assim, a alternativa correta a ser assinalada é a letra B.

QUESTÃO 85. Sobre a prova documental, é correto afirmar que:

- a) quando surgir dúvida fundada acerca da data do documento particular, a prova deve ser rejeitada pelo magistrado.
- b) o documento particular, admitido expressa ou tacitamente, é indivisível, embora a parte que o apresentou possa sempre aceitar, com base nele, fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse.
- c) não se considera autêntico o documento particular quando, subscrito, a firma não tiver sido reconhecida por tabelião.

d) reproduções mecânicas, tais como a fotográfica, a fonográfica e a audiovisual, estão aptas a fazer prova dos fatos ou das coisas representadas, se a sua conformidade com o documento original não for impugnada por aquele contra quem foi produzida.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata de regras gerais envolvendo as provas documentais.

A alternativa A está incorreta. A dúvida a respeito da data do documento particular não é motivo suficiente para que o magistrado rejeite o referido documento. Na verdade, a legislação processual civil estabelece que, nessas hipóteses, a data do documento pode ser provada por qualquer meio admitido pelo ordenamento jurídico. Isso está expresso no art. 409 do CPC: "A data do documento particular, quando a seu respeito surgir dúvida ou impugnação entre os litigantes, provar-se-á por todos os meios de direito".

A alternativa B está incorreta. A primeira parte da alternativa está correta, pois, de fato, o documento particular que tenha sido admitido, seja de modo expresso ou tácito, é indivisível. Todavia, o erro da alternativa está na segunda afirmação, pois a parte que trouxe o documento aos autos não pode pretender se valer apenas dos fatos favoráveis e recusar os contrários, justamente em razão da indivisibilidade do documento. Essa regra está exposta no parágrafo único do art. 412 do CPC: "O documento particular admitido expressa ou tacitamente é indivisível, sendo vedado à parte que pretende utilizar-se dele aceitar os fatos que lhe são favoráveis e recusar os que são contrários ao seu interesse, salvo se provar que estes não ocorreram".

A alternativa C está incorreta. Para que o documento particular possa ser tido como autêntico, não há a obrigatoriedade de que ocorra o reconhecimento de firma por parte do tabelião. É possível que o documento seja considerado autêntico se, por exemplo, a despeito da ausência do reconhecimento de firma, ele não for impugnado pela parte contrária. Essa sistemática pode ser encontrada no seguinte dispositivo do CPC: "Art. 411. Considera-se autêntico o documento quando: I - o tabelião reconhecer a firma do signatário; II - a autoria estiver identificada por qualquer outro meio legal de certificação, inclusive eletrônico, nos termos da lei; III - não houver impugnação da parte contra quem foi produzido o documento".

A alternativa D está correta. De fato, como regra geral, as reproduções mecânicas têm o condão de fazer prova dos fatos ou coisas que elas representam, exceto se a parte contrária expressamente impugnar a sua conformidade com o documento original (ou seja, se a parte contrária afirmar que a reprodução não condiz com aquilo que está inserido no documento original). Isso pode ser visto no art. 422 do CPC: "Qualquer reprodução mecânica, como a fotográfica, a cinematográfica, a fonográfica ou de outra espécie, tem aptidão para fazer prova dos fatos ou das coisas representadas, se a sua conformidade com o documento original não for impugnada por aquele contra quem foi produzida".

QUESTÃO 86. Quanto aos pressupostos processuais, assinale a alternativa correta.

a) A presença dos pressupostos processuais deverá ser verificada, de ofício, quando o juiz tiver o primeiro contato com a petição inicial. Como a lei brasileira adotou o princípio de aproveitar, na medida do possível, as petições defeituosas, o juiz ordenará a intimação do autor para

emenda, em quinze dias, sob pena de extinção. Cumprida a ordem e deferida a citação, não mais poderá haver deliberação sobre a presença dos pressupostos processuais, diante da preclusão, salvo se houver recurso ou se, na contestação, o réu apresentar questionamentos acerca da ausência desses pressupostos.

b) O juiz não pode conhecer de ofício dos pressupostos processuais, em razão do princípio dispositivo, na medida em que cabe às partes a iniciativa das alegações, a exemplo da arguição de incompetência relativa.

c) A relação processual se desenvolve em três planos diferentes: o da existência, o da validade e o da eficácia. As questões que, ao juiz, incumbe resolver, agrupadas no rótulo de pressupostos processuais, integram esses três planos. É possível conceituar os pressupostos processuais, assim, como os elementos de existência, os requisitos de validade e os fatores de eficácia que governam a admissibilidade do processo constitucionalmente legítimo.

d) O atual Código de Processo Civil abandonou o pressuposto da impossibilidade jurídica do pedido, mas manteve, nessa mesma categoria, a legitimidade das partes e o interesse processual.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão trata dos pressupostos processuais no âmbito do processo civil.

A alternativa A está incorreta. Na verdade, ao contrário do que a alternativa menciona, os pressupostos processuais devem permanecer sendo analisados pelo magistrado no decorrer da marcha processual, não existindo preclusão a respeito deles. Essa conclusão pode ser extraída a partir da leitura do art. 337, §5º, do CPC, que afirma: "Excetuadas a convenção de arbitragem e a incompetência relativa, o juiz conhecerá de ofício das matérias enumeradas neste artigo". Pelo fato de o magistrado poder analisar tais pressupostos de ofício, depreende-se que eles são de ordem pública e, portanto, a sua análise não está sujeita à preclusão.

A alternativa B está incorreta. Como já exposto nos comentários da alternativa A, o magistrado pode conhecer de ofício da grande maioria dos pressupostos processuais (art. 337, §5º, CPC). Portanto, mesmo que a matéria não seja alegada pela parte, o magistrado ainda poderá conhecê-la de ofício e determinar a correção de eventuais vícios que eventualmente sejam encontrados.

A alternativa C está correta. É correto afirmar que os pressupostos processuais podem abranger os planos de existência, de validade e de eficácia do processo. Na concepção atual, conforme o material de Direito Processual Civil do Estratégia Carreiras Jurídicas, coordenado pelo professor Rodrigo Vaslin, os pressupostos processuais podem ser encarados como os requisitos que devem ser observados para que o processo alcance o seu objetivo final, se desenvolva de modo válido e regular e, também, produza todos os seus efeitos. Existe uma controvérsia doutrinária a respeito da classificação dos pressupostos processuais, mas é possível citar alguns exemplos: em primeiro lugar, o órgão investido de jurisdição é considerado um pressuposto de existência (por exemplo, um processo conduzido por um oficial de justiça será inexistente, pois os servidores do Judiciário não são dotados de jurisdição); em segundo lugar, a competência é considerada um pressuposto de validade (por exemplo, um processo cível conduzido por um juiz trabalhista será inválido, apesar de ser existente); e, por fim, a procuração é considerada um pressuposto de validade (por exemplo, o ato praticado por um advogado sem

procuração para falar em nome da parte será considerado ineficaz em relação àquela parte, como prevê o art. 104, §2º, do CPC).

A alternativa D está incorreta. Na verdade, o CPC não trata a legitimidade das partes e o interesse processual como pressupostos processuais, mas, sim, como condições da ação. Isso pode ser extraído, por exemplo, do seguinte dispositivo do CPC: "Art. 485. O juiz não resolverá o mérito quando: [...] IV - verificar a ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo; [...] VI - verificar ausência de legitimidade ou de interesse processual". A partir da leitura dos incisos transcritos, percebemos que o legislador claramente diferenciou os pressupostos processuais (inciso IV) e as condições da ação (inciso VI), sendo que a legitimidade das partes e o interesse processual se enquadram nessa última categoria, razão pela qual a alternativa está, de fato, incorreta.

QUESTÃO 87. Sobre as tutelas provisórias, é correto afirmar que:

a) o rol das tutelas de urgência de natureza cautelar contido no artigo 301 do Código de Processo Civil é meramente exemplificativo.

b) a tutela antecipada concedida em caráter antecedente torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso, mas o autor deverá formular o pedido de tutela final no prazo legal, sob pena de extinção do processo sem resolução do mérito.

c) a tutela da evidência poderá ser concedida liminarmente pelo juiz se a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor.

d) a tutela provisória pode fundamentar-se em urgência ou evidência e será concedida se houver probabilidade do direito e perigo de dano ou risco ao resultado útil do processo.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre temas gerais envolvendo as tutelas provisórias no âmbito do CPC.

A alternativa A está correta. As tutelas de urgência de natureza cautelar visam, em suma, conservar o bem da vida que está sendo disputado no processo, para que, ao final, ele possa ser entregue para a parte vencedora. A legislação processual civil estabelece apenas um rol exemplificativo de tutelas cautelares, sem prejuízo da concessão judicial de outras medidas que, no caso concreto, sejam vistas como eficazes para a conservação do direito que se pretende preservar. Isso pode ser visto na parte final do art. 301 do CPC: "A tutela de urgência de natureza cautelar pode ser efetivada mediante arresto, sequestro, arrolamento de bens, registro de protesto contra alienação de bem e qualquer outra medida idônea para asseguuração do direito".

A alternativa B está incorreta. Pela sistemática estabelecida na legislação processual civil, se não houver a interposição de recurso contra a decisão que conceder a tutela antecipada antecedente, ela se tornará estável e, portanto, não haverá a necessidade, por parte do autor, de formulação do pedido de tutela final. Isso pode ser visto a partir da leitura do art. 304 do CPC: "A tutela antecipada, concedida nos

termos do art. 303, torna-se estável se da decisão que a conceder não for interposto o respectivo recurso".

A alternativa C está incorreta. Dentre as hipóteses de tutela de evidência expressas na legislação, existem aquelas que admitem a decisão liminar por parte do magistrado e, de outro lado, existem aquelas em que isso não é possível. A hipótese mencionada na alternativa (petição inicial instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor), por expressa disposição legal, não admite a concessão de decisão liminar, como prevê o seguinte dispositivo do CPC: "Art. 311. A tutela da evidência será concedida, independentemente da demonstração de perigo de dano ou de risco ao resultado útil do processo, quando: [...] IV - a petição inicial for instruída com prova documental suficiente dos fatos constitutivos do direito do autor, a que o réu não oponha prova capaz de gerar dúvida razoável. Parágrafo único. Nas hipóteses dos incisos II e III, o juiz poderá decidir liminarmente".

A alternativa D está incorreta. Na verdade, somente a tutela de urgência exige que estejam presentes a probabilidade do direito e o perigo de dano ou o risco ao resultado útil do processo (art. 300, CPC), pois a tutela de evidência, por outro lado, se contenta somente com a presença da probabilidade do direito (art. 311, CPC).

QUESTÃO 88. João e Maria, únicos sucessores de Pedro, ajuízam ação de reintegração de posse em face de Ana, alegando que ela era empregada doméstica de seu pai, mas, com o falecimento dele, recusou-se a desocupar o imóvel que lhes foi transmitido com a abertura da sucessão. Ana, em defesa, sustenta que convivia em união estável com Pedro e que, em razão disso, tem direito real de habitação em relação ao imóvel, que era de propriedade exclusiva dele. Nesse caso:

a) o Juízo Cível deve conhecer incidentalmente da alegada união estável e do alegado direito real de habitação, na fundamentação da sentença, sem que a decisão a esse respeito faça coisa julgada material, para poder determinar o alcance da parte dispositiva.

b) o Juízo Cível deve determinar que a interessada ajuíze ação declaratória de união estável perante o Juízo da Família e suspender o processo da ação de reintegração de posse até que essa questão prejudicial externa seja resolvida.

c) o Juízo Cível deve determinar que a interessada requeira a abertura de inventário, em cujos autos o respectivo Juízo poderá conhecer, incidentalmente, da alegada união estável, se houver prova pré-constituída da sua existência, para poder decidir sobre o alegado direito real de habitação.

d) o Juízo Cível não deve conhecer da alegada união estável e do alegado direito real de habitação, porquanto a competência para tanto, em razão da matéria, é absoluta do Juízo da Família e das Sucessões.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata de regras de competência e de coisa julgada no âmbito do processo civil.

A alternativa A está correta. A controvérsia existente entre João e Maria, de um lado, e Ana, de outro, reside no fato de ela poder, ou não, ser considerada como companheira de Pedro. Portanto, a união estável e o consequente direito real de habitação são questões prejudiciais que afetam diretamente o resultado da ação de reintegração de posse que foi proposta por João e Maria, e, sendo assim, essas questões podem ser analisadas pelo magistrado competente para julgar a referida ação. Todavia, esse ponto não fará coisa julgada material e, portanto, não há impedimento para que, futuramente, o juízo da Vara de Família profira decisão em sentido diverso no que tange ao reconhecimento da união estável e ao consequente direito real de habitação, tendo em vista que se trata de matéria de sua competência, como se pode ver, por exemplo, na leitura do art. 9º da Lei 9.278/96: "Toda a matéria relativa à união estável é de competência do juízo da Vara de Família, assegurado o segredo de justiça". Ademais, o próprio CPC afirma que a decisão proferida a respeito da questão prejudicial somente fará coisa julgada se o juízo tiver competência em razão da matéria e da pessoa para resolvê-la como questão principal (art. 503, §1º, III, CPC), e, como visto acima, a competência em razão da matéria está ausente para o juízo cível, logo, a decisão a respeito da união estável e seu consequente direito real de habitação não terá o condão de fazer coisa julgada.

QUESTÃO 89. X costuma deixar seu carro quase todos os dias no estacionamento de seu amigo Y, com quem guarda relação de confiança. Certo dia, Z, com a intenção de se apossar do veículo de X, dirigiu -se ao estacionamento e falou ao manobrista que foi buscar o carro a pedido de X. O Manobrista entregou as chaves do veículo de X para Z, que o saiu conduzindo. X foi até o estacionamento e tomou conhecimento de que seu veículo havia sido levado por um terceiro. O veículo não foi localizado e X não conhece Z e nem lhe deu qualquer autorização. A conduta de Z amolda-se ao crime de:

a) furto mediante fraude.

b) estelionato.

c) apropriação de coisa havia por erro.

d) furto qualificado pelo abuso de confiança.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão aborda o conhecimento sobre o crime de estelionato.

A alternativa A está incorreta. O delito de furto mediante fraude está previsto no art. 155, §4º, II, do Código Penal: "Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: § 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido: II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza". Sobre o tema, é importante destacar as diferenças existentes entre o estelionato e o furto mediante fraude. De acordo com Cleber Masson: "No furto qualificado, a fraude se presta a diminuir a vigilância da vítima (ou de terceiro) sobre o bem, permitindo ou facilitando a subtração. O bem é retirado da esfera de disponibilidade do ofendido sem que ele perceba a subtração. Exemplo: A mulher, em uma loja, entra no provador com diversas peças de roupas. Em seguida, devolve diversas delas à vendedora, paga por outra no caixa, mas sai do estabelecimento comercial com uma peça por debaixo das vestimentas, sem pagar por ela. No estelionato, por sua vez, a fraude se destina a colocar a

vítima (ou terceiro) em erro, mediante uma falsa percepção da realidade, fazendo com que ela espontaneamente lhe entregue o bem. Não há subtração: a fraude antecede o apossamento da coisa e é causa para ludibriar sua entrega pela vítima. Em síntese, no furto qualificado há subtração do bem sem que a vítima a perceba; no estelionato, de outro lado, dá-se a entrega espontânea (embora viciada) do bem pela vítima ao agente”.

A alternativa B está correta, pois estão presentes todas as características elementares do delito de estelionato. O art. 171 do Código Penal prevê a figura do crime de estelionato nos seguintes termos: “Art. 171 - Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”. De acordo com Marcelo André de Azevedo e Alexandre Salim: “Para configurar o crime de estelionato é indispensável: 1) fraude do agente; 2) erro da vítima; 3) vantagem ilícita; 4) prejuízo alheio”. Assim, está caracterizado o crime de estelionato, pois estão presentes todos os elementos, vejamos: 1) fraude do agente: Z, com a intenção de se apossar do veículo de X, falou ao manobrista que foi buscar o carro a pedido de X; 2) erro da vítima: em razão da conversa enganosa de Z, o manobrista entregou as chaves do veículo de X para Z; 3) vantagem ilícita: Z saiu conduzindo o veículo de X que não foi localizado posteriormente; 4) prejuízo alheio: X foi até o estacionamento e tomou conhecimento de que seu veículo havia sido levado por um terceiro. O veículo não foi localizado e X não conhece Z e nem lhe deu qualquer autorização.

Verifica-se, portanto que a narrativa do enunciado está em conformidade com as lições de Cleber Masson: “No estelionato, por sua vez, a fraude se destina a colocar a vítima (ou terceiro) em erro, mediante uma falsa percepção da realidade, fazendo com que ela espontaneamente lhe entregue o bem. Não há subtração: a fraude antecede o apossamento da coisa e é causa para ludibriar sua entrega pela vítima”.

A alternativa C está incorreta, pois na situação hipotética, o erro do manobrista foi provocado dolosamente por Z. O crime de apropriação de coisa havida por erro, caso fortuito ou força da natureza está previsto no art. 169 do Código Penal: “Art. 169 - Apropriar-se alguém de coisa alheia vinda ao seu poder por erro, caso fortuito ou força da natureza”. De acordo com Cleber Masson: “o crime de apropriação de coisa havida por erro depende dos seguintes requisitos: 1) A vítima (ou alguém em seu nome) deve encontrar-se em situação de erro, não provocado pelo agente. Se ausente o erro, o crime será o de apropriação indébita (CP, art. 168). Por sua vez, se o erro tiver sido provocado pelo agente, estará caracterizado o delito de estelionato (CP, art. 171); 2) A vítima há de entregar, espontaneamente, o bem ao agente; 3) O agente, ao entrar na posse do bem, deve estar de boa-fé, ou seja, sem perceber o equívoco da vítima (ou de terceira pessoa), pois se percebê-lo o crime será de estelionato; e 4) O agente posteriormente percebe o erro da vítima (ou de alguém em seu nome), mas decide apoderar-se da coisa”.

A alternativa D está incorreta. O delito de furto qualificado pelo abuso de confiança está previsto no art. 155, §4º, II, do Código Penal: “Art. 155 - Subtrair, para si ou para outrem, coisa alheia móvel: § 4º - A pena é de reclusão de dois a oito anos, e multa, se o crime é cometido: II - com abuso de confiança, ou mediante fraude, escalada ou destreza”. Segundo Cleber Masson: “Esta qualificadora consiste na traição, pelo agente, da confiança que, oriunda de relações antecedentes entre ele e a vítima, faz com que o objeto material do furto tenha sido deixado ou ficasse exposto ao seu fácil alcance”. No caso hipotético narrado, Z não tem relação de confiança antecedente com o manobrista, tampouco o dono do estacionamento. Assim, o tipo legal não é aplicável ao caso. Sobre o tema, é importante destacar que há diferença entre o furto qualificado pelo abuso de confiança e o furto mediante fraude. De acordo com Cleber Masson: “É imprescindível seja a confiança necessária ou quase necessária, não se podendo ter

em conta (para reconhecimento da qualificativa) a que é captada ardilosamente, pois, então, o que se apresenta é o furto qualificado pela fraude”.

QUESTÃO 90. Causar dano emocional à mulher, que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise degradá-la ou controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e autodeterminação, configura crime de:

a) perseguição, definido no artigo 147-A do Código Penal.

b) constrangimento ilegal qualificado contra mulher, definido no artigo 146 do Código Penal.

c) intimidação sistemática contra a mulher, definido no artigo 146-A do Código Penal.

d) violência psicológica contra a mulher, definido no artigo 147-B do Código Penal.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão aborda o conhecimento sobre o crime de violência psicológica contra a mulher, previsto no artigo 147-B do Código Penal.

A alternativa A está incorreta. O delito de perseguição está previsto no art. 147-A do Código Penal, in verbis: “Art. 147-A. Perseguir alguém, reiteradamente e por qualquer meio, ameaçando-lhe a integridade física ou psicológica, restringindo-lhe a capacidade de locomoção ou, de qualquer forma, invadindo ou perturbando sua esfera de liberdade ou privacidade”.

A alternativa B está incorreta. O art. 146 do Código Penal prevê o crime de constrangimento ilegal nos seguintes termos: “Art. 146 - Constranger alguém, mediante violência ou grave ameaça, ou depois de lhe haver reduzido, por qualquer outro meio, a capacidade de resistência, a não fazer o que a lei permite, ou a fazer o que ela não manda”.

A alternativa C está incorreta. O crime de intimidação sistemática também é denominado de “bullying” e foi incluído no Código Penal pela Lei nº 14.811, de 2024, vejamos: “Art. 146-A. Intimidar sistematicamente, individualmente ou em grupo, mediante violência física ou psicológica, uma ou mais pessoas, de modo intencional e repetitivo, sem motivação evidente, por meio de atos de intimidação, de humilhação ou de discriminação ou de ações verbais, morais, sexuais, sociais, psicológicas, físicas, materiais ou virtuais: (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024) Pena - multa, se a conduta não constituir crime mais grave. (Incluído pela Lei nº 14.811, de 2024)”.

A alternativa D está correta, pois está em conformidade com a redação expressa do art. 147-B do Código Penal: “Art. 147-B. Causar dano emocional à mulher que a prejudique e perturbe seu pleno desenvolvimento ou que vise a degradar ou a controlar suas ações, comportamentos, crenças e decisões, mediante ameaça, constrangimento, humilhação, manipulação, isolamento, chantagem, ridicularização, limitação do direito de ir e vir ou qualquer outro meio que cause prejuízo à sua saúde psicológica e

autodeterminação: Pena - reclusão, de 6 (seis) meses a 2 (dois) anos, e multa, se a conduta não constitui crime mais grave”.

QUESTÃO 91. Sobre a ação civil ex-delicto, é correto afirmar que:

- a) não faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer causa excludente de ilicitude.**
- b) intentada a ação penal, a ação civil será suspensa, até o julgamento definitivo daquela.**
- c) a sentença penal absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime não impede a propositura.**
- d) o despacho de arquivamento do inquérito policial impede a propositura da ação civil.**

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**. A questão aborda o conhecimento sobre a ação civil ex-delicto.

A alternativa A está incorreta, pois faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhece causa excludente de ilicitude. De acordo com o art. 23 do Código Penal, são excludentes de ilicitude: “Art. 23 - Não há crime quando o agente pratica o fato: I - em estado de necessidade; II - em legítima defesa; III - em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”. Além disso, nos termos do art. 65 do Código de Processo Penal: “Art. 65. Faz coisa julgada no cível a sentença penal que reconhecer ter sido o ato praticado em estado de necessidade, em legítima defesa, em estrito cumprimento de dever legal ou no exercício regular de direito”. Logo, é possível afirmar que a sentença penal que reconhece causa excludente de ilicitude faz coisa julgada no âmbito cível.

A alternativa B está incorreta, pois não há obrigatoriedade de suspensão da ação civil, na verdade, trata-se de uma faculdade do magistrado. De acordo com o art. 64, parágrafo único, do Código de Processo Penal: “Art. 64. Parágrafo único. Intentada a ação penal, o juiz da ação civil poderá suspender o curso desta, até o julgamento definitivo daquela”.

A alternativa C está correta, pois está em conformidade com a previsão expressa do art. 67, III, do Código de Processo Penal: “Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: III - a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime”.

A alternativa D está incorreta, pois o despacho de arquivamento do inquérito policial não impede a propositura da ação civil, nos termos do art. 67, I, do Código de Processo Penal: “Art. 67. Não impedirão igualmente a propositura da ação civil: I - o despacho de arquivamento do inquérito ou das peças de informação”.

QUESTÃO 92 Em meio à reorganização societária de grupo econômico familiar, uma sociedade empresarial transfere ativos expressivos a outra integrante do mesmo grupo, sem contraprestação. Nesse contexto, é correto afirmar que:

a) a conduta é ilícita, vez que a exigência de autonomia patrimonial não admite transferência de ativos e passivos entre sociedades, ainda que integrantes do mesmo grupo econômico.

b) a conduta é lícita, vez que as sociedades integram o mesmo grupo econômico.

c) a conduta é lícita, vez que a mera existência de grupo econômico, sem a presença dos requisitos legais do abuso de personalidade jurídica, não autoriza sua desconsideração.

d) a conduta é ilícita, vez que caracterizadora de confusão patrimonial.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão trata sobre confusão patrimonial.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, em decorrência da autonomia patrimonial, é permitida a transferência de ativos e passivos entre sociedades, não tornando assim a conduta ilícita.

A alternativa B está incorreta. A conduta é ilícita, tendo em vista a transferência de valores expressivos sem as efetivas contraprestações, violando o disposto no art. 50, §2º, II, do Código Civil.

A alternativa C está incorreta. A conduta é ilícita, sendo a transferência de valores expressivos sem efetivas contraprestações, viola o disposto no art. 50, §2º, II, do Código Civil e caracteriza confusão patrimonial, sendo, neste caso, configurada a hipótese de abuso de personalidade jurídica, o que autoriza a desconsideração da personalidade jurídica.

A alternativa D está correta. A conduta caracteriza confusão patrimonial e, portanto, é ilícita. Conforme o caso narrado, houve a sociedade empresarial transferiu ativos EXPRESSIVOS a outra integrante do mesmo grupo, SEM CONTRAPRESTAÇÃO, incorrendo em violação do disposto no art. art. 50, §2º, II, do Código Civil. Vejamos: ““§2º Entende-se por confusão patrimonial a ausência de separação de fato entre os patrimônios, caracterizada por: II - transferência de ativos ou de passivos sem efetivas contraprestações, exceto os de valor proporcionalmente insignificante;”

QUESTÃO 93. Sobre a recuperação judicial, é correto afirmar que:

a) escoado o prazo suspensivo do stay period, as medidas de expropriação pelo credor titular de propriedade fiduciária de bens móveis ou imóveis poderão ser retomadas, ainda que os bens a serem executados sejam essenciais à atividade empresarial.

b) estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos vencidos na data do pedido.

c) as obrigações anteriores à recuperação judicial são regidas pelas condições, originalmente, contratadas ou definidas em lei, o que deve ser observado no plano de recuperação judicial.

d) os credores do devedor em recuperação judicial conservam seus direitos e privilégios contra os coobrigados, fiadores e obrigados de regresso, observado o stay period.

Comentários

A alternativa correta é a **letra A**. A questão trata sobre recuperação judicial.

A alternativa A está correta. A alternativa está de acordo com o Enunciado III do Grupo Reservado de Direito Empresarial estabelece o seguinte: “Enunciado III - Escoado o prazo de suspensão de que trata o § 4º, do art. 6º da Lei nº 11.101/05 (stay period), as medidas de expropriação pelo credor titular de propriedade fiduciária de bens móveis ou imóveis, de arrendador mercantil, de proprietário ou promitente vendedor, poderão ser retomadas, ainda que os bens a serem executados sejam essenciais à atividade empresarial.”

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 49 da Lei de Falências (Lei 11.101/05), estão sujeitos à recuperação judicial todos os créditos existentes na data do pedido, ainda que não vencidos. Portanto, a recuperação abarcará todos os créditos existentes naquele momento, independentemente de estarem vencidos ou não.

A alternativa C está incorreta. O plano de recuperação judicial poderá prever diversamente das condições originalmente contratadas ou definidas em lei, conforme prevê o art. 49, §2º, da Lei de Falências. Portanto, o plano de recuperação judicial, que é submetido à aprovação dos credores, pode propor modificações nas condições dessas obrigações.

A alternativa D está incorreta. Durante o stay period os credores não perdem seus direitos contra os coobrigados e os obrigados de regresso em detrimento da suspensão da execução, e assim sendo, conforme prevê o art. 49, §1º da Lei de Falências, continuam sujeitos às suas obrigações.

QUESTÃO 94 Afrânio, sócio minoritário com quota integralizada na sociedade Bola Cheia Produtos Alimentares Ltda. (de prazo indeterminado), descontente com os rumos do negócio, notificou a sociedade e os outros dois sócios para exercício do direito de retirada. O contrato social silencia quanto à apuração de haveres, razão pela qual o retirante solicitou elaboração, no prazo de 60 dias, de balanço especial para aferição da situação patrimonial da sociedade à data da notificação. Os notificados discordaram, alegando desnecessidade de balanço especial em caso de saída imotivada, devendo o montante de retirada ser calculado com base no balanço patrimonial do exercício imediatamente anterior. Nesse contexto, é correto afirmar que:

a) a tese do retirante Afrânio deve prevalecer, desde que a apuração de haveres lastreada em balanço especial se lhe revele mais vantajosa que a defendida pelos sócios remanescentes.

b) a tese do retirante Afrânio deve prevalecer, porquanto indiferente a existência de justo motivo para retirada do sócio.

c) a tese dos sócios remanescentes deve prevalecer, vez que inexistente previsão legal de elaboração de balanço especial.

d) a tese dos sócios remanescentes deve prevalecer, vez que, imotivada a retirada, a realização de balanço especial implicaria ônus financeiro excessivo para a sociedade.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre a apuração de haveres exigindo conhecimento do julgado da 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, bem como, da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça sobre a controvérsia do caso narrado.

A alternativas A, C e D estão incorretas. Conforme o julgado pela 1ª Câmara Reservada de Direito Empresarial do Tribunal de Justiça de São Paulo, havendo discordância entre as partes a respeito do critério para apuração de haveres, como ocorre no caso em questão, deve prevalecer o balanço de determinação, sendo adotado o critério do “balanço especialmente levantado”, visando garantir o equilíbrio entre os sócios.

A alternativa B está correta. Ao contrário do que afirmaram os demais sócios, o balanço especialmente levantado para fins de apuração de haveres não é um balanço que deve seguir regras contábeis. Nesse sentido ainda, o STJ julgou o tema no REsp n. 1.877.331/SP assentando o entendimento que, em caso de omissão do contrato social, o valor da quota do sócio retirante de sociedade limitada deve ser avaliado mediante levantamento do balanço de determinação. Ainda, conforme desembargador Cesar Ciampolini, havendo discordância entre as partes a respeito do critério para apuração de haveres, como ocorre no caso em questão, deve prevalecer o “balanço de determinação”.

QUESTÃO 95. Sobre a subsidiária integral, pode-se afirmar que:

a) é sociedade pluripessoal que adota, alternativamente, os modelos de sociedade anônima ou de limitada, tendo por acionistas ou quotistas, conforme o caso, apenas as sociedades ou indivíduos brasileiros. As sociedades estrangeiras, ainda que estejam autorizadas a funcionar no país, não podem tomar parte da subsidiária integral. A subsidiária integral tem a finalidade de permitir o desenvolvimento de um centro de custo, ou núcleo de negócios, a fim de lhe atribuir uma estratégia econômico-financeira de margens e de resultados próprios.

b) é sociedade unipessoal que adota o tipo sociedade anônima e tem por único acionista uma sociedade brasileira. A presença de outro acionista, ainda que com participação ínfima no capital social, descaracterizaria a subsidiária integral. As sociedades estrangeiras, ainda que estejam autorizadas a funcionar no país, não podem constituir subsidiária integral.

c) é sociedade que adota o tipo sociedade anônima, desde que seus acionistas sejam empresários brasileiros (pessoas jurídicas ou empresários individuais). As sociedades estrangeiras, ainda que estejam autorizadas a funcionar no país, não poderão participar de subsidiária integral. A subsidiária integral tem a finalidade de permitir o desenvolvimento de um centro de custo, ou núcleo de negócios, a fim de lhe atribuir uma estratégia econômico-financeira de margens e de resultados próprios.

d) é sociedade unipessoal que adota o tipo sociedade anônima, com um único acionista, que deve ser pessoa jurídica de direito privado. A presença de outro acionista, ainda que com participação ínfima no capital social, descaracterizaria a subsidiária integral. Para que constitua subsidiária integral, a pessoa jurídica estrangeira deve estar autorizada a funcionar no país e ter pelo menos um sócio brasileiro.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. Para responder a essa questão o examinando precisava ter conhecimentos acerca da sociedade subsidiária integral.

A alternativas A e C estão incorretas. A sociedade subsidiária integral é formada por apenas um único acionista, conforme prevê o art. 251 da Lei 6.404/76. A companhia pode ser constituída, mediante escritura pública, tendo como único acionista sociedade brasileira. Conforme Nelson Eizirik, o capital da subsidiária integral pode ser constituído por uma única ação. Assim, por exemplo, se uma companhia adquire todas as ações de outra, para transformá-la em subsidiária integral, pode, em seguida, proceder ao grupamento de todas as ações em uma, para maior simplificação de suas operações, pois é constituída por um único acionista.

A alternativa B está correta. De acordo com Nelson Eizirik, a subsidiária integral constitui uma sociedade unipessoal, cujo único acionista é uma sociedade brasileira. As sociedades estrangeiras, ainda que autorizadas a funcionar no país, não poderão constituir subsidiária integral. O controle é total: a sociedade controladora deve deter todas as ações de emissão da controlada para que ela possa ser definida como subsidiária integral. A existência de outros acionistas, ainda que com participação ínfima no capital, descaracteriza a subsidiária integral.

A sociedade subsidiária integral é formada por apenas um único acionista, conforme prevê o art. 251 da Lei 6.404/76. Nesse sentido, a presença de outro acionista, ainda que com participação ínfima no capital social, descaracteriza a subsidiária integral.

A alternativa D está incorreta. De acordo com Nelson Eizirik, a sociedade acionista deve ser brasileira organizada conforme a lei brasileira e que tem no País a sede de sua administração. Ainda, nos termos do art. 251 da Lei 6.404/76, o acionista da subsidiária integral pode adotar tipo societário diverso da sociedade anônima.

QUESTÃO 96. Leia o excerto a seguir.

A história do direito comercial brasileiro inicia-se com a chegada de D. João VI ao Brasil, em 1808, após o bloqueio continental imposto por Napoleão. Com a Carta Régia de 28 de janeiro de 1808, dá -se a abertura dos portos às nações amigas. Ainda naquele ano, outros importantes atos de disciplina do comércio foram editados, como o Alvará de 1o de abril, permitindo o livre estabelecimento de fábricas e manufaturas; o de 23 de agosto, instituindo o Tribunal da Real Junta do Comércio, Agricultura, Fábricas e Navegação; e o de 12 de outubro, criando o Banco do Brasil. O Código Comercial, entretanto, somente veio a ser aprovado por D. Pedro II, em 1850, a partir de projeto iniciado dezessete anos antes.

(COELHO, Fábio Ulhoa. Curso de direito comercial, volume 1: direito de empresa. 17. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013, p. 37-38)

Acerca da história do direito comercial, está correto afirmar que:

a) o Código Comercial de 1850 inspirou-se tanto no Code de Commerce francês quanto no Codice Civile italiano, criando, para o Brasil, um sistema próprio, de sofisticação ímpar, que adotava a teoria dos atos de comércio, sem excluir a teoria da empresa. Ainda em 1850, editou-se o Regulamento no 737, a dispor, com maior detalhamento, sobre os atos de comércio enumerados pelo Código Comercial, definindo, em seu artigo 19, as atividades sujeitas à jurisdição do Tribunal do Comércio. Com a aprovação, em 2002, do projeto do Código Civil de Miguel Reale, unificou-se o direito privado em um único diploma, adotando a tese defendida por Vivante, desde a aula inaugural de seu curso na Universidade de Bolonha, em 1892.

b) na mesma linha dos demais países de tradição romanística, o Brasil, desde a edição do Código Comercial, em 1850, mantém estreita proximidade com o sistema italiano, que estabelece um regime geral de disciplina privada da atividade econômica, não alcançando, apenas, certas modalidades de importância marginal. Essa proximidade tornou-se ainda mais evidente com a aprovação, em 2002, do projeto do Código Civil de Miguel Reale, que, além de unificar o direito privado em um único diploma, adotou a teoria da empresa.

c) além de ter adotada, expressamente, a teoria dos atos do comércio, enumerando-os em seu artigo 19, o Código Comercial de 1850 – em conjunto com o Regulamento no 737, também de 1850 – incluía, em seu âmbito de incidência, atividades de grande importância econômica, como a prestação de serviços, agricultura, pecuária, negociação imobiliária, reservando uma disciplina específica para algumas atividades de menor expressão econômica, como a dos profissionais liberais e dos pequenos comerciantes. Com a aprovação, em 2002, do projeto do Código Civil de Miguel Reale, unificou-se o direito privado em um único diploma, adotando a tese defendida por Vivante, desde a aula inaugural de seu curso na Universidade de Bolonha, em 1892.

d) o Código Comercial de 1850 inspirou-se, diretamente, no Code de Commerce, trazendo para o direito nacional o sistema francês de disciplina privada da atividade econômica. Embora não mencione a expressão “atos de comércio”, todos os dispositivos do Código são, acentuadamente, marcados pela teoria dos atos de comércio. Ainda em 1850, editou-se o Regulamento no 737, cujo artigo 19 define as atividades sujeitas à jurisdição do Tribunal do Comércio. A partir da década de 1960, o direito brasileiro inicia o processo de aproximação do sistema italiano de disciplina privada da atividade econômica, e a lista do velho regulamento imperial vê diminuída a sua importância.

Comentários

A alternativa correta é a **letra D**. A questão requer do examinando conhecimento acerca da história do direito comercial.

A alternativa D está correta. O Código Comercial de 1850 inspirou-se, diretamente, no Code de Commerce, Código Comercial Francês de 1807, que igualmente considerava os usos e costumes mercantis como fonte de integração na interpretação dos negócios e contratos comerciais. Conforme ensina o professor Alessandro Sanchez, Como o Código Comercial não previu que atividades se caracterizavam como de mercancia, logo em seguida à promulgação do Código Comercial, em 25 de julho de 1850 (Lei 556/1850), surgiu no mesmo ano, em 1850, o Regulamento 737, que disciplinou em seu art. 19 quais eram os atos de comércio. Segundo o regulamento 737/1850, eram reputados comerciantes todas as pessoas registradas nos Tribunais do Comércio que, com habitualidade e com fito

de lucro, praticassem os seguintes atos: I. compra e venda ou troca de bem móvel ou semovente, para sua revenda, por atacado ou varejo, industrializado ou não, ou para alugar o seu uso; II. as operações de câmbio, banco e corretagem; III. as empresas de fábricas, de comissões, de depósito, de expedição, consignação e transporte de mercadorias, de espetáculos públicos; IV. os seguros, fretamentos, riscos; V. quaisquer contratos relativos ao comércio marítimo e à armação e expedição de navios. Somente com o advento do Código Civil de 2002 é que podemos afirmar que a empresa tem o seu foco na estrutura da atividade desenvolvida, adotando o Sistema Italiano. Portanto, as demais alternativas estão incorretas.

QUESTÃO 97 Sobre o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência, pode-se afirmar que:

a) o julgamento dos pedidos de aprovação do ato de concentração econômica, mesmo depois da Lei no 12.529/2011, continua a ser disciplinado pelas regras da Lei no 8.884/1994, que dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica.

b) alinhado à experiência internacional, o Brasil, com o advento da Lei no 12.529/2011, adotou o entendimento que consagra a análise qualitativa da influência relevante como critério de notificação dos atos de concentração econômica. Sob tal ótica, há influência concorrencialmente relevante entre duas ou mais empresas se entre elas houver qualquer relação que permita à adquirente influenciar o comportamento concorrencial da empresa-alvo, de modo a reduzir a competição entre as empresas, ao ponto de se tornarem incapazes de agir de forma independente no mercado.

c) alinhado à experiência internacional, o Brasil aperfeiçoou a sistemática da notificação prévia dos atos de concentração econômica, os quais passaram a ser definidos em rol exaustivo, sem a vagueza que caracterizava a legislação anterior. Conforme o artigo 90 da Lei no 12.529/2011, ocorre ato de concentração se houver fusão, aquisição do controle ou de parte do capital de outra empresa, incorporação ou celebração de contrato associativo.

d) não cabe ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) deliberar sobre pedidos de aprovação dos atos de concentração econômica; sua competência, sem excluir outras atribuições de caráter administrativo, restringe-se a apreciar as alegações de infração à ordem econômica e a decidir os processos administrativos para imposição de sanções administrativas por infrações dessa natureza.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Ao contrário do que afirma a assertiva, a Lei nº 12.529/2011 estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico. Vale ressaltar ainda que, a Lei nº 12.529/2011 revogou os dispositivos da Lei nº 8.884/1994.

A alternativa B está incorreta. Lei nº 12.529/2011 regula procedimentos administrativos instaurados para prevenir, apurar e reprimir infrações à ordem econômica, sendo previsto processo administrativo específico para análise de ato de concentração econômica, nos termos do art. 48, IV.

A alternativa C está correta. A assertiva está correta e, conforme prevê o art. 90 Lei nº 12.529/2011. A saber: “art. 90. Para os efeitos do art. 88 desta Lei, realiza-se um ato de concentração quando: I - 2 (duas) ou mais empresas anteriormente independentes se fundem; II - 1 (uma) ou mais empresas adquirem, direta ou indiretamente, por compra ou permuta de ações, quotas, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou ativos, tangíveis ou intangíveis, por via contratual ou por qualquer outro meio ou forma, o controle ou partes de uma ou outras empresas; III - 1 (uma) ou mais empresas incorporam outra ou outras empresas; ou IV - 2 (duas) ou mais empresas celebram contrato associativo, consórcio ou joint venture.”

A alternativa D está incorreta. Nos termos da Lei nº 12.529/11, os atos de concentração econômica com efeitos no Brasil devem ser obrigatoriamente submetidos à análise e aprovação prévia do CADE. Portanto, o CADE possui competência para deliberar sobre os pedidos de aprovação dos atos de concentração econômica, além de outras atribuições relacionadas à defesa da concorrência.

QUESTÃO 98. Com relação ao aceite e pagamento por intervenção, assinale a alternativa correta.

a) O pagamento por intervenção pode abranger somente parte da importância que teria a pagar àquele por honra de quem a intervenção se realizou.

b) O interveniente fica facultado de participar, no prazo de 03 (três) dias úteis, a sua intervenção à pessoa por quem interveio. Em caso de inobservância desse prazo, o interveniente é responsável pelo prejuízo, se o houver, resultante da sua negligência, sem que as perdas e danos possam exceder a importância da letra.

c) O portador que recusar o pagamento por intervenção perde o seu direito de ação contra aqueles que teriam ficado desonerados.

d) O aceite por intervenção será mencionado na letra e assinado pelo interveniente, devendo indicar por honra de quem foi feita a intervenção e, na falta da indicação, presume-se que interveio pelo sacado.

Comentários

A alternativa correta é a **letra C**.

A alternativa A está incorreta. Nos termos do art. 59, do Decreto 57.663/96, o pagamento por intervenção deve abranger a totalidade da importância que teria a pagar aquele por honra de quem a intervenção se realizou.

A alternativa B está incorreta. Nos termos do art. 55, o interveniente é obrigado a participar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, a sua intervenção à pessoa por quem interveio. Em caso de inobservância deste

prazo, o interveniente é responsável pelo prejuízo, se o houver, resultante da sua negligência, sem que as perdas e danos possam exceder a importância da letra.

A alternativa C está correta. O portador que recusar o pagamento por intervenção perde o seu direito de ação contra aqueles que teriam ficado desonerados, nos termos do art. 61 do Decreto 57.663/96.

A alternativa D está incorreta. O aceite por intervenção pode realizar-se em todos os casos em que o portador de uma letra aceitável tem direito de ação antes do vencimento, conforme prevê o art. 56 do Decreto 57.663/96.

QUESTÃO 99. Assinale a alternativa correta com relação ao pedido de restituição de bem arrecadado ou que se encontre em poder do devedor na data da decretação da falência.

a) Pode ser pedida a restituição da coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento de sua falência, ainda que alienada.

b) Proceder-se-á à restituição em dinheiro às Fazendas Públicas, relativamente a tributos passíveis de retenção na fonte.

c) A sentença que reconhecer o direito do requerente à restituição em dinheiro determinará o pagamento, em 48 (quarenta e oito) horas, após o pagamento dos créditos trabalhistas de natureza estritamente salarial, vencidos nos 3 (três) meses anteriores à decretação da falência, até o limite de 5 (cinco) salários- mínimos por trabalhador.

d) A restituição da importância adiantada, a conta de contrato de câmbio, depende de ter sido a antecipação efetuada nos 15 (quinze) dias anteriores ao requerimento da falência.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**. A questão trata sobre pedido de restituição, nos termos da Lei 11.101/95.

A alternativa A está incorreta. Somente se não alienada é que poderá ser pedida a restituição da coisa vendida a crédito e entregue ao devedor nos quinze dias anteriores ao requerimento de sua falência, nos termos do art. 88, parágrafo único da Lei 11.101/95.

A alternativa B está correta. Nos termos do art. 86, IV, da Lei 11.101/95, proceder-se-á à restituição em dinheiro às Fazendas Públicas, relativamente a tributos passíveis de retenção na fonte.

A alternativa C está incorreta. Não há previsão neste sentido pela Lei 11.101/95. Conforme prevê o art. 88, a sentença que reconhecer o direito do requerente determinará a entrega da coisa no prazo de 48 (quarenta e oito) horas.

A alternativa D está incorreta. Ao contrário do que afirma a alternativa, a Súmula 133 do STJ prevê a restituição da importância adiantada, à conta de contrato de câmbio, INDEPENDENTE de ter sido a antecipação efetuada nos quinze dias anteriores ao requerimento da concordata.

QUESTÃO 100. Segundo o Ministério da Saúde, a Dengue faz parte de um grupo de doenças denominadas arboviroses, que se caracterizam por serem causadas por vírus transmitidos por vetores artrópodes. Sobre a Dengue, NÃO é correto afirmar que:

a) as evidências apontam que o mosquito *Aedes aegypti* chegou ao Brasil vindo nos navios que partiam da África com escravos.

b) no Brasil, o vetor da dengue é a fêmea do mosquito *Aedes aegypti* (que significa “odioso do Egito”).

c) todas as faixas etárias são suscetíveis à doença, porém as pessoas mais velhas e aquelas que possuem doenças crônicas, como diabetes e hipertensão arterial, têm maior risco de evoluir para casos graves e outras complicações que podem levar à morte.

d) a dengue possui padrão sazonal, com aumento do número de casos e o risco para epidemias, principalmente, entre os meses de junho a setembro, período de maior calor e incidência de chuvas.

Comentários

A alternativa correta é a **letra B**.

A alternativa B está correta. Veja que o examinador exigia que assinalasse a alternativa incorreta, portanto, essa alternativa está correta neste sentido. A dengue faz parte de um grupo de doenças denominadas arboviroses, que se caracterizam por serem causadas por vírus transmitidos por vetores artrópodes. As evidências apontam que o mosquito tenha vindo nos navios que partiam da África com escravos. No Brasil, o vetor da dengue é a fêmea do mosquito *Aedes aegypti* (significa “odioso do Egito”). Todas as faixas etárias são igualmente suscetíveis à doença, porém as pessoas mais velhas e aquelas que possuem doenças crônicas, como diabetes e hipertensão arterial, têm maior risco de evoluir para casos graves e outras complicações que podem levar à morte. A dengue possui padrão sazonal, com aumento do número de casos e o risco para epidemias, principalmente entre os meses de outubro de um ano a maio do ano seguinte, período de maior calor e incidência de chuvas na Região Sudeste do Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esperamos que tenham gostado do material.

Bons estudos!

Para qualquer dúvida, crítica ou sugestão, entre em contato pelos seguintes canais:



E-mail: yasmin.ushara@estrategia.com / thiago.carvalho@estrategia.com



Instagram: [estrategiacarreirajuridica](https://www.instagram.com/estrategiacarreirajuridica) / [yasminushara](https://www.instagram.com/yasminushara)